



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022

INICIADA ÀS 14 HORAS E 37 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS e 30 MINUTOS.

| | |
|------------------------------|-----------|
| SUMÁRIO: | FL |
| ABERTURA | 02 |
| ANTES DA ORDEM DO DIA | 05 |
| ORDEM DO DIA | 45 |
| INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | 74 |
| ENCERRAMENTO | 74 |

ATA N.º 01/2022ABERTURA

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Aprovação de Atas**
- 1.2 - Expediente**
- 1.3 - Intervenções**

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 2.2 - 2.ª Alteração Orçamental Modificativa;**
- 2.3 - Proposta de início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional;**
- 2.4 - Proposta para a fixação do preço de venda dos lotes situados nas zonas industriais do Concelho;**
- 2.5 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio - Acompanhamento do serviço de refeições - Ano Letivo 2021/2022;**
- 2.6 - Eleição de um Representante da Assembleia Municipal e de um Representante das Juntas/União de Freguesias para integrarem o Conselho Municipal do Desporto;**
- 2.7 - 3.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã - Alteração por adaptação decorrente da revogação de planos territoriais de incidência municipal;**
- 2.8 - Declarações ao abrigo das alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março.**

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição de Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição de Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

O Senhor Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro não esteve presente por motivos de doença e solicitou que a justificação constasse em ata: -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã-----
Os meus melhores cumprimentos. -----*

Venho através do presente e-mail informar Vª Exª que, por motivos de Saúde Própria e de Saúde Pública, me encontro impossibilitado de estar presente na Sessão Ordinária marcada para o dia de hoje, pelas 14h. -----

Mais informo que em tão curto tempo útil, foi completamente impossível conseguir que alguém tivesse disponibilidade para me substituir, o que naturalmente se compreende. -----

Desejo uma óptima Sessão a Todos e Cada Um. -----

PROTEJAM-SE. -----

Antecipadamente grato pela atenção dispensada e a dispensar, renovo os cumprimentos. -----

Atentamente, Fernando Pinheiro” -----

Não estiveram também presentes os Senhores: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) e Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira; e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi a mesma aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação, por se encontrarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), João Ramos Almeida (Erada), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

--- Submetida a **ata n.º 02-A/2021 de 29 de novembro de 2021**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dr. Nelson Antunes Carvalho, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo. -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), João Ramos Almeida (Erada), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a **ata n.º 03-A/2021 de 29 de dezembro de 2021**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Dr. Nelson Antunes Carvalho, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo e Afonso Manuel Mousaco Gomes. -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), João Ramos Almeida (Erada), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email da Assembleia de Freguesia do Paul a remeter, para conhecimento, Moção por uma circulação pedonal segura na Vila do Paul; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a acusar a receção "Moção pela Reposição das Freguesias"; -----
- Email da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias a acusar a receção "Moção pela Reposição das Freguesias". -----

- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**, quanto ao requerimento entregue à Mesa da Assembleia Municipal na sessão realizada a 29 de dezembro de 2021, referiu que ainda não tinha recebido resposta ao mesmo. -----

Questionou ainda se o Secretário Executivo da CIMBSE tinha sido convocado de acordo com a proposta aprovada na Assembleia Municipal. -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que os requerimentos estavam “a ser organizados pelo secretariado para se responder quais foram os que tiveram resposta. -----

Em relação ao Secretário Executivo da CIMBSE, disponibilizou-se a vir hoje, mas só o poderia fazer entre as 14 e as 15 horas. Combinámos que viria depois numa sessão extraordinária porque não vai demorar só uma hora por aquilo que é experiência dele.” -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD-PSD)** questionou se tinham “resposta ao requerimento que apresentámos na última Assembleia Municipal. Já passou o prazo de 10 dias e tinha outros dois requerimentos que vou submeter à Mesa. Um versa sobre a prestação das contas das empresas municipais, que terminou agora o prazo no dia 31, e que tem que vir à Assembleia Municipal, de acordo com a lei, a cada trimestre: portanto, pedir para na próxima Assembleia virem as contas das empresas municipais. O segundo requerimento solicitando também que, na próxima Assembleia, venha também o Relatório da Observância do Estatuto do Direito de Oposição, que é feito, se não estou em erro, até março de cada ano e, portanto, não haverá problema para que venha à próxima Assembleia em cumprimento do Direito de Oposição e, em particular, do direito que a oposição tem de dar a sua opinião e a sua posição sobre o Relatório feito pelos serviços municipais e pelo Executivo.” -----

1.3 - INTERVENÇÕES

LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.01)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O conflito Rússia – EUA, Nato e Ucrânia -----

Utilizo aqui, no fundamental, a posição pública do PCP em relação a este conflito, que irá ter sérias repercussões na nossa vida coletiva -----

Os eleitos do PCP expressam a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares de grande envergadura da Rússia na Ucrânia, muito para além da região do Donbass, e apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial. -----

Os eleitos do PCP reafirmam a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia, à resposta aos problemas de segurança colectiva na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia – princípios que o PCP defendeu quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, o Iraque, o Afeganistão, a Líbia ou a Síria, e que continua em coerência a defender hoje com a mesma convicção. -----

*Os eleitos do PCP salientam que o agravamento da situação é indissociável da perigosa estratégia de tensão e confrontação promovida pelos EUA, a NATO e a UE contra a Rússia, **que passa pelo contínuo alargamento da NATO e o reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras daquele país, e em que insere a instrumentalização da Ucrânia, desde o golpe de estado de 2014, com o recurso a grupos fascistas, e que levou à imposição de um regime xenófobo e belicista, cuja violenta acção é responsável pelo agravamento de fraturas e divisões naquele país.** -----*

Os eleitos do PCP sublinham que a Rússia é um país capitalista, cujo posicionamento é determinado, no essencial, pelos interesses das suas elites e detentores dos seus grupos económicos, com uma conceção de classe oposta à do PCP. -----

Posicionamento que teve expressão, nomeadamente, nas declarações de Putin proferidas no início desta semana que constituem uma grosseira deformação da notável solução que a União Soviética encontrou para a questão das nacionalidades e o respeito pelos povos e suas culturas. -----

*Importa, ao mesmo tempo, sublinhar **que não é expectável que a Rússia, cujo povo conheceu na história colossais agressões, considere aceitável que seja incrementado junto às suas fronteiras um cerco militar por via de um ainda maior alargamento da NATO.*** -----

A solução não é a guerra, é a paz e a cooperação. -----

Em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português deverá actuar de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação e a facilitar uma solução negociada, e não alinhar Portugal na estratégia de crescente tensão ditada pelos EUA, a NATO e a UE. -----

No quadro em que o conflito na Ucrânia está hoje colocado, a solução da paz só pode ser alcançada travando a escalada de confrontação da NATO, dos Estados Unidos e da União Europeia com a Rússia e contando com o contributo da Rússia para uma solução política e pacífica negociada. ----

O PCP defende esta posição com a coerência de quem sempre recusou a guerra e defendeu a paz como solução para os conflitos internacionais. -----

Defendemos esses princípios quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, o Iraque, o Afeganistão, a Líbia ou a Síria. -----

Voltamos a defendê-los hoje com a mesma convicção apelando ao desenvolvimento de ações em defesa da solução pacífica dos conflitos internacionais, pelo fim das agressões e ingerências do imperialismo, pela rejeição do alargamento da NATO e pela sua dissolução, contra a militarização da União Europeia, pelos princípios de paz e desarmamento inscritos na Constituição da República Portuguesa, que aqui recorde -----

Os números 1, 2 e 3, do artigo 7º da CRP, referem que: -----

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade. ----

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos. -----

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão. -----

Que se cumpra a Constituição de República Portuguesa. -----

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV” -----

--- Mandatada pelo líder da Bancada do **CDS-PP**, a Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha** fez a intervenção que se transcreve: **(doc.02)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----
Exmos. Senhores membros da mesa da Assembleia Municipal -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----
Exmas. Senhoras Vereadoras -----
Exmos. Senhores Vereadores -----
Exmos. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal -----
Exmos. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta -----
Exmos. Senhoras e Senhores Jornalistas -----
Exmos. Senhoras e Senhores aqui hoje presentes -----*

Reúne hoje esta Assembleia pela primeira vez em mais um ano civil, sendo certo que é também uma das primeiras reuniões do actual mandato autárquico. -----

Não podemos, por isso, deixar de aqui dizer de forma clara que queremos e esperamos ver mais acção do executivo socialista. Mais acção no investimento, mais acção no emprego, mais acção no ambiente, mais acção no turismo. -----

A ameaça da pandemia e os constrangimentos provocados pela gestão do risco para a saúde que a Covid-19 impunha estão, tudo indica, a terminar, e com eles termina também a “desculpa” para não se fazer, para se adiar, para fazer pouquinho. -----

Queremos, nós Covilhanenses, que nos sejam apresentadas estratégias, estratégias pensadas, estudadas e que de forma integrada possam funcionar e potenciar o Concelho. -----

É preciso apoiar os investidores, agilizar procedimentos, facilitar os canais de contacto entre os empresários e os diversos serviços da autarquia, é preciso mostrar-lhes opções, valorizar o que o concelho tem de melhor e apresentá-lo como solução a quem aqui possa investir. -----

É preciso apoiar os nossos empresários, ajudá-los a encontrar alternativas que alavanquem os seus negócios, apoiá-los activamente na apresentação de candidaturas a fundos comunitários; reconhecer o seu mérito e intervenção na comunidade premiando-os. -----

É preciso mostrar aos jovens empreendedores e aos recém licenciados na nossa Universidade que a Covilhã tem condições para aqui iniciarem os seus projetos profissionais. -----

Há que dinamizar o Centro de Inovação Empresarial, inaugurado há quase 1 ano e do qual ninguém ouviu falar; potenciar o Parkurbis promovendo o empreendedorismo de base tecnológica que já o caracterizou. -----

Urge reforçar a ligação entre a Câmara, o Parkurbis, a UBI e a UBIMedical. -----

Assim como se impõe criar um Plano Estratégico de Turismo que atraia as pessoas, que as faça vir à Covilhã e permanecer no Concelho mais do que o tempo necessário para o atravessar a caminho de outro destino. -----

Pode ser criado um calendário de eventos com potencial turístico que se estenda por todo o ano; pode ser criada e amplamente divulgada uma rede de percursos e itinerários urbanos e rurais, integrando as empresas de animação turística, o pequeno comércio local, os restaurantes, os hotéis. -----

Deve ser dinamizada a Praça do Município, centro da cidade e cartão de visita impressionante para quem ali chega, mas não pelas razões certas. -----

Hoje em dia impressiona pelo silêncio, pelo vazio, pela total ausência de vida onde ao fim de semana e finais de dia circula pouco mais do que um bando de pombas. -----

Há muito que é prometida a instalação das Conservatórias do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel no centro da cidade. Com tal mudança não só se traria muito mais gente para o centro como se encontraria a solução há muito aguardada para a falta de espaço no Tribunal Judicial da Covilhã, libertando a saída do Registo Civil um espaço que as entidades judiciais muito anseiam e necessitam. -----

Há que dar vida ao coração da cidade, dotá-lo de áreas de lazer, onde apeteça estar, que nos convidem a ficar. Urge corrigir erros do passado e, logo que legalmente possível, devolver ao espaço junto à Igreja da Misericórdia a dignidade de que precisa. -----

Que se arborizem as ruas da cidade, mas de forma criteriosa, adequando-se cada árvore ao local onde é plantada, para que não se passe a vida a cortar árvores porque as raízes danificam o pavimento. -----

Numa altura em que, como nunca, se valoriza o exercício físico ao ar livre e o uso de espaços verdes como local de convívio de toda a família, a Covilhã dá-se ao luxo de ter na Goldra um elefante, não branco mas cinzento, sem vida. A Goldra é um local imenso e cheio de potencial mas é feio, envergonha-nos e não traz hoje qualquer mais-valia aos covilhanenses. -----

Por outro lado, ansiamos que, finalmente, se possa alterar o Regimento desta Assembleia, aproximando-nos dos cidadãos, quer permitindo a sua intervenção nas sessões sem que para isso tenham de aguardar por 6, 7, 8 ou mais longas horas, quer permitindo a todos acompanhar os trabalhos, que são públicos, através da transmissão online das sessões. -----

Em Dezembro último foi aprovada a criação de uma comissão de revisão do regimento mas, que eu tenha conhecimento, mais nada aconteceu depois disso. -----

A Assembleia tem de estar ao serviço dos cidadãos e próxima dos cidadãos, nisso todos estaremos de acordo e é urgente rever o regimento desta Assembleia, sem mais demora. -----

Por fim, não podemos deixar de registar e lamentar a pouca relevância dada aos Membros desta Assembleia. -----

No passado sábado decorreu, nesta cidade, o Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais e aos membros desta Assembleia nada foi dito. -----

Ainda que por razões de espaço, de lotação máxima imposta pelas regras de combate à pandemia ou por imposição do regulamento do Congresso a presença dos Membros desta assembleia não pudesse ocorrer, o mínimo que se esperaria é que o Senhor Presidente da Assembleia nos informasse de que, nessa qualidade, seria anfitrião de tal evento. -----

Concluo como comecei: queremos e esperamos mais. -----

Covilhã, 25 de fevereiro de 2022 -----

Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia da Covilhã” -----

--- Mandatada pelo líder da Bancada do **PPD-PSD**, a Senhora **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira** fez a intervenção que se transcreve: **(doc.03)** -----

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Sr. Presidente da Câmara, -----

Sra e Srs Vereadores, -----

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal, -----

Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Comunicação Social, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Através da Organização Transparência Internacional, Portugal tem ao seu dispor a publicação de um Ranking de Índices de transparência dos Municípios. -----

Este ranking tem por objetivo criar pressão social e incentivar as autoridades locais a melhorarem as suas ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos, com vista a uma governação mais aberta, responsável e participativa. -----

O Índice cria, assim, critérios universais de aferição dos níveis de transparência dos municípios, através da análise de informação sobre a governação local, disponibilizada nos seus websites. ----

É uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promovendo um maior envolvimento na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local. -----

O índice é publicado desde 2013, medindo o grau de compromisso do Poder local com a transparência, ou seja, a faculdade de tornar públicos todos os atos da governação e dos seus representantes para providenciar à sociedade civil a informação relevante de forma completa, atempada e de fácil acesso, isto é on-line. -----

Em Portugal, o caminho percorrido para fortalecer os níveis de transparência tem sido difícil, mas aparentemente bem-sucedido. -----

Os 308 Municípios têm tido na sua maioria uma evolução positiva. -----

A Covilhã está no lugar 162 do ranking, mas tem sido um dos municípios que têm tido uma evolução positiva. -----

No entanto, fazendo uma comparação com municípios vizinhos temos à nossa frente Castelo Branco no lugar 140 e o Fundão no lugar 81. Ou seja, a Covilhã ainda tem muito caminho para andar. -----

Algumas questões que têm influenciado a relação entre os cidadãos e o poder local devem-se a vários fatores, nomeadamente: -----

– ao panorama político nacional e europeu; -----

– ao impacto social e económico da globalização; -----

– à distancia entre os eleitores e os eleitos; -----

- às novas formas de cidadania ativa; -----
- aos esforços de descentralização, que levaram à transferência de competências para as autarquias, aumentando a complexidade da governação local; -----
- à crescente exigência dos cidadãos em relação aos níveis de rigor e de ética dos seus eleitos locais; -----
- à adaptação a novos canais e meios de comunicação desenvolvidos com as novas tecnologias.

E é aqui neste último ponto que avanço para o verdadeiro objetivo desta minha intervenção: voltar a trazer para debate e discussão as transmissões on-line nas sessões da Assembleia Municipal e das Reuniões Públicas do executivo camarário. -----

Este já não é um assunto novo, já foi proposto em reuniões de câmara, no anterior mandato pelo então vereador Adolfo Mesquita Nunes e os atuais vereadores da coligação CJFM, reforçaram novamente esta proposta na última Reunião de câmara. -----

A bancada do PSD é totalmente solidária com esta proposta e quer contribuir para a sensibilização deste órgão na necessidade de implementação deste instrumento, na medida que acredita no grande contributo que o mesmo dará para a melhoria e o desenvolvimento da democracia local. -

Democracia, essa, onde o poder local é valorizado mas sobretudo onde existe um fortalecimento da relação entre nós, os eleitos, e os cidadãos que nos elegeram, promovendo, assim, um maior envolvimento, dos mesmos, na vida autárquica. -----

A ausência de público nestas reuniões e a diminuição dramática da sua participação cívica levam-nos à urgência na mitigação desta realidade. Temos de promover uma aproximação dos órgãos deliberativos aos munícipes, aumentando a transparência sobre os assuntos de interesse da comunidade e a maior participação dos Covilhanenses. É um imperativo democrático aumentar esta participação e estimular o escrutínio político. -----

Considerando que a ausência dos munícipes está relacionada muitas vezes pela impossibilidade de participarem nas reuniões públicas por motivos profissionais, logísticos ou até por motivos de saúde, o que inviabiliza que acompanhem matérias essenciais para o seu concelho, seria uma grande mais valia que estas reuniões passassem a ser transmitidas em direto, via streaming, ou seja on-line. -----

A aplicação deste instrumento não é nenhuma novidade para este executivo uma vez que o utilizou e bem, na 1ª Sessão da AM onde todos nós tomamos posse. -----

Estamos em novos tempos, depois de 2 anos de pandemia onde muito nos foi retirado, também nos reinventámos. -----

Hoje a digitalização e o on-line fazem parte das nossas vidas, todos os órgãos da nossa administração pública usam e abusam do digital, por forma a que a informação chegue a todos e não só aqueles que se deslocam fisicamente aos serviços. Então, por que nós haveremos de ser diferentes? -----

Atenção, há muito que deixou de fazer sentido atrasar a evidência de que as transmissões em direto e as gravações disponíveis on-line irão fazer parte também dos órgãos do Poder Local, como acontece por exemplo na Assembleia da República. -----

Em vários municípios do País este meio de proximidade – entre eleitos e eleitores – já foi colocado à disposição dos munícipes faz tempo: Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Vila do Conde, Barreiro, Peniche, Nazaré, Sesimbra, Entroncamento, Torres Vedras, Famalicão e Mealhada. Neste pelotão da frente estão municípios de grande porte mas também municípios mais pequenos que provam que a dimensão não lhes turva o raciocínio, não lhes tira a audácia nem o arrojo de contribuírem para uma verdadeira Democracia participativa. -----

“A República Portuguesa é um estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.” - Artº 2 da Constituição da República Portuguesa -----

Dizer que vivemos em democracia não chega. Porque não participar na democracia, como é a nossa realidade, leva ao sussurro, ao diz que disse, em que todos os políticos são desonestos, para não dizer corruptos e onde a confiança nos eleitos se esvai. E isto não pode interessar a nenhum dos que exercem funções de poder seja a que nível for. -----

Pensem nisto quando forem convidados a se pronunciar sobre esta temática. -----

Disse, -----

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Vanda Ferreira.” -----

*--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.04)** -----*

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e distinta mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----

Prezados colaboradores do Município, -----

Senhoras e Senhores jornalistas, -----

Estimado público, -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

As minhas primeiras palavras nesta Assembleia são de solidariedade para a Ucrânia e para o povo Ucrainiano, que vivem um momento historicamente trágico para a Humanidade. -----

Quero também repudiar de forma veemente e sem contempções, a decisão destemperada, despropositada e bárbara do exército russo atacar e invadir o território do Estado soberano da Ucrânia. -----

Ontem a Ucrânia acordou ao som das sirenes e dos bombardeamentos do exército russo sobre os seus territórios e ao início da manhã o conflito já tinha feito dezenas de vítimas mortais. -----

Trata-se da maior violação do Direito Internacional na Europa, desde a II Guerra Mundial e a situação é gravíssima. -----

Parece impossível, mas o consenso e a mobilização mundial que há menos de dois anos se verificou e levou a mundo a combater a pandemia sanitária da COVID19, desenvolvendo e produzindo vacinas que nos permitem hoje estar a sair da emergência sanitária, esfumou-se e a irracionalidade tomou conta do Presidente russo, dando início a uma guerra que estamos longe de perspetivar como irá terminar. -----

A agressão gratuita e inaceitável que a Rússia está a fazer sobre a Ucrânia, retira-lhe qualquer legitimidade ou razão sobre qualquer queixa ou receio de segurança que pudesse ter nas suas fronteiras e do seu povo e só pode acabar mal. -----

Neste conflito não há espaço para dúvidas ou reservas: ou se está do lado da paz, da liberdade e do Direito Internacional ou se está do lado da guerra, da intolerância e da irresponsabilidade. ----

Quero destacar com orgulho o sentido de responsabilidade e solidariedade que as entidades oficiais portuguesas têm tido nesta matéria, nomeadamente através do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro-ministro, disponibilizando um contingente militar ao serviço do comando da NATO e demonstrando total disponibilidade para acolher e apoiar os refugiados ucranianos que venham a procurar abrigo no nosso país. -----

Estou certo que o Executivo Municipal da Covilhã vai prosseguir a sua política ativa de acolhimento e integração de refugiados e não deixará de prestar a solidariedade e o apoio necessário para acolher o povo ucraniano que nos venha a procurar. -----

Senhores Presidentes, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Centrando-me agora na política nacional não podia deixar passar esta Assembleia Municipal sem me referir aos resultados eleitorais das eleições legislativas do passado dia 30 de janeiro. -----

Foram umas eleições que o Partido Socialista não queria, nada fez para que acontecessem mas que nem por isso deixou de respeitar e cumprir com a sua obrigação de apresentar de forma clara e franca aos portugueses, as propostas que tinha para Portugal. -----

E os portugueses nessas eleições falaram de forma clara e disseram de sua justiça. -----

A primeira conclusão a retirar e saudar é a forma pacífica e ordeira como decorreu o ato eleitoral.

Depois há que saudar e destacar o aumento da participação eleitoral e a redução da abstenção o que significa que os portugueses se mobilizaram e fizeram questão de dar o seu contributo para a solução de Governo que iria resultar destas eleições. -----

A terceira conclusão a retirar é que o Partido Socialista e o Primeiro-ministro António Costa são os grandes vencedores deste ato eleitoral. -----

A vitória é inequívoca e inquestionável e pela primeira vez o Partido Socialista venceu em todos os círculos eleitorais do continente e alcançou a eleição da maioria absoluta dos mandatos da Assembleia da República. -----

Por outro lado os grandes derrotados da noite eleitoral foram – sem qualquer dúvida – os partidos da Direita aqui representados pela extinta coligação autárquica “Juntos Fazemos Melhor”. Os partidos que compõem a oposição na Covilhã e com acento nesta Assembleia – o PSD e o CDS-PP – tiveram nas urnas a resposta do povo português à sua opção de ausência de propostas sérias e responsáveis e à sua estratégia de oposição política num seu estilo populista, trauliteiro e catastrofista. -----

A vitória do Partido Socialista e a derrota eleitoral do PSD e do CDS-PP foram ainda mais expressivas na Covilhã e no círculo eleitoral de Castelo Branco – em que o Presidente da Federação do Partido Socialista é Vítor Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã – porquanto o PS obteve o seu melhor resultado nacional no círculo eleitoral de Castelo Branco com uma vitória com 47,65% dos votos expressos e na Covilhã com 54,79% sendo assim o 6º concelho a nível nacional com o melhor resultado do Partido Socialista e o primeiro concelho urbano relevante a nível nacional. -----

Na Covilhã, tivemos os eleitos locais do PSD e do CDS-PP à 6ª feira antes das eleições a vociferarem que a Covilhã – com a liderança do PS e de Vítor Pereira – está parada há 8 anos e 100 dias, e os covilhanenses dois dias depois a darem-lhes a resposta nas urnas reforçando a confiança no PS liderado por Vítor Pereira, obtendo um resultado histórico no concelho. -----

Por outro lado temos hoje a liderar a oposição no Executivo Municipal alguém que perdeu internamente não apenas o ato eleitoral das legislativas mas as eleições internas no seu partido – o PSD – e temos na Assembleia Municipal um líder de bancada de um partido que desapareceu da Assembleia da República, o CDS-PP, do qual já não faz parte e no qual, poucos dias antes anunciou que não ia votar. -----

Caras e Caros Deputados, -----

Estas eleições serviram para clarificar a vontade dos portugueses para o Governo da República, mas serviram também para demonstrar quem tem um projeto político estável, responsável e consequente para Portugal e para os portugueses, e quem procura fazer política pela negativa, pela maledicência, pelo oportunismo e pelo populismo. -----

Quero aqui fazer votos para que os derrotados da noite eleitoral possam aproveitar a oportunidade e aprender alguma coisa e contribuir positivamente com propostas sérias e responsáveis para a construção de uma sociedade mais próspera e desenvolvida. -----

Por outro lado espero e desejo que o Partido Socialista – pese embora a instabilidade da situação internacional – consiga colocar este voto de confiança dos portugueses ao serviço de uma governação que promova a coesão territorial, que permita a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e a aproximação aos índices de desenvolvimento dos países mais ricos da União Europeia. -----

Senhores Presidentes, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Permitam-me que termine com duas notas de política local: -----

A primeira nota diz respeito ao terceiro congresso nacional que a ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais realizou no passado fim-de-semana na Covilhã. -----

Quero saudar e agradecer aos órgãos da ANAM a escolha da nossa cidade para a realização do seu III Congresso Nacional e a oportunidade e felicidade do tema principal de debate escolhido – A Regionalização e o Poder Local e a Governação multinível. -----

A realização deste congresso no nosso concelho demonstra por um lado a capacidade local em acolher a realização deste tipo de eventos, mas representa também um reconhecimento da qualidade do trabalho que desenvolvemos na nossa Assembleia Municipal e da participação – em nossa representação – do nosso Presidente, Dr. João Casteleiro, nos trabalhos da ANAM. Esse reconhecimento vem também através da sua reeleição para o Conselho Geral da ANAM, cargo que prestigia não só o próprio mas obviamente toda a Assembleia Municipal da Covilhã e pelo qual, na qualidade de líder da bancada do PS, o quero felicitar. -----

O segundo tema que não quero deixar de abordar tem a ver com a exploração do lítio no Concelho da Covilhã. -----

Sejamos claros, a Assembleia Municipal da Covilhã já pronunciou contra a exploração de lítio no nosso concelho. Sobretudo uma exploração da qual não sabemos onde, quando, por quanto tempo, com que impactos e a troco do quê. -----

Que fique claro que a bancada do Partido Socialista não aceitará que se repita no nosso concelho uma nova Mina da Panasqueira onde apesar dos empregos criados com a extração, durante décadas fomos espoliados de um importantíssimo recurso natural deixando apenas no nosso concelho o passivo ambiental da extração desse recurso. -----

A bancada do Partido Socialista não é por preconceito ou definição contra a valorização dos recursos naturais. -----

Aliás, a Covilhã e Portugal não é um país de tal maneira rico que se possa dar ao luxo e dispensar de ânimo leve a valorização de um recurso natural que possui e que é hoje um ativo altamente valorizado pelas economias mundiais. -----

Existem internacionalmente vários exemplos de países que são referência mundial nos indices de desenvolvimento e no respeito pelo meio ambiente e que têm um setor mineiro altamente produtivo e competitivo – por exemplo a Suécia. -----

O que não estaremos é disponíveis para aceitar sem garantias uma exploração sem valor acrescentado, sem preocupações ambientais e sociais e sem as garantias de que o prejuízo causado na região é minimizado, as preocupações ambientais são todas em conta e asseguradas e o valor acrescentado do recurso natural que aqui temos, aqui seja valorizado com a consequente criação de riqueza nestes territórios e populações. -----

Portugal, de acordo com as informações disponíveis, tem uma correta abordagem desta fileira que nos parece acertada. O Governo português inclui como obrigação aos candidatos à exploração de lítio, a obrigação de não só cumprirem com as melhores práticas mundiais de respeito ambiental na extração de minério como obriga à apresentação de um plano de valorização do minério – até à produção do produto final – em território nacional. -----

A Covilhã, que ainda hoje lida com o passivo ambiental da Mina da Panasqueira sem nunca ter beneficiado da riqueza e do valor acrescentado nesta matéria-prima que possuiu fincado apenas com o passivo ambiental não estará disponível para que a história se repita noutra qualquer mina, qualquer que seja a sua localização no nosso concelho. -----

Disse.” -----

Aproveitou ainda “a deixa da Senhora Deputada que representou a bancada do CDS e a atenção dos Senhores Vereadores da Oposição, para dizer que queremos e merecemos mais a Covilhã e sobretudo ao nível da oposição que tem grande responsabilidade para melhorar a qualidade também do executivo municipal.” -----

*- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** solicitou a palavra para defesa da honra e disse: - “Não sei se fui visado ou não. -----*

Tirando os considerandos políticos da intervenção do Senhor Deputado Hélio, é uma defesa da honra porque ele falou no Líder de Bancada da Oposição que tinha perdido eleições internas. Eu gostava de lhe pedir para clarificar porque, das 29 que disputei até hoje, ganhei todas. -----

Pedia por favor que clarificasse.” -----

INTERVENÇÕES/ VOTOS DE PESAR / LOUVOR / CONGRATULAÇÃO/MOÇÃO

*--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.05)** -----*

***“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** -----*

***Senhoras e Senhores Deputados Municipais,** -----*

***Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,** -----*

***Senhor Presidente da Câmara Municipal,** -----*

***Senhoras e Senhores Vereadores,** -----*

***Minhas Senhoras e meus Senhores,** -----*

O resultado obtido pela CDU nas eleições legislativas antecipadas – 4,4% dos votos e 6 deputados – traduz uma quebra eleitoral com uma significativa perda de deputados, incluindo a representação parlamentar do PEV. -----

Um resultado que, ficando aquém do trabalho que realizámos e do determinante contributo que demos para os avanços conseguidos nos últimos anos, do valor das soluções que apresentámos para os problemas nacionais e da ampla campanha de esclarecimento e mobilização para o voto que realizámos, representa um elemento negativo na vida nacional. -----

A relação de forças resultante das eleições apresenta um quadro político de maioria absoluta do PS, beneficiando de uma extrema promoção da bipolarização, fundamentada em sondagens falsas, enganadoras e manipuladoras da opinião pública. -----

Maioria absoluta alcançada no seguimento da ação concreta do Presidente da República, que ao invés de exigir a apresentação de novo orçamento capaz de responder às necessidades do país e à relação de forças existentes, precipitou a realização de eleições. -----

Uma maioria absoluta que deixa o PS com condições de levar mais longe o seu compromisso com políticas de direita, já que se quisesse de maneira diferente teria apresentado um orçamento capaz de ser viabilizado pela esquerda. -----

Uma maioria absoluta que não nos deixa tranquilos, é a história que o diz. -----

À direita, o resultado do PSD, bem como a não eleição de qualquer deputado do CDS, são indissociáveis da memória da ação negativa para o país do Governo PSD/CDS. O aumento da expressão eleitoral e com assento na Assembleia da República de conceções reacionárias é também um fator de preocupação. -----

O País não está condenado às injustiças, às desigualdades, à estagnação económica e ao retrocesso social. -----

Não está condenado a um modelo de baixos salários e pensões de reforma, à precariedade no trabalho e na vida, à desregulação dos horários, ao aumento da exploração, à crescente dependência externa por razão da destruição da sua capacidade produtiva, à degradação dos serviços públicos e à liquidação do Serviço Nacional de Saúde, à dificuldade no acesso à habitação, à quebra demográfica e baixa natalidade, ao desperdício e alienação de instrumentos e recursos indispensáveis ao desenvolvimento soberano do País. -----

É preciso uma política alternativa que responda cabalmente aos problemas do povo e do País, que liberte Portugal de constrangimentos e imposições contrários aos interesses nacionais. -----

Uma resposta que exige a rutura com a política de direita e a adoção de uma política patriótica e de esquerda. -----

Disse. -----

O Grupo Municipal da CDU-PCP/PEV” -----

--- O Senhor **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** apresentou a Moção (**doc.06**), que se transcreve com as alterações introduzidas durante a intervenção: -----

“Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Ontem, Quinta-feira 24 de Fevereiro de 2022, a Rússia de Vladimir Putin invadiu um país soberano e independente, a Ucrânia. -----

Não se trata de uma guerra, nem de um conflito, trata-se de uma invasão. -----

Uma invasão ilegal. Uma invasão ilegítima. Uma invasão imperialista. -----

Uma invasão que acaba dinamita, mutila a paz, a liberdade e a igualdade de cidadãos. -----

Esta infame invasão não pode deixar de merecer repúdio e condenação. -----

E o povo ucraniano é merecedor de toda a nossa solidariedade. -----

Uma palavra especial de solidariedade e amizade merecem os cidadãos de ascendência ou naturalidade ucraniana que residem e que estudam no nosso concelho e que justificam, em solidariedade, que a Assembleia Municipal se manifeste contra esta invasão. -----

Aquilo que a Moção propõe: -----

1 – É Expressar a solidariedade com o povo ucraniano e reconhecer o seu direito à paz, autodeterminação e integridade territorial; -----

2 – É Defender uma solução pacífica para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia que respeite a soberania e a integridade territorial da Ucrânia. -----

Não é a Rússia que está a ser cercada. É a Ucrânia e a sua liberdade. -----

3 – É Condenar todas as formas de totalitarismo e invasão territorial, como aqueles que acorreram actualmente por ordem de Vladimir Putin em território ucraniano. -----

4 – E fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da invasão Russa. -----

É esta a Moção que os grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP entregarão e que deixo já aqui na Mesa. -----

Muito obrigado. -----

Adolfo Mesquita Nunes, Hugo Ferrinho Lopes, Vanda Ferreira, Jorge Vaz, Nelson Carvalho, Joana Petrucci Rocha, Valéria Garcia, João Lopes Bernardo” -----

---Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 36 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) e 3 abstenções (CDU-PCP/PEV).** -----

Não votou, por não se encontrar presente no Auditório, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:**

- **Dr. Marco Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Naturalmente que não está em causa a manifestação da solidariedade pelas vítimas desta guerra, contrariamente àquilo que foi dito. -----

Nós temos que manter coerência em todas as nossas declarações quando um País é invadido. E é isso que nós não notamos nesta Moção e nas palavras que foram apresentadas. -----

Em outras circunstâncias, nas mesmas condições, era para defesa da democracia, para libertação do Povo. Agora, é dado o argumento exatamente ao contrário. -----

Para nós este conflito tem uma abrangência muito maior e uma explicação histórica também muito maior. É fácil vir condenar, vir fazer o discurso do imperialismo americano e não ter em atenção todos os outros fatores históricos.” -----

--- A Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** apresentou dois Votos de Congratulação (**docs.07 e 08**): -----

“O Exmo. Senhor Dr. João Ribeiro, farmacêutico assessor do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior foi eleito presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos e Colégios de Especialidade, para o triénio 2022-2024. -----

O cargo que agora ocupa é de grande responsabilidade e destaque e assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022 delibere: -----

Aprovar um voto de congratulação ao Exmo. Senhor Dr. João Ribeiro, pela sua eleição como presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos e Colégios de Especialidade para o triénio 2022-2024, sendo, este voto de congratulação, remetido ao próprio.” -----

--- Colocado à votação o **Voto de Congratulação** foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

“Realizou-se, de 4 a 20 de Fevereiro de 2022, em Pequim, na China, mais uma edição dos Jogos Olímpicos de Inverno. -----

A Missão Olímpica de Portugal contou, na sua constituição, com cinco Ilustres Covilhanenses que muito nos orgulharam e elevaram o nome da sua terra, a Covilhã. -----

Pedro Farromba, como Chefe da Missão Olímpica, Sérgio Figueiredo como Treinador, Pedro Flávio como Oficial de Ligação Covid, Tiago Rosa como Fisioterapeuta e Ricardo Brancal como Atleta na modalidade de esqui alpino. -----

A equipa Portuguesa, e os nossos conterrâneos, atingiram os objectivos propostos tendo superado globalmente os resultados obtidos por Portugal em edições anteriores dos Jogos Olímpicos de Inverno, comprovando o trabalho sustentado que têm vindo a fazer na evolução das modalidades de desportos de inverno em Portugal. -----

Os resultados obtidos e o bom desempenho da Missão Olímpica, criam novas perspectivas de futuro, sendo um estímulo para os desportos de inverno, desportos estes em que a Covilhã, pela sua excelente situação geográfica poderá ter sempre um papel preponderante. -----

Os Portugueses e os Covilhanenses em particular, apoiaram diariamente a Missão Olímpica de Portugal e esta Assembleia, orgulhosamente, congratula e homenageia os nossos ilustres conterrâneos pelo excelente desempenho na 24ª edição dos Jogos Olímpicos de Inverno. -----

Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022 delibere: -----

- a) Aprovar um voto de congratulação e reconhecimento aos Ilustres Covilhanenses Pedro Miguel dos Santos Farromba, Sérgio Miguel Ponciano Figueiredo, Pedro Flávio Duarte Lopes Martins, Tiago André Campos Rosa e Ricardo Damman Rosa Duarte Brancal sendo, este voto de congratulação, remetido aos próprios;** -----
- b) Prestar-lhes homenagem, simbolizada com uma salva de palmas nesta sessão da Assembleia.”** -----

--- Colocado à votação o **Voto de Congratulação** foi o mesmo **aprovado por unanimidade, com uma salva de palmas.** -----

--- O Senhor **Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** apresentou o Voto de Louvor que a seguir se transcreve: **(doc.09)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Estimados Vereadores e Vereadora -----

Caros Colegas Deputados -----

Serviços Municipais -----

Órgãos da Comunicação Social -----

Elementos do Público -----

Neste mês de fevereiro, entre os dias 04 e 20, decorreram os Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim. -----

Foi com o maior dos orgulhos que observámos, para além dos restantes atletas que enveredaram a bandeira do nosso país em competição, um Covilhanense, alcançar o melhor resultado de sempre nesta competição. -----

Ricardo Brancal, 25 anos e natural da Covilhã, alcançou o 37º lugar na categoria de Slalom Gigante na última edição dos Jogos Olímpicos de Inverno e conta com um palmarés de excelência dividido entre participações Internacionais nos Campeonatos do Mundo de Esqui em 2013, 2015, 2017 e 2019, nas Universiadas de Inverno em 2019 e participações Nacionais onde conquistou 6 títulos de Campeão Nacional Absoluto e outros 2 títulos de Campeão Nacional Universitário de Esqui Alpino. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã quer assim evidenciar este feito assim como tudo o que a ele está associado, através da prática desportiva, neste caso de alta competição. -----

Há que destacar neste parâmetro o trabalho que o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver no apoio e promoção da prática desportiva do nosso concelho nos últimos 8 anos, distribuindo diversos apoios por diferentes instituições e inclusive a atletas de alta performance. -----

A excelente prestação do Ricardo para além de ter sido de excelência, elevou o nome da Covilhã até aos mais altos patamares do desporto e é fruto de muito trabalho, superação, perseverança e resiliência para ultrapassar todos os desafios e obstáculos ao longo da preparação para esta prova que é de máxima exigência, sendo também um excelente exemplo e sobretudo uma referência para todos os jovens do nosso país. -----

Como reconhecimento do mérito do seu feito, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve a sua conquista. -----

Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao atleta.” -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** disse que subscreve, em absoluto, cada palavra do Deputado Afonso Gomes e propôs que, caso o PS concorde, a salva de palmas se estendesse aos cinco atletas. -----

--- Colocado o **Voto de Louvor** à votação, com a alteração proposta, foi o mesmo **aprovado por unanimidade, com uma salva de palmas.** -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** apresentou uma **Moção de Solidariedade**, cujo teor a seguir se transcreve: **(doc. 10)** -----

“Moção de Solidariedade -----

No passado dia 24 de fevereiro o mundo foi confrontado com as notícias da invasão da Ucrânia pelo exército da Rússia. -----

Esta invasão de um país soberano na Europa, é a maior violação do Direito Internacional desde a II Guerra Mundial e trata-se de uma ação gratuita, desnecessária, injustificada e inaceitável pela Rússia, deliberadamente preparada e iniciada pelo seu Presidente Vladimir Putin. -----

Vivemos hoje um momento que ficará na história como uma das páginas mais negras da história europeia e mundial com consequências imprevisíveis mas com toda a certeza, profundamente gravosas para todo o mundo e em particular para a Europa. -----

Perante as circunstâncias e os factos, Portugal, a União Europeia, a NATO e os aliados – defensores do Direito Internacional e da Liberdade – não podem ser condescendentes nem tolerantes com esta agressão grosseira e a violação da lei internacional e devem mobilizar-se para prestar todo o auxílio necessário ao povo ucraniano e para a reposição da paz. -----

Portugal, através do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro-ministro já condenou estes atos de barbaridade, colocando um contingente militar à disposição dos comandos da NATO

e disponibilizando-se para acolher e prestar auxílio ao povo ucraniano que se pretenda refugiar em Portugal. -----

Perante esta violação dos Direitos Humanos em curso, o mundo não pode ter outra atitude que não seja a condenação firme e intransigente destes atos. -----

Não há espaço para indefinições e meias condenações. É preciso afirmar sem rodeios que estes atos são intoleráveis e inaceitáveis por quem defende a paz, a liberdade e o Direito Internacional.

Apelamos ao Governo russo que cesse de imediato a agressão militar à Ucrânia e ao povo russo que faça sentir ao seu Governo que a guerra não é solução instando-o a regressar à solução diplomática e ao respeito pelo Direito Internacional. -----

Perante esta grave situação a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, propõem que formalmente o órgão aprove **um voto de solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano e uma firme condenação e repúdio inequívoco desta ação de guerra inaceitável e intolerável da Rússia** ao estado soberano da Ucrânia. -----

A bancada do Partido Socialista recomenda ainda ao Executivo Municipal, que de acordo com a tradição solidária covilhanense e no seguimento das políticas sociais, de acolhimento e integração de refugiados que tem promovido e apoiado, diligencie e informe o Governo português da sua disponibilidade para acolher refugiados ucranianos que venham a solicitar a Portugal, apoio e acolhimento.” -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **aprovada por maioria com 33 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes das Juntas/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) e 3 abstenções (CDU-PCP/PEV).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**:

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU-PCP/PEV):** “Senhor Presidente da Mesa, que fique claro que a nossa abstenção... como eu disse, na minha intervenção inicial, não concordamos com esta intervenção militar da Rússia na Ucrânia. -----

Aliás, como também referi, não concordamos com outras intervenções feitas por outros agentes e outros Países, no Iraque, na Líbia, na Síria, etc. -----

Mas eu gostaria de ter constatado estas Moções e alguns repúdios aquando do golpe de 2014, que deu suporte e derrubou um Presidente da Ucrânia Eleito, onde foram mortos centenas de Ucranianos e Russos. E, tudo isso parece que passou da memória das pessoas e passou da memória da história. -----

Nós repudiamos a intervenção, defendemos o diálogo. E, vou apresentar uma Moção nesse sentido porque o Mundo não é a preto e branco e não tem só uma leitura. -----

Os acontecimentos e os conflitos não acontecem só da vontade de uma das partes. Os conflitos acontecem porque, enfim, a intransigência sobrepõe-se ao diálogo, à cooperação e à coexistência pacífica. -----

Portanto, por nós considerarmos aquilo que eu acabei de referir, daí as nossas abstenções em relação, enfim, a estas tomadas de posição. -----

Penso que a nossa Moção, depois irei lê-la, será, penso eu, quanto a nós a mais equilibrada.” -----

--- A Senhora **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS)** apresentou três propostas de Votos de Pesar que se transcrevem: **(docs. 11, 12 e 13)** -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Lambelho Ramos, de 89 anos. -----
Natural da Aldeia de Joanes, iniciou a sua atividade profissional como aprendiz de mecânico auto na Metalúrgica do Fundão. -----*

Mais tarde, fez parte da sociedade da Garagem de São João e em 1970 fundou a empresa Álvaro Ramos Lda. (Nevauto) na cidade da Covilhã. -----

Foi Vice-Presidente e Presidente da Assembleia Geral da ANECRA - Associação Nacional das Empresas do Comércio e Reparação Automóvel, que lhe atribuiu o Cristal de Honra "Dedicação Associativa". -----

Sócio de mérito do Sporting Clube da Covilhã, foi Presidente da Assembleia Geral e Presidente da Direção. -----

Foi Presidente do Conselho Fiscal da LAR - Linhas Aéreas Regionais, Presidente da Assembleia Geral do Aeroclub da Covilhã e do Conselho Fiscal do Grupo de Dadores de Sangue da Covilhã. -----

Foi ainda membro da Comissão Instaladora da Universidade da Beira Interior (UBI). -----

Foi Presidente da Câmara Municipal da Covilhã entre 1986-1989, e da Associação de Municípios da Cova da Beira entre 1987-1990. -----

A título de reconhecimento do contributo que deu à Cidade da Covilhã nas mais diversas áreas, apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de silêncio em sua, devida, homenagem.” -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **José Juvenal Ferreira Gonçalves**, de 71 anos. -----*

Nasceu em Coimbra, mas foi na Covilhã que escolheu viver e aqui demonstrou os seus dotes de fadista e de poeta. -----

Com reconhecido talento, fez parte de vários grupos de fado locais e regionais, e tinha, perante os outros, uma atitude solidária e colaboradora. -----

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares” -----

“Voto de pesar pelo falecimento de **Vítor Manuel Pereira da Costa Gigante**, de 65 anos. -----

Dedicou muito da sua vida à música popular portuguesa, tendo constituído um trio musical familiar que animava as festas da região e também de outros locais do país. -----

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** disse que, se a Senhora **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves** o permitisse, as Bancadas do **PPD/PSD e CDS-PP** gostariam de se associar aos Votos de Pesar. -----

- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (CDU-PCP/PEV)** disse que a Bancada do **PCP** também gostaria de subscrever os Votos de Pesar. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação os **Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Álvaro Lambelho Ramos; do Senhor José Juvenal Ferreira Gonçalves e do Senhor Vítor Manuel Pereira da Costa Gigante** foram **aprovados por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em suas memórias.** -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU-PCP/PEV)** apresentou uma Moção, cujo teor se transcreve: **(doc.14)** -----

“MOÇÃO -----

Em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa -----

Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia; -----

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022 -----

- *Apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;* -----

- *Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança colectiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.* -----

- Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações à do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa. -----

Covilhã, 25 de Fevereiro de 2022 -----

Os signatários -----

Tendo a aprovação da Assembleia Municipal deverá a mesma ser enviada à Presidência da República, Primeiro Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Embaixada da Rússia e da Ucrânia.” -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **rejeitada com 8 votos contra (CDS-PP, PPD-PSD), 29 abstenções (PS e os Presidentes das Juntas/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) e 3 votos a favor (CDU-PCP/PEV).** -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “A Bancada do Partido Socialista, naturalmente, concorda que é necessário haver uma desescalagem da guerra, ou da invasão, como diz e muito bem o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, na Ucrânia. -----

Nós não podemos é concordar com uma perspetiva do imperialismo americano quando ouvimos o Presidente da Federação Russa dizer que a Ucrânia é um território que integra a Federação Russa e que é objetivamente a Rússia que está a invadir a Ucrânia. -----

Portanto não podemos votar favoravelmente esta Moção.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Nestas Moções, são as adversativas que nos descrevem e que nos definem. -----

Numa invasão como esta, descrita, dizendo que a Ucrânia não era um País e que a nação Ucrâniana não existe, essas adversativas descrevem-vos e dizem de que lado é que estão. -----

É por esse motivo que nós não podemos votar a favor de uma Moção que só na aparência é solidária com a Ucrânia. -----

Quando alguém invade a desescalada só pode cumprir a uma pessoa: a quem invade. E esse culpado não está na vossa moção. É a razão pela qual, em nome da solidariedade que devemos ao Povo Ucrâniano, votámos contra uma moção que, de solidário, só tem o papel.” -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes (PS)**, após apresentar cumprimentos, apresentou o Voto de Louvor que se transcreve: -----

“Louvor -----

Samuel Vila Barata iniciou-se no Atletismo com 10 anos de idade, no Grupo Desportivo e Animação Cultural da Bouça – Freguesia das Cortes do Meio. Ingressou na Universidade em Lisboa e no Atletismo passou a representar o Sport Lisboa e Benfica. Tem sido presença assídua na Seleção Nacional, em inúmeras competições internacionais. -----

Tem feito carreira assinalável como académico e investigador na área da Química. Foi Campeão de Portugal dos 10 mil metros e é, atualmente, Campeão Nacional de Corta-Mato e de Estrada. --

O grupo parlamentar do Partido Socialista, propõe um voto de louvor a Samuel Barata: cidadão e desportista que muito tem dignificado e prestigiado os valores do Concelho da Covilhã. -----

Jorge Torrão Nunes” -----

*--- Colocado o **Voto de Louvor** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----*

*--- A Senhora **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** apresentou uma Moção cujo teor a seguir se transcreve: **(doc.15)** -----*

“MOÇÃO -----

Covilhã: Uma nova democracia participativa -----

Considerando que o melhoramento das ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos, contribuiu para uma governação mais aberta, responsável e participativa. -----

Considerando que uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promove um maior envolvimento, dos mesmos, na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local. -----

Considerando que tornar públicos todos os atos da governação e dos seus representantes para providenciar à sociedade civil a informação relevante de forma completa, atempada e de fácil acesso, aumenta os níveis de transparência na governação e um aumento da participação cívica. -

Considerando que algumas das questões que têm influenciado a relação entre os cidadãos e o poder local deve-se a fatores, como a distância entre os eleitores e os eleitos; as novas formas de cidadania ativa e à adaptação a novos canais e meios de comunicação desenvolvidos com as novas tecnologias. -----

Considerando que é premente a implementação da transmissão das Reuniões da Assembleia Municipal em direto, via web, na medida em que se acredita no grande contributo que a mesma dará para a melhoria e o desenvolvimento da democracia local. -----

Considerando que a ausência dos munícipes está relacionada muitas vezes pela impossibilidade de participarem nas reuniões públicas por motivos profissionais, logísticos ou até por motivos de saúde, o que inviabiliza que acompanhem matérias essenciais para o seu concelho, seria uma grande mais-valia que estas reuniões passassem a ser transmitidas em direto, via streaming, ou seja online. -----

O PSD e o CDS-PP, grupos municipais com assento nesta Assembleia Municipal, reunida a 25/02/2022 vêm apresentar a presente moção “Covilhã: Uma nova democracia participativa”, propondo que a Assembleia Municipal delibere: -----

- a) A filmagem e transmissão online de todas as sessões da assembleia Municipal a realizar no futuro, através do site institucional e da página de Facebook do Município da Covilhã; -----
- b) O armazenamento das filmagens referidas na alínea anterior no site do município da Covilhã, para consulta futura. -----

Covilhã, 25/02/2022 -----

Pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Adolfo Mesquita Nunes, Hugo Ferrinho Lopes, Vanda Ferreira, Jorge Vaz, Joana Petrucci Rocha, João Lopes Bernardo, Nelson Carvalho, Valéria Garcia” -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **rejeitada com 21 votos contra (PS), 3 abstenções (Dr. João José Casteleiro Alves, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha e Afonso Manuel Mousaco Gomes) e 16 votos a favor (PCP, PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio).** -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Não há problema nenhum em a Bancada do Partido Socialista votar favoravelmente uma coisa destas. Isto é o futuro, é uma coisa que vai acontecer, estamos na era digital das novas tecnologias. -----

A Assembleia de Freguesia de Boidobra, com muito menos meios, já o faz. -----

Muitas Assembleias Municipais por este País o fazem. -----

Não é por isso que nenhum Cidadão deixa de cá vir apresentar as suas reclamações quando tiver que cá vir. -----

E, só defende a transparência na democracia. Portanto, não há problema nenhum. Se o Regimento não prevê, trabalhe-se para isso. É simples. Não tem problema nenhum.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A Bancada do PSD, naturalmente, votou a favor porque é uma bandeira tradicional que aqui temos dito e queremos que todas as pessoas tenham o acesso à comunicação, transparência e proximidade entre os decisores e os eleitos políticos e aqueles que os representam e que os elegeram. -----

E clarificar, sobretudo, que isto em nada vai contra Regimentos ou Leis. -----

O Regimento de um órgão estabelece o modo de funcionamento interno, não o modo de comunicação externo do órgão face à População. -----

O Regimento estabelece os tempos, as moções, as disposições, ... Não é contrário à Lei. -----

Recordo que a Associação Nacional de Assembleias Municipais (que teve um Congresso aqui na Covilhã recentemente) recomendou, ainda há um ano, que todas as Assembleias Municipais transmitissem *online* as suas reuniões.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “A Bancada do Partido Socialista votou contra na medida em que lamenta que a oposição queira fazer deste assunto um facto político. -----

A Bancada do Partido Socialista votou contra porque está nesta Assembleia de forma séria, construtiva e não embarca em atitudes populistas que querem fazer de uma coisa menor um cavalo de batalha sem sentido. -----

A Bancada do Partido Socialista já informou e já disse que está disponível para analisar este assunto no âmbito do Regulamento Municipal de Funcionamento da nossa Assembleia Municipal.

Aquilo que nos aqui trazem é uma tentativa de fazer e criar um facto político à míngua de soluções e à míngua de propostas para os nossos Concidãos, criar um facto político com um assunto que é um não assunto na medida em que as Assembleias são públicas, os nossos Concidãos podem assistir não só às Assembleias Municipais como às reuniões da Câmara Municipal e há uma coisa que garantidamente não nos podem acusar: é de falta de transparência. -----

Aliás, o Partido Socialista no Executivo Municipal pede meças ao CDS e ao PSD dos seus Executivos Municipais nas Autarquias em termos de transparência. -----

Oh Senhora Vereadora, está a olhar para mim, mas eu ainda sou do tempo em que tive que vir a uma Assembleia Municipal, onde o Executivo Municipal chamou a GNR para estar presente na Sala. Está a olhar com cara de espanto e eu quero relembrar-lhe que o Partido Socialista não recebe lições de democracia e de transparência, do PSD sobretudo. -----

E, portanto, esta é a Declaração de Voto.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Esta Moção é simples: transmitir-se *online* as reuniões da Assembleia Municipal. -----

Não há facto político. É simples. Qualquer um percebe e qualquer um percebe a bondade desta Moção e é por isso que a apresentámos. -----

O facto político aqui, não é que se invente a desculpa do Regimento para a chumbar. É que o Partido Socialista na Câmara também recusa transmitir *online* as reuniões. E, portanto, isto é uma prática reiterada. É uma opção deliberada. -----

Nas outras autarquias podem medir a transparência que quiserem, mas nesta, sistematicamente e pelo menos desde que eu cá estou há 4 anos, votam contra a possibilidade de os cidadãos poderem assistir às reuniões dos Órgãos Municipais em casa. -----

É por isso que esta Moção é apresentada e o facto político é a vossa falta de transparência.” -----

--- O Senhor **Dr. Nelson Antunes Carvalho (PPD/PSD)** apresentou o Voto de Congratulação que se dá por inteiramente reproduzido: **(doc.16)** -----

“**Voto de Congratulação** -----

25 de Fevereiro de 2022 -----

Realizou-se, de 19 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 2022, o Campeonato Europeu de futsal, tendo sido disputado em Amesterdão e Groningen. -----

A seleção nacional de futsal disputou esta competição, tendo conseguido vencer a mesma e revalidar o título conquistado em 2018 no campeonato europeu de futsal que se realizou na Eslovénia, sendo esta vitória uma prova adicional e inequívoca de trabalho, esforço e dedicação que é empregue pelos portugueses nas várias modalidades, sendo de destacar em especial o futsal, pelos últimos resultados e conquistas obtidas. -----

Os Portugueses em geral e os Covilhanenses em particular, acompanharam e apoiaram diariamente esta competição e esta Assembleia, orgulhosamente, congratula e homenageia os nossos ilustres conterrâneos pelo excelente desempenho no Campeonato Europeu de Futsal de 2022. -----

Desta forma, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, vêm por este meio associar-se à homenagem efetuada pela Câmara Municipal da Covilhã (no passado dia 10 de Fevereiro de 2022) e propor que a Assembleia reunida no presente dia (25 de Fevereiro de 2022), delibere: -----

- a) **Aprovar um voto de congratulação e reconhecimento aos Ilustres Covilhanenses Bruno Travassos, António Manuel Fonseca e José Luís Mendes sendo, este voto de congratulação, remetido aos próprios;** -----
- b) **Prestar-lhes homenagem, simbolizada com uma salva de palmas nesta sessão da Assembleia.** -----

Gostaríamos ainda de deixar apenas uma nota de alguma tristeza, pelo fato dos vários eleitos da oposição não terem sido convidados para esta justíssima homenagem. -----

Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, -----
Adolfo Mesquita Nunes, Hugo Ferrinho Lopes, Vanda Ferreira, Jorge Vaz, Nelson Carvalho, Joana Petrucci Rocha, Valéria Garcia, João Lopes Bernardo” -----

--- Colocado o **Voto de Congratulação** à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade e com uma salva de palmas.** -----

--- A Senhora **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)** apresentou a Moção que se transcreve: **(doc.17)** -----

“MOÇÃO -----

PROSPEÇÃO E PESQUISA DE LÍTIO LIQUIDA O FUTURO DO INTERIOR-CENTRO DO PAÍS -----

É um facto que o lítio é essencial à vida moderna e a sua exploração ponto fulcral para o cumprimento dos objetivos estipulados no Plano Nacional Energia Clima 2030, que versam na

redução de emissões de gases com efeito de estufa e invocam maior eficiência energética através das energias renováveis. -----

É também um facto que Portugal é o país europeu com maior reserva de lítio e o 6º a nível mundial, atrás do “triângulo do lítio” constituído por Argentina, Bolívia e Chile, e onde as reservas começam agora a escassear. Por isso, o lítio é chamado por muitos o petróleo de Portugal. -----

Assim sendo, a Avaliação Ambiental do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio que visa integrar um conjunto amplo de medidas, recomendações e boas práticas que salvaguardem o ambiente e a sustentabilidade das áreas de intervenção, reconhece seis áreas, com potencial de existência de lítio. Dessas áreas, 90% situam-se em redor da Serra da Estrela, e juntamente com a exploração de lítio na Argemela, temos nesta zona uma área equivalente a praticamente 14 campos de futebol, bem como um cerco de mineração ao Parque Natural da Serra da Estrela, a maior área protegida do país, e uma das mais relevantes. -----

A nossa maior preocupação advém dos critérios que garantem a salvaguarda do ambiente e a sustentabilidade das áreas referidas. -----

Numa altura em que o preço do lítio está em declínio (segundo fonte Reuters) e numa zona em que a qualidade do lítio para fins tecnológicos e a exigência de processos de transformação que tal exige ficam aquém do expectável para assegurar um retorno económico desejável, parece-nos que este processo se traduz num abuso de poder ambiental, fomentando a desigualdade social e de poder sobre recursos ambientais. -----

Quanto ao impacto paisagístico, a prospeção e mineração a céu aberto em torno da Serra da Estrela tem consequências nefastas inimagináveis, além de difícil quantificação e avaliação. -----

Por outro lado, estão também em causa os impactes sobre a importante região agrícola da Cova da Beira e o seu regadio, onde o estado investiu milhões de euros, e que é um sector que representa uma importante fonte de rendimento para a população e é de extrema relevância socioeconómica para a região. -----

Neste sentido, a prospeção e pesquisa de lítio, ao advogar pela criação de postos trabalho, ainda que com segurança profissional carente de avaliação, fá-lo em detrimento daqueles que existem atualmente e preservam a área. Preservam-na e preservam também a qualidade de vida dos animais, cumprindo o regime pecuário extensivo advogado pelo desenvolvimento sustentável, que fica claramente comprometido com a exploração de lítio pretendida. -----

As políticas de combate à interioridade e de desenvolvimento do Interior não podem passar pela tentativa de atrair investimentos externos, que se esperam temporários, prejudicando em larga escala as comunidades aqui fixadas. A prospeção e pesquisa de lítio em larga escala, traduzem-se num fator repulsivo ao investimento, à atração e fixação da população, e às estratégias de desenvolvimento local e regional. -----

A legislação e os normativos que têm sido precipitadamente produzidos neste sector para forçar a mineração de lítio está a fazer-nos avançar para uma transformação profunda e irreversível desta região interior, sem haver sequer uma estratégia base de planeamento nacional nem regional. ---

Não existindo efeitos e confirmações empíricas suficientes para suportar apenas uma teoria que seja consensual, os grupos municipais do PSD e CDS propõem que seja dada voz às populações, aos autarcas, aos políticos e à justiça, travando o processo de prospeção e pesquisa de lítio que se configura como um caminho em direção ao abismo.” -----

--- Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** pediu a palavra para clarificar que “esta Moção não é conflituante com as moções anteriores sobre o lítio porque esta é sobre o processo específico que já está aberto pelo Governo para exploração de lítio até 1Km, se não estou em erro, no Parque Natural da Serra da Estrela e a 1Km das vias rodoviárias. -----

É sobre o método específico que já está aberto para a exploração de lítio e não sobre a exploração de lítio em geral, sobre o que já está a acontecer, por isso não é conflituante.” -----

--- O Senhor **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** apresentou o Voto de Louvor que, a seguir, se transcreve: **(doc.18)** -----

“VOTO DE LOUVOR -----

No passado dia 6 de fevereiro, os Covilhanenses José Luís Mendes, António Fonseca e Bruno Travassos, integrados na equipa técnica da Seleção Nacional Portuguesa de Futsal, sagraram-se Campeões Europeus de Futsal, um título renovado depois de igual feito em 2018. Conquistas, que estes mesmos Covilhanenses somam ao título de Campeões do Mundo de Futsal alcançado recentemente em setembro de 2021. -----

***José Luís Mendes**, como treinador adjunto, é natural da Covilhã, onde iniciou e desenvolveu a sua atividade no Futsal em clubes da nossa cidade como por exemplo o CCD Estrela do Zêzere ou o Unidos do Tortosendo. É Mestrado pela Universidade da Beira Interior, sendo docente na Escola Básica de São Domingos e acompanha o Selecionador Nacional Jorge Braz desde 2011. -*

***António Fonseca**, como enfermeiro, também ele natural da Covilhã, é enfermeiro gestor no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, onde trabalha há mais de 40 anos. Integra a equipa médica das Seleções Nacionais desde 2003, sendo reconhecido como um dos melhores profissionais na área da Medicina Desportiva em Portugal. -----*

***Bruno Travassos**, como fisiologista, é natural de Montemor-o-Velho, é covilhanense por opção, depois de vir estudar para Universidade da Beira Interior, onde é atualmente docente. Considerado um dos melhores investigadores mundiais na área do futsal, treinou clubes covilhanenses como o Grupo Desportivo da Mata ou a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, fazendo parte da Seleção Nacional desde 2019. -----*

São estes três homens, parte dos técnicos mentores e cuidadores da melhor Seleção de Futsal do Mundo. São eles, Covilhanenses de nascença ou afinidade, exemplos de excelência, compromisso e competência que fazem prova do potencial que as nossas gentes têm, mas também

da qualidade de ensino que a nossa Universidade da Beira Interior promove. -----

São eles, exemplos de negação à conformidade e interioridade intelectual, a quem devemos reconhecer e louvar o mérito por todo o seu percurso e conquistas, mas acima de tudo reconhecer e louvar a ambição que os leva a estar entre os melhores do mundo, sem nunca esquecerem as suas raízes, a sua cidade. -----

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor aos três Covilhanenses agora Campeões Mundiais e Bicampeões Europeus de Futsal, na esperança que mais conquistas se somem e que os feitos alcançados ao longo das suas carreiras inspirem e motivem outros Covilhanenses a tamanhos feitos. -----

Caso seja aprovado, deve este voto ser remetido a cada um dos visados.” -----

--- Colocado o **Voto de Louvor** à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, terminado este ponto da Ordem de Trabalhos e dando cumprimento ao deliberado nas propostas apresentadas, propôs **fazer um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Álvaro Lambelho Ramos; do Senhor José Juvenal Ferreira Gonçalves; do Senhor Vítor Manuel Pereira da Costa Gigante e pelas vítimas da invasão Russa.** -----

--- Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra, para as últimas **Intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.19)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O custo de vida aumenta e o povo não aguenta -----

E vai aumentar com os problemas económicos criados com o conflito na Ucrânia -----

A vida está mais cara. Esta é a realidade com que cada um se confronta todos os dias quando vamos às compras para levar comida para casa, quando se abrem as contas da água, gás, renda e prestações, telecomunicações, seguros, quando se pagam portagens, combustíveis, medicamentos e todo o tipo de despesas, aliada à cada vez maior pressão sobre os salários e pensões. -----

A vida está mais cara, os preços sobem para todos mas não atinge todos da mesma forma. -----

A cada dia que passa o salário e a pensão ficam mais curtos para despesas cada vez maiores. ----

É o “mercado” a funcionar, dizem-nos; “melhores dias virão”; “aguenta que isto passa...” Enquanto nos encharcam com esta conversa, há, uns poucos que enchem os bolsos lucrando milhões. -----

Vejam-se os lucros de dezenas e centenas de milhões da EDP, da GALP, da BRISA, do Grupo SONAE, dos Bancos e outros, só nos primeiros 9 meses do ano de 2021. -----

Mas não há dinheiro para salários, e os baixos salários têm que esticar, esticar, esticar... para enfrentar os aumentos. -----

É preciso vontade para enfrentar os grupos económicos, é preciso assumir o aumento geral dos salários como emergência nacional. -----

800 mil trabalhadores trabalham todos os dias e nem assim conseguem sair da situação de pobreza, milhões fazem um esforço brutal para que o salário que auferem chegue até ao final do mês. -----

É preciso regular preços para travar as subidas galopantes dos preços dos combustíveis, da energia, e por essa via, também os preços dos alimentos e bens essenciais, mas também das telecomunicações, serviços bancários e rendas de casa. -----

Reduzir o IVA de 13% para os 6%, nomeadamente no gás e de 23% para os 6% na eletricidade é assumir estes serviços como bens essenciais e de indispensável acesso. -----

É justo e necessário o aumento geral dos salários nomeadamente do salário médio e do Salário Mínimo Nacional para 850 euros no curto prazo. -----

É justo e necessário que todas as pensões de reforma sejam aumentadas a partir de Janeiro, com um valor mínimo de 10 euros. -----

Aumentem-se os salários, distribua-se melhor a riqueza que é criada pelos trabalhadores e a vida será melhor para a grande maioria dos Portugueses. -----

Disse -----

O grupo Municipal da CDU – PCP/PEV” -----

--- O Senhor Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS) fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: (doc.20) -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Camara Municipal -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia -----

Caros colaboradores do Município -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

No dia de amanhã cumprem-se 5 meses de uma vitória inequívoca e de grande responsabilidade para o Partido Socialista na Covilhã. Uma responsabilidade, que os Covilhanenses confiaram com

base na sua experiência passada, na certeza de um melhor futuro para a nossa cidade, na convicção de manter o rumo certo para o nosso concelho. -----

Passado este tempo, a responsabilidade atribuída não só foi honrada em palavra, mas acima de tudo, em ações e trabalho que dão resposta a muitas das necessidades do presente, numa construção sustentável do futuro da Covilhã. -----

Da Cultura ao Desporto. Do Associativismo à Habitação Social, passando pela Reabilitação do Parque Escolar, pelo Turismo ou pelo Empreendedorismo, as evidências estão aos olhos de todos. Cuidar e preparar um melhor futuro para a nossa cidade é uma realidade que assistimos ao longo destes primeiros meses de mandato, com ação, com investimento público e privado, numa dinâmica positiva de cidade que a todos é visível. Relembro aqui alguns exemplos da realidade que hoje vivemos: -----

- Início da construção da empresa PHARMAPOLI -----*
- Fixação da empresa NOESIS -----*
- Expansão da empresa MEPISURFACES -----*
- Investimento City Center Covilhã -----*
- Construção do Miradouro dos Piornos e anúncio de construção do Miradouro do Alto dos Livros -*
- Início dos trabalhos de requalificação da Rua 30 de Junho, na União de Freguesias Cantar Galo e Vila do Carvalho -----*
- Lançamento do projeto cultural e turístico “Portas do Sol” -----*
- Promoção do projeto “Horas Informáticas” que promove a literacia digital da nossa população. -*
- Assinatura do contrato de financiamento para a Estratégia Local de Habitação. -----*
- Apresentação de 150 candidaturas ao programa de apoio ao associativismo. -----*

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Nestes 5 meses ficou ainda claro que por aqui a nossa oposição partilha com a Vice-Presidente do PSD Nacional, Isabel Meireles, o sentimento que no caso de derrota eleitoral quem falha é o povo, numa altivez que só falta verbalizar que o povo não os merece. -----

Em boa verdade o PSD e o CDS na Covilhã, não são mais que um reflexo das suas estruturas nacionais. Um vazio de ideias, crítica oportunista e incoerência gritante nas suas ações individuais e políticas, em que por cá, acresce um contínuo discurso desprestigiante e redutor para a Covilhã e para as suas gentes. -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

Este executivo apresenta na sua ação governativa uma estratégia clara para o desenvolvimento em diversas áreas, nomeadamente na área do desporto. -----

Depois do Plano Estratégico Municipal para o Desporto, depois da criação do Conselho Municipal do Desporto, foi com grande entusiasmo que recentemente ouvimos publicamente o reafirmar do

compromisso eleitoral por parte do Sr. Presidente da Câmara, que o Pavilhão Multiusos Municipal vai ser uma realidade nos próximos anos. -----

Maior, deverá ser o entusiasmo e a expectativa de todos nós, quando um alto dirigente da Federação Portuguesa de Futebol afirma publicamente a intenção e conversas já desenvolvidas entre FPF, Município da Covilhã e Universidade da Beira Interior, para o desenvolvimento de projetos conjuntos para a dinamização desse mesmo Pavilhão Multiusos. -----

São estas as provas e reconhecimento que dão confiança para que nos próximos 3 anos e meio de mandato as promessas vão sair do papel e que por mais que a maledicência exista, a realidade dos factos, continuaram a provar uma Covilhã mais atrativa, uma Covilhã mais bem preparada para os desafios que se avizinham.” -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** pediu a palavra para defesa da honra e disse: -----

“Quero apenas clarificar ao Membro e Colega Pedro Bernardo que nós nunca, nesta Assembleia Municipal, viemos atacar o Partido Socialista, que aprovou nesta Assembleia Municipal Moções contra o lítio, porque o Governo Nacional agora tenta explorar o lítio aqui e de uma maneira que nós consideramos que não é correta. -----

Não confundimos o que é o Partido Socialista da Covilhã e o que defende, os interesses que considera corretos, que podem ser diferentes dos meus às vezes, do Município com aquilo que é o Partido Socialista Nacional. -----

Eu acho que fica muito mal confundir as intervenções da Vice-Presidente do PSD, Isabel Meireles, com aquilo que é a opinião da Bancada e do PSD ou do CDS na Covilhã, porque eu pessoalmente não subscrevo nem uma letra da intervenção que ela teve e acho que é muito mau e é injusto estar a misturar isso, porque eu não o faço, face ao Partido Socialista. Obrigado.” -----

- O Senhor **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** disse: “Nós sabemos que o PSD e o CDS da Covilhã estão completamente sempre à margem daquilo que é a política dos seus Partidos a nível Nacional. Isso já é um hábito de há anos, não é de agora, nós sabemos disso.” -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Era para invocar o Regimento, ou seja, a intervenção do Deputado da Bancada do PSD-CDS não foi efetivamente para defesa de honra. Aliás, nós temos assistido aqui a uma série de atropelos ao Regimento, nomeadamente o pedido para bater palmas, que já é a terceira vez.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.21)** -----

“*Ex.mos Srs.* -----

Na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento os membros da Assembleia, incluindo, os Sr. Presidentes de Junta, na pessoa do Presidente da Câmara todos os Vereadores e membros e staff da Câmara;

Excelentíssimo público e jornalistas -----

Obviamente que, depois de tanta achega sobre eleições, não posso deixar de mandar uma farpa sobre os resultados eleitorais... -----

Infelizmente em meu entender, os resultados eleitorais nacionais não são tão relevantes para a nossa política concelhia, como poderiam ou deveriam ser... E isto, infelizmente, constatou-se nos últimos 8 anos porque a ação da câmara não consegue influenciar nada na ação do governo e portanto tudo o que é contra a Covilhã é aprovado e é aplicado tudo o que é a favor não chega cá. Mas isso são outras questões... -----

Porém os resultados eleitorais são, efetivamente, importantes e devem ter uma análise séria a vários níveis. Eu, pessoalmente entendo, que não é a Assembleia Municipal da Covilhã que tem de o fazer... -----

Os resultados eleitorais, para mim, constata-se, aceitam-se e respeitam-se, e sobretudo, têm de ser respeitados por todos. -----

Aquilo que me preocupa nesta matéria e se calhar devia também preocupar o próprio PS é que, independentemente das grandes vitórias e grandes maiorias tenham tido ou que têm, é preciso pensar na responsabilidade que isso acarreta. Porque independentemente das grandes maiorias nos órgãos representativos, a verdade é que os senhores socialistas não são a maioria dos votos dos portugueses nem são a maioria dos portugueses, portanto é preciso saber que a responsabilidade de ter uma maioria não é a de chegar aqui com esta soberba, com esta sobrançeria e com esta forma arrogante de tratar a oposição e imputarem-lhes coisas que não podem ser imputadas... Acho tem de haver respeito. -----

Antes de saber perder é necessário e imperioso saber ganhar! -----

Os resultados do CDS são evidentes, mas não é por isso que sou ou posso ser minorizado nesta assembleia, mas aquilo que verdadeiramente me preocupa, é saber que o PS fica tão contente com a ausência do CDS na Assembleia da República, e pelos vistos fica ainda mais feliz com a presença de partidos como o "Chega". -----

Aquilo que me preocupa efetivamente é que nós não só podemos dizer que afinal o CDS faz falta, apenas quando os outros piores aparecem... É que todos fazemos falta, quando cá estamos! E se vêm aí outros que supostamente, dizem, são piores do que nós, devemos e temos de ter atenção para evitar que cá cheguem. E acho que não é com estas atitudes, com esta forma vil de estar aqui atacar a oposição, ainda por cima quando supostamente estará fraca a nível nacional, que se consegue respeitar a democracia, que se consegue respeitar quem quer que seja. -----

Para que percebamos isto é preciso fazer contas: os resultados eleitorais de 30 de janeiro representaram para a esquerda (globalmente considerada) e comparativamente a 2019 menos cem mil votos. -----

Comparativamente a 2019, para a direita, os resultados representaram um aumento de quase 10%, mais 500.000 votos somados... dos quais cerca de 320.000 são para o tal partido que toda a gente aqui condena, mas que toda a gente aqui promove. Porque ao atacar quem é democrata, atacar quem está a representar os eleitos nos órgãos democraticamente eleitos como aquilo que aqui hoje foi feito estão a penalizar os democratas e estão a promover quem não deve ser

promovido e a premiar quem não deve ser premiado e com isto me fico com a questão relativamente as eleições. -----

Sr. Presidente eu tinha a minha intervenção inicial preparada sobre outro assunto, e por isso, peço desculpa mas vou pedir 2 minutos adicionais para tentar fazer esta intervenção sobre a água: ----

Numa altura e numa situação evidente seca extrema a nível nacional e europeu, que todos estamos a sentir da pele... -----

Em que todos os municípios ou quase todos os municípios demonstram uma preocupação extrema, com ações de sensibilização chamar atenção para a questão da água, para que as populações poupem na água, nós na Covilhã, publicamente, a única coisa que ouvimos de um vereador e vice-presidente da Câmara dizer: “Não se preocupem que na Covilhã não vai faltar água, nem que não chova até outubro.” -----

Isto para mim e para a bancada do CDS é uma atitude irresponsável e que deve ser condenada. ---

Não podemos esquecer que já estamos fartos de ouvir que a oposição tanto mal faz, porque é que a oposição tanto mal diz, mas agora a questão que se coloca aqui é que o Sr. Presidente da Câmara e este PS governa em maioria há pelo menos 7 anos... maioria absoluta! -----

E durante este período e com todas as condições para fazer o que quer, não foi capaz de fazer nada para alterar a questão da água na Covilhã... Com maioria absoluta! -----

Do que é que está à espera, Sr. Presidente? -----

Nesta altura, tenho que perguntar aqui duas coisas: -----

- O que é que a Câmara da Covilhã tem previsto fazer relativamente à situação de seca extrema, nomeadamente para tranquilizar os agricultores do nosso concelho relativamente à salvaguarda das suas culturas? -----

- E perante esta situação de seca extrema, quando é que temos a capacidade de discutir profundamente a questão da água e do seu fornecimento? -----

É que o Sr. está farto de prometer, e com maioria absoluta há sete anos, e nada faz... -----

E depois é a oposição é que é maledicente... -----

Fazendo um paralelo com a questão das eleições, vou-me permitir dizer uma alarvidade é que de facto, se calhar, não é por acaso que o PS nacional nas eleições legislativas aqui teve mais 10% que o sr. Vítor Pereira teve nas eleições autárquicas... Se calhar, calhou-nos a parte má do PS na Covilhã. E é a altura que isto seja dito e tem que ser corrigido, tem que ser feito alguma coisa por isto. ----

Tenho dito” -----

*--- O Senhor **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**: “O nosso percurso político é aquele que nos define, também a forma como nos relacionamos com os outros nas vitórias e nas derrotas. -----*

Entre as minhas convicções e o Partido, eu escolho sempre as minhas convicções. -----

Entre a liberdade e o Partido, eu escolho sempre a minha liberdade. -----

É isso que justifica por que razão me desfiliei e é isso que justifica por que razão aqui estou, a assumir o compromisso que assumi com os Covilhanenses e que mereceu uma confiança bastante significativa dos Covilhanenses. Aliás, na Freguesia Covilhã e Canhoso foi até, curiosamente, a lista mais votada. -----

Entre a liberdade e o Partido eu escolho a liberdade. -----

Entre as minhas convicções e o Partido, eu escolho as minhas convicções. -----

Espero as vossas desfiliações, assim que a prospeção de lítio, ordenada pelo Partido Socialista, comece neste Concelho. -----

Aí veremos quem é que tem mais liberdade e quem é que tem mais convicções e amor pela Covilhã.” -----

De seguida, deu início à intervenção que se transcreve: -----

“Senhor Presidente -----

Senhores Deputados -----

Todos nós trazemos aqui, eu como Vereador quando o fui, agora como Deputado Municipal, todos nós trazemos aquilo que vemos, aquilo que constatamos. -----

É porque vemos um buraco numa estrada que trazemos a questão das estradas; -----

É porque vemos a habitação social a degradar que trazemos a questão da habitação social; -----

É porque vemos o problema das luminárias no inverno, que iluminavam pouco, que eu trouxe tantas vezes a questão da iluminação; -----

E é também quando encontramos o que louvar, que trazemos; -----

É porque nos confrontamos diária ou cotidianamente com a realidade do Concelho. -----

Aprendemos, há uns dias, que a vivência de cada um de nós não pode ser utilizada para trazer para a política. Pelo menos foi isso que a Câmara disse à Vereadora Marta Alçada quando trouxe a questão da saúde. -----

Eu acho que é extraordinário que nos amputem da única coisa que, como Vereadores e Deputados da Oposição, temos, já que nem convidados somos para irmos às convenções das Assembleias Municipais, que é o nosso cotidiano, que é aquilo que vemos, porque é a única coisa a que nos dão acesso. -----

E, portanto, quero dizer que isso pode, aliás, explicar boa parte da atuação desta Câmara. É que se os Senhores seguirem estes princípios, isto é, se não seguirem o vosso princípio de que aquilo que veem na vossa vida pessoal não conta, isso é capaz de explicar por que razão é que a Câmara tem tanta inação. É porque aquilo que vê, depois não executa em conformidade; porque aquilo que ouve depois não executa em conformidade. -----

Portanto, pela nossa parte, enquanto aqui andarmos vai ser exatamente aquilo que eu vou ver, -----

aquilo que eu vou sentir e aquilo que eu vou pisar que eu vou trazer a esta Câmara. -----

Muito obrigado!” -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.22)** -----

“Senhor Presidente da AM Covilhã, -----

Senhor Presidente da CM Covilhã, -----

Senhoras e Senhores Vereadores, -----

Estimados colegas De putados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Desde 2015, sob a liderança de António Costa, temos assistido ao mais amplo movimento de descentralização levado a cabo desde 1976. Um país que, durante quase 50 anos, tem adotado uma estratégia de desenvolvimento comum, apesar dos distintos problemas que encontramos ao longo do território, está finalmente a dar passos concretos no reforço da autonomia do poder local democrático. -----

Os processos de transferência de competências para as autarquias, bem como a integração de serviços de administração do Estado nas CCDRs, permitirão a cada município e a cada região dispor da autonomia decisória e financeiras necessárias para que, considerando as características do seu território, possam priorizar o combate às deficiências e obstáculos com que se debatem e assim melhor servir as suas populações. -----

Finalizado e consolidado este processo, provavelmente em 2024, será tempo de avançarmos definitivamente para a reforma que num país, que embora pequeno, é tão desigual, poderá permitir caminhar em direção da tão desejada coesão territorial. -----

Mas não nos enganemos. As diferenças são longitudinais e não latitudinais. São do litoral para o interior e não de norte para sul. -----

O problema da desertificação, por exemplo, não é um problema do litoral, nem do centro, nem do norte. É um problema do interior e que precisa de uma região administrativa que tenha o seu combate como absoluta prioridade. -----

Qual o sentido de juntar numa mesma região Almeida e Ovar; Penamacor e Leiria; Manteigas e Torres Vedras. Que desafios do seu quotidiano têm estes concelhos em comum? -----

Regionalizar na horizontal poderá servir para nos enganarmos a nós próprios, dizendo, por exemplo, que nos últimos 10 anos a nossa região perdeu apenas 4,3% da população. O problema da perda demográfica estaria escondido, mas não resolvido. 3% foi a perda de população no litoral da região centro, incomparável com os mais de 10% que se verificaram no interior da mesma região. Repito, o interior da região centro perdeu mais de 10% da população na última década. De nada servirá aos concelhos do interior ter as suas debilidades maquilhadas pelos concelhos do litoral, quando o problema continuará a existir. E apenas uma região que se debata diariamente

com esta acentuada perda populacional poderá tomar as medidas necessárias para inverter a situação. -----

E se alguém não está convencido das diferenças, vejamos: -----

Segundo os CENSOS 2021 -----

Em 26 concelhos, a Beira Interior perdeu mais de 15% da população em 5 deles. No litoral, com o triplo dos concelhos (74), apenas um perdeu essa percentagem. Na Beira Interior, todos os concelhos, todos, perderam mais população que a média da região centro. Faz algum sentido termos freguesias a perder 35% em Figueira de C. Rodrigo e em Vila de Rei colocadas na mesma região de freguesias de Aveiro, Leiria e Torres Vedras que aumentaram em mais de 10% a sua população? -----

Unhais da Serra perdeu 2,5% dos eleitores apenas nos 126 dias que foram das autárquicas às legislativas. 2,5% de eleitores em 4 meses. E isto não há junta ou autarquia que consiga combater por si. Muitos no litoral não conseguem imaginar o sentimento de impotência dos autarcas do interior, nomeadamente dos nossos presidentes de junta, que assistem diariamente ao despovoamento das suas aldeias e pouco ou nada podem fazer para inverter a situação. A regionalização da Beira Interior não mudará isso de um dia para o outro, mas é a melhor ferramenta que podemos ter para voltar a dar vida às nossas terras. -----

Por exemplo, -----

Todos os anos a União Europeia atribui fundos de coesão a Portugal derivado dos PIBs regionais. Numa região Centro, apesar de 92% dos concelhos da Beira Interior estarem abaixo da média de índice per capita de poder de compra, facilmente estes fundos seriam investidos em cidades como Aveiro, Coimbra ou Leiria. Algo que uma região da Beira Interior evitaria, fazendo com que esses fundos fossem investidos em quem realmente precisa deles para alcançar a coesão territorial. -----

Os investimentos prioritários para uma região administrativa da Beira Interior serão totalmente distintos de uma região administrativa do Centro. Para nós, obras como o IC6 e o IC7 não são compreendidas apenas como ligações Interior-Litoral, embora isso já por si seja importante, mas também como forma de sobrevivência para as aldeias do sul dos concelhos da Covilhã e de Seia, como o Sobral, as Minas ou Casegas. A abolição das portagens na A23 e A25, que penso ser uma luta comum a todos, não terá maior probabilidade de acontecer estando o poder de decisão em Coimbra e não em Lisboa. -----

Em 1998, talvez por ele próprio ser do interior, António Guterres percebeu que o nosso desenvolvimento, através da regionalização, só seria conseguido com um mapa que separasse as áreas do Interior do Litoral. Abdicando dessa premissa, a vantagem da regionalização para os nossos territórios desvanecesse. Se desejamos uma verdadeira discriminação positiva e não apenas lamentarmos eternamente com a síndrome da interioridade, devemos lutar pelas causas que melhor servem o interesse das nossas populações. A regionalização da Beira Interior é a principal delas. -----

Regionalização sim, Litoralização não, obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.23)**-----

“Exmos: -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Sr. Presidente da Câmara, -----

Sra e Srs Vereadores, -----

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal, -----

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, -----

Comunicação Social, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

O governo de Portugal criou um Programa Nacional para a Coesão Territorial organizado em torno de 5 eixos de intervenção e no contexto deste programa uma agenda para o interior constituída por 8 iniciativas em torno dos desafios que se colocam aos territórios do interior. -----

Conhecido que foi o resultado dos últimos censos, podemos considerar que o desafio se intensifica e obriga a esforços adicionais de modo a minimizar as consequências da deslocalização da população e entre os quais está e deve estar a captação de investimento e de empresas para a região que permitam a fixação de pessoas e mesmo a captação de novos residentes. -----

Entre outras, está seguramente a necessidade de garantir que o nosso concelho está na linha da frente no que respeita ao empreendedorismo e inovação empresarial e neste particular a rede de comunicações e de dados é fundamental. -----

Perder o comboio da frente no 5G significará, naturalmente, limitar o poder da inovação como motor de desenvolvimento regional e perder a atenção de empresas de base tecnológica e de investigação e desenvolvimento que preferirão suportar custos de contexto superiores, mas fixar-se noutras geografias. -----

Assistimos já hoje a governos e municípios a criar incentivos e alocar investimentos relevantes, aproveitando a “boleia do 5G”, dedicados à pesquisa e desenvolvimento nas áreas da ciência e tecnologia, como mecanismo de revitalização das respetivas economias locais e nacionais. -----

Deixamos a pergunta: Que medidas foram e estão a ser tomadas para garantir que o município estará contemplado no curto prazo com esta cobertura 5G? -----

Assistimos, nestes últimos dias, pela CS e redes sociais a uma troca de argumentos sobre o tema Saúde e gostaríamos, antes de mais, de deixar uma palavra de apreço e agradecimento a todos os profissionais pela forma como desempenham o seu papel na garantia de cuidados de saúde e sem beliscar a sua competência e profissionalismo, dizer que não haverá nenhum que possa dizer que tudo está bem e não precisa de mais nada. -----

A ambição de mais e melhores condições de trabalho, equipamentos e instalações deve ser constante e é lógico que assim seja, promovendo o desenvolvimento. -----

Reconhecer que há falhas, erros, necessidades é sinal de humildade e significa que o trabalho não está concluído, que queremos chegar mais longe. -----

O que acabamos de mencionar não é crítica nem ao SNS, nem ao CHUCH, nem aos seus profissionais, é a constatação que algo pode ir mais além e que a CMC pode e deve ter um papel interventivo e importante nesse particular. -----

Só deste modo podemos evitar que, por exemplo, a VMER não tenha horas de paragem por falta de médico, o que aconteceu entre Outubro de 2020 e Março de 2021 em mais de 600 horas. -----

É este o desafio que deixamos à CMC. -----

Finalizamos com uma questão sobre o transporte regular de passageiros na grande Covilhã. -----

Pelo que apurámos, até à data, foi suportado um custo de 3.675.000 euros e está assinado o contrato de concessão para o sistema de mobilidade desde 19 de janeiro passado. -----

Até que data vigora o último ajuste direto de 735.000 euros e percebendo que o novo contrato entra em vigor após visto do TC, que data se prevê que tal possa acontecer e acontecendo sobreposição entre as duas situações, como é que o Município acautelou o ressarcimento do valor referente a esta sobreposição. -----

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã -----

Jorge Vaz” -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após apresentar cumprimentos, referiu que “vinha falar de dois temas políticos que queria sugerir ao Executivo, mas permitam-me que fale de outra questão mais interna, uma intervenção que gostava de ter feito naquela que era para ser a última Assembleia Municipal do mandato anterior em setembro que depois acabou por ser em outubro e mando, se o Senhor Presidente da Câmara permitir e certamente fá-lo-á, as minhas duas sugestões políticas por email para o Executivo. -----

Eu queria dizer uma questão, espero que não me levem a mal e respeito todas e quaisquer opiniões em contrário. Nós estamos aqui com projetos diferentes para a Covilhã, eu tenho um projeto diferente do Presidente Vítor Pereira, mas antes disso tudo somos todos da Covilhã. -----

Eu acho e aqui vou falar, também, para a Bancada que lidero e para a Bancada do CDS que concorreu comigo e para as outras. Portanto, estou a falar para todos. Quando peço, e recordo as palavras do Dr. Luís Fiadeiro no Mandato anterior, acho que devemos ter mais respeito uns pelos outros. Não quero dizer que não o tenham, mas eu peço um bocadinho mais. Apelo a que quando os outros estão a falar tenhamos a sensibilidade de não estar a interromper por uma questão de respeito. É uma sugestão que eu deixo. Se alguém quiser discordar estão à vontade. É a minha opinião. -----

Por fim, queria apenas clarificar uma coisa quanto ao que foi dito, há pouco, sobre a transmissão online das Assembleias. O PS disse, eu discordo, mas respeito a opinião do Partido Socialista, *que é uma matéria que devia estar no Regimento*. Não tenho esse entendimento. Considero que não é preciso estar no Regimento. Aceito a posição. -----

Mas então deixo aqui o pedido de uma clarificação: extra Moção e Regimento concordam ou não com a transmissão *online* das Assembleias? Obrigado.” -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Começando por esta interpelação pelo Senhor Deputado que me antecedeu, eu creio que, porventura, não fui suficientemente claro na minha intervenção a esse respeito. Dizer-vos naturalmente que o Partido Socialista considera essa possibilidade enquadrada no Regimento e, porventura, será o próprio Partido Socialista, no âmbito da Comissão do Regimento, a fazer essa proposta. -----

Temos demonstrado, ao longo do exercício do nosso Mandato, tanto na Assembleia como na Câmara Municipal, que não temos nenhum problema com a transparência, não temos nenhum problema com honestidade, não temos nenhum problema em abrir as portas da Câmara e da Assembleia Municipal à democracia e ao Povo, como o temos comprovado no exercício das funções. E, portanto, não temos nenhum problema que isso aconteça, desde que devidamente enquadrado no âmbito dos Regimentos de Funcionamento. -----

Aquilo que nós não achamos, enfim, aceitável e correto é que se procure fazer disso, à míngua de propostas políticas sobre a vida dos covilhanenses, um caso político, acusando o Executivo Municipal, nomeadamente o Presidente da Câmara e o Partido Socialista, de falta de democracia e de falta de transparência. Isso é o que nos parece incorreto, desonesto e que não corresponde de todo à realidade. -----

Eu queria também dizer o seguinte ao Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, com todo o apreço e com todo o respeito: Senhor Deputado, eu compreendo a sua posição política e o seu percurso político e constato aquilo que são os seus parâmetros éticos e decanos de ética política na vida pública. -----

Agora, não me parece que seja correto e não aceitamos - o Partido Socialista não aceita de todo - que seja o Senhor Deputado a colocar e a fazer os canos de ética e de comportamento em vida pública, que seja o Senhor Deputado a defini-los. Naturalmente que cada um tem os seus: uns mais corretos, outros menos. -----

O Partido Socialista não aceita que seja o Senhor Deputado, naturalmente não me parece que seja essa a intenção, mas não aceitaremos que seja o Senhor Deputado a defender os canos da ética e do comportamento dos Senhores Deputados na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Por outro lado, dizer-lhe o seguinte: o Senhor Deputado sintetizou, porventura muito bem, aquilo que é a diferença essencial entre o Partido Socialista e os Partidos da Direita do CDS e do PSD, nomeadamente desta Coligação. É que o Partido Socialista está nesta Câmara e está na vida pública em geral governando para todos. E já não é a primeira vez que os Senhores Deputados da Oposição ou os Senhores Vereadores da Oposição fazem propostas com base naquilo que são as suas questões pessoais. -----

Eu tive a oportunidade, na Assembleia Municipal de dezembro, de destacar um conjunto de situações em que, objetivamente, nós temos uma visão diferente de estar na política, temos uma forma diferente de estar na política e o Partido Socialista rege-se e as prioridades estabelecidas são em função daquilo que são - que nós consideramos ser e admitimos que não sejam as vossas - interesses coletivos e as prioridades do Povo em geral. E, portanto, não andamos iguais, não somos iguais, não temos a mesma visão, nem temos a mesma perspetiva, nem temos a mesma forma de atuação política. Mas isto também me parece que seja perfeitamente natural e

enquadrável no âmbito da democracia. -----

E, portanto, nenhum problema, nenhum drama com essa circunstância. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** pediu novamente a palavra para referir que a Bancada do PSD “cometeu aqui uma gafe há pouco que quero deixar clarificada: quando se referiu, numa intervenção anterior, que os Vereadores não foram convidados para as comemorações, o que se queria dizer é que os Membros da Assembleia Municipal não foram convidados. E peço desculpa, em nome de toda a Bancada do PSD, pela gafe cometida porque o que nós queríamos dizer era que os Membros da Assembleia Municipal também poderiam e deveriam ser convidados para os eventos institucionais. Tão somente isso.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que “a Direção das Assembleias Municipais não podia convidar mais ninguém (porque havia gente a mais) e seria uma deselegância estar a convidar quando não podia ter lá as pessoas. A pandemia impunha que tivéssemos um número muito limitado. Eu teria tido muito gosto em que todos nós e em que todas as pessoas da Covilhã pudessem assistir. Foi transmitido *online*. Aqui fica o esclarecimento de não podermos convidar mais ninguém.” -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- A Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Na última Assembleia, eu tinha dito que a informação escrita, que nos tem sido enviada, não contém todas as obrigações que legalmente deve conter. -----

Esta informação escrita, apesar de ter uma ligeira diferença relativamente à anterior porque traz venda de bilhetes dos espetáculos do Teatro Municipal e porque faz alusão aos despachos do Urbanismo e é apenas nisso que é diferente, em tudo o resto é semelhante e continua a fazer a súmula das Reuniões de Câmara, sem ter aquilo que é obrigatório, ou seja: -----

- o saldo e o estado das dívidas a fornecedores -----
- as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado -----
- toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local que são indispensáveis para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação escrita. -----

A Assembleia não pode servir apenas para que o Senhor Presidente da Câmara aqui traga as deliberações de Câmara para serem, também, aqui deliberadas. -----

A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, sim. Mas também é e tem de ser um órgão com competência de apreciação e fiscalização. -----

Se a informação escrita não vier nos termos que a Lei exige, e obviamente que a Lei terá sido feita nestes termos porque se viu relevância nisto, se não trouxer estes elementos a Assembleia não pode exercer a competência que lhe está atribuída e não exigirmos que a informação escrita contenha estes elementos é demitirmo-nos desta função de fiscalização e de apreciação do trabalho da Câmara Municipal. -----

Por isso mesmo quero, em nome também do Grupo do PSD e do CDS, apresentar um requerimento no sentido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedir um parecer à CCDR e à Inspeção Geral de Finanças exatamente sobre a informação escrita que nos tem sido enviada, no sentido de se aferir se isto, enfim, é alguma ideia maluca nossa ou se realmente temos razão e esta informação escrita não cumpre a Lei, impossibilitando assim que a Assembleia faça aquilo que deve fazer.” (**doc.24** que foi adaptado à intervenção) -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Quero, em primeiro lugar, fazer dois elogios à Câmara Municipal: -----

- 1º Sobre as obras do Belo Zêzere que o PSD e o CDS já tinham falado anteriormente e que, estando agora a ser feitas, merecem ser elogiadas; -----
- 2º Sobre a maior celeridade neste mandato quando comparativo com os mandatos anteriores de entrada em funcionamento da convocação das primeiras reuniões dos Conselhos Municipais do Município: Desporto, Juventude, Educação, etc., de convocação dos seus membros e consequente convocação da primeira reunião, não obstante já se tenha ultrapassado o prazo trimestral que devia ter ocorrido. Mas é mais célere do que nos mandatos anteriores e, portanto, merece este elogio com a pequena vírgula de que podia mesmo assim ter sido cumprido o prazo. -----

Três questões muito diretas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

- 1.ª Obras de requalificação das escolas do Município: faz ideia da razão por a qual os concursos ficaram desertos? -----

2.^a Conselhos de Administração das Empresas Municipais que já deveriam estar nomeados: se nos pode dar um prazo para a sua nomeação? -----

3.^a Questão polémica que já aqui aconteceu na Assembleia Municipal e também em reuniões de Câmara (não vou recordar a polémica para não se voltar a dizer aquilo que já foi dito): tem a ver com a Avenida Montes Hermínios no Tortosendo. Vou apenas perguntar se o Senhor Presidente da Câmara pode dar um lapso temporal máximo, máximo – **até ao final do Mandato. Ok, já respondeu. Portanto, peço que fique registado em ata que, pelo menos, até ao final do Mandato, máximo.** -----

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara.” -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, relativamente a Belo Zêzere, solicitou que “os Serviços da Câmara Municipal da Covilhã verificassem o arranjo que foi feito no pavimento porque já há zonas em que está a saltar, ou seja, não foi feito o asfaltamento completo. Foram tapados os buracos e já se verifica que o piso se está a deteriorar novamente.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Quero, em primeiro lugar, saudar a intervenção feita nos passeios do pavimento pedonal na Estrada Municipal 507, para resolver no concreto as dificuldades de autonomia de uma Concidadã da Boidobra, cega. -----

A Câmara Municipal teve essa sensibilidade e rapidamente conseguiu fazer uma intervenção, até mais estruturada do que aquilo que foi inicialmente pedido. Assim como, já tinha resolvido esse problema junto à Escola Secundária n.º 3, que serve também para a mobilidade e para a acessibilidade de toda a gente, não só desta Concidadã. E, portanto, saudar isso numa ação também conjugada com a Junta de Freguesia que ficou também responsável por uma parte. São intervenções que são prioritárias e que devem também estar no centro das nossas atenções. ----

Queria lembrar, ainda nesta questão da acessibilidade e da mobilidade, que no atravessamento da passagem de nível da Estrada Municipal 507, os peões continuam a passar na faixa de rodagem das viaturas. Existe um projeto da *Infraestruturas de Portugal* para alargamento da via, criação de passagem pedonal dedicada para peões e esperemos que haja já novidades. -----

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- Se há já novidades relativamente às questões orçamentais que estavam a aguardar, para que esta intervenção no concreto possa ser inserida no Orçamento Municipal e possa arrancar ainda este ano, uma vez que estávamos aqui presos com questões orçamentais para identificar quais as obras feitas em cada uma das Freguesias; -----

- Como está a alteração do Loteamento da Praceta Conde José Calheiros no sentido de requalificar o espaço público existente, opção que os moradores tomaram que é do conhecimento da Câmara Municipal e a Câmara Municipal realizou uma proposta nesse sentido que estava prevista para o mandato anterior e que não ficou concretizada? Como é que está a alteração do Loteamento? ---

- Se já há projeto para o Cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507 para diminuição da sinistralidade rodoviária? -----

- Para quando a reabilitação/substituição dos abrigos de passageiros, uma vez que não estão nas nossas competências, estão naquilo que é o enquadramento do concurso público do transporte urbano? -----

Coloco ainda aqui uma questão que tem a ver com a Câmara Municipal e com todas as Freguesias e uma grande preocupação: a Freguesia da Boidobra foi confrontada no ano passado, ainda no mandato anterior, com uma visita de fiscalização da ASAE a um Parque Infantil sediado na Praceta da Santa Casa da Misericórdia. Como sabemos, durante o mandato passado, esta questão foi diversas vezes aqui discutida, foi diversas vezes aqui trazida por vários Colegas meus e por mim próprio e aguardámos aquilo que era o estudo que estava a ser elaborado da Empresa Municipal ICOVI e que assistimos também durante o mandato a que essa competência foi para a ICOVI e veio para a Câmara e acabámos por não ter conclusões e consequências desse levantamento feito. ----

A Junta de Freguesia achou que aquilo é um espaço infantil colocado numa Urbanização, é um pequeno espaço infantil, mas que é um espaço de proximidade e muito importante para as pessoas que ali residem e acabou por fazer também a substituição do piso e de um baloiço. -----

Como sabem, a Lei 203/2015 regulamenta os parques infantis, os espaços de recreio. Veio trazer uma data de obrigações às Juntas de Freguesia e aos espaços de recreio e parques infantis e obrigamos sobretudo a questões desta natureza, por exemplo: nós não podemos colocar um baloiço feito pelo serralheiro lá terra, que até é muito mais resistente que um baloiço de madeira que a gente compra por muito dinheiro e que vale muito pouco e que se estraga nos próximos três ou quatro anos, porque não está homologado. -----

É isto que os nossos legisladores nos fazem. É com isto que nós estamos confrontados. -----

Mas existe também uma situação aqui: na altura dissemos que o parque não era responsabilidade nossa; os inspetores da ASAE vieram à Câmara Municipal e a Câmara Municipal mandou-os novamente para a Junta de Freguesia. E foi levantado o auto que chegou agora há pouco tempo: 10 mil e 700 euros em 4 contraordenações. Isso significa 10% daquilo que é o auto de transferências de competências anual da Junta de Freguesia. Significa também que nós temos seis parques infantis na Freguesia... Ah eu perguntei aos inspetores da ASAE se havia perigo para as crianças, foi a primeira coisa que eu perguntei: «Mas há perigo para as crianças?», «Não, não, isso não está em causa!», então fico descansado, depois logo se há de resolver a questão da coima. --

Mas eu alerta para o seguinte e peço a sensibilidade da Câmara Municipal para esta questão muito importante: existe um despacho do Secretário de Estado da Administração Local de 2014, que é um despacho interpretativo, aquando da saída da Lei 75/2013, e é um alerta também para todos os Colegas das Juntas de Freguesia. Aquando da saída da Lei 75/2013 que faz um despacho interpretativo daquilo que eram as novas competências do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Tem muitas coisas, inclusivamente esta questão, tem os abonos, questões ligadas com os vereadores, etc., num documento algo extenso, mas tem esta questão concreta dos equipamentos, dos abrigos de passageiros, dos balneários, lavadouros e sanitários, dos parques infantis, dos chafarizes, da sinalização vertical, dos passeios e que coloca a questão da

denominalidade, de quem é que eram os equipamentos, de quem é que os fez à altura da entrada em vigor da Lei 75/2013. -----

Ficava este alerta. Posso depois enviar para todos os Colegas. -----

Nós não podemos, as Juntas de Freguesia não podem ser responsabilizadas por um equipamento que não foram elas que o lá puseram, não foram elas que o construíram, não são elas que têm os manuais de instruções, não são elas que têm o livro de manutenção dos equipamentos. Não podem ser responsabilizadas por causa disso. -----

A partir de 1 de janeiro de 2022 sim porque já está no auto de transferência de competências tintim por tintim e no acordo de execução do anterior Mandato não estava. -----

É mais ou menos a mesma coisa que referi ao Senhor Presidente aquando me foi respondido que uma determinada estrada na freguesia Boidobra não podia ser intervencionada pela Câmara Municipal porque não estava inscrita como estrada municipal. Respondi: «Então tirem de lá o alcatrão que é para a gente poder fazer alguma coisa na terra batida!» É mais ou menos a mesma coisa. -----

A partir de 1 de janeiro de 2022 sim, nós somos responsáveis pelos Parques Infantis.” -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**: “Eu comungo um pouco das preocupações que já aqui foram referidas quanto à Informação Escrita, porque lembro-me que esta informação escrita não se alterou muito desde os tempos em que a gestão era da responsabilidade do PSD. Já venho desse tempo como Membro da Assembleia Municipal e a coisa vai-se repetindo com mais um item ou outro. Penso que a Câmara Municipal deveria, de facto, dar a volta e organizar a informação de outra forma, salientando aquilo que consta na Lei. -----

Da leitura, saliento as medidas excecionais até finais do primeiro semestre de 2022, relativas ainda ao processo do COVID, assim como a isenção de pagamentos de estacionamento nos silos e parquímetros até 30 de junho. Pensamos uma medida justa e adequada. -----

As obras de requalificação das escolas – coloca-se a questão dos concursos desertos e, pela experiência, se os concursos estão desertos, ou não há empresas que necessitam de concorrer para fazer obras ou porque o orçamento base é feito por baixo e, como é evidente, cria depois distorções nas propostas eventualmente existentes. -----

Mas, em relação às escolas queria saber por que razão ou se está incluída ou não a Escola Básica do Tortosendo – a EB 2/3 -, nomeadamente a requalificação dos blocos, salas de aula e a implantação de uma infraestrutura desportiva coberta, questionar se isso se encontra nas prioridades da Câmara ou se o Senhor Presidente tem o registo desta necessidade ao nível do Parque Escolar. -----

Saliento o despacho de 11 de janeiro em que faz a adjudicação por ajuste direto da prestação de serviços de transporte regular de passageiros por mais 735 mil euros. A questão que coloco é que já vamos em 3 milhões, penso que esta situação está a ficar demasiado cara e insustentável, afinal o que é que se passa com o visto do Tribunal de Contas quanto ao contrato de adjudicação do Sistema de Mobilidade? -----

E ainda quanto aos transportes e às modificações dos horários, penso que a Câmara deverá exigir à empresa prestadora de serviços que a informação de alteração dos horários não pode limitar-se às redes sociais ou ao site da empresa. Deverá a empresa afixar em tempo útil e prévio as alterações junto dos horários existentes nos abrigos de passageiros. Penso que qualquer utente é confrontado com uma mudança de horário à última hora... enfim, as pessoas têm necessidades e têm que cumprir os seus horários. -----

Queria questionar ainda, porque não foi notícia, não li na Comunicação Social, também não conheço qualquer comunicação da Câmara, nem da ADC, porque é que alteraram as taxas relativas aos resíduos sólidos? Se repararam, na última fatura aparece uma alteração relativamente a esta taxa. Ou seja, passou a cobrar-se uma taxa única de 0.30. A questão que se coloca é que o consumidor até 6m³, ou seja, os consumidores com os consumos mais baixos têm a fatura mais cara. Andamos aqui, já no mandato anterior, a sensibilizar a Câmara que é necessário baixar a fatura da água. Também já concluímos que a componente mais grave da fatura é a componente do saneamento que também não está resolvida e gostaria de ouvir do Senhor Presidente da Câmara quais foram os passos dados neste momento para a resolução desse problema. No entanto, vamos agravar a fatura de água. Agrava-se a fatura de quem consome menos e alivia-se, de certa forma, a fatura de quem consome mais. Há aqui um benefício para quem consome mais.-

Nesta alteração não poderia eventualmente manter-se o primeiro escalão anterior, que tinha um valor de 0.22 ou 0.24 e podia-se manter o valor 0.30 nos restantes. Pelo menos, com a alteração, não se agravava a situação da fatura dos consumidores que têm um consumo mais baixo. -----

Quanto aos Postos da GNR, nomeadamente o do Paul, queria com o Senhor Presidente clarificar um pouco isto: é que na Assembleia Municipal de 29 de dezembro, questionado, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que estava à espera da resposta da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna porque o projeto tinha que ser enviado e eles tinham que dar o parecer. Mas, por outra via, via da Assembleia de Freguesia do Paul, questionada a Secretaria Geral, responde o Chefe de Gabinete que o parecer tinha sido enviado já em 2 de novembro de 2021. Portanto, em 29 de dezembro esse parecer já existia na Câmara Municipal, mas parece que o Senhor Presidente da Câmara ainda não o conhecia porque, em 29 de dezembro, disse que ainda estava à espera do parecer. -----

Espero que, de acordo com este ofício, a Câmara Municipal já tenha dado resposta à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. Aliás, como o Senhor Chefe de Gabinete aqui manifestava esse desejo de que recebesse o novo projeto até final do corrente mês de janeiro, o mês de janeiro que passou. Espero que esse processo tenha andado e que o Posto e as obras tenham, de facto, a oportunidade de serem concretizadas. -----

Ainda quanto à reflexão relacionada com as CIM'S, pensamos que todos já perceberam que esta não é a melhor solução para a Região e que não é promotora do desenvolvimento Regional, quer pela sua composição, quer pela sua incapacidade. -----

O regresso à Associação de Municípios da Cova da Beira parece-me ser desejável e também é desejável a defesa e a implementação da regionalização, sendo até um imperativo constitucional.

Ainda defendemos hoje a solução que passa pela criação da Região da Beira Interior, englobando os antigos Distritos da Guarda e Castelo Branco. -----

Quanto à seca, quanto à falta de água, questionar o Senhor presidente da Câmara: tínhamos um processo de construção de uma barragem, onde a Câmara gastou umas centenas de milhares de euros em projetos, em estudos. Como é? Isto é prioridade? Não é prioridade? -----

Parece que nos próximos tempos e nos próximos anos vai ser um recurso estratégico e será estratégico o armazenamento de água. Segundo dizem os especialistas, a tendência da seca é para aumentar, não é para diminuir, para além da questão dessa reserva estratégica, também para os nossos agricultores, como já aqui foi referido, mas também para o abastecimento humano. -----

Penso que o Senhor Presidente da Câmara deveria refletir ou pelo menos partilhar a sua reflexão connosco no sentido de nos explicar em que processo é que está, ou se está, como eventualmente estará também o processo do novo aeródromo da Covilhã – essa ideia e essa visão e a necessidade desse equipamento já deve ter sido abandonada enfim pelo Executivo. -----

Por último, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se aquela obra, aquela intervenção que nós identificamos – o Bairro dos Emigrantes no Paul – se ainda mantém esta obra como prioridade e sendo uma prioridade, não vou questioná-lo quanto aos prazos, mas sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara que o problema existe, o problema persiste, os Serviços Técnicos da Câmara, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara, têm conhecimento e consideraram que a obra é prioritária. Sendo prioritária, é concretizá-la quando for possível de acordo com a prioridades do Senhor Presidente.” -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.25)** -----

“Analisada a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, registamos a existência de fatores positivos, destacando a plantação de 2.500 sobreiros em parceria com a empresa MepiSurfaces, em resultado da obtenção da Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, que consideramos ser um exemplo a seguir por outras empresas e iniciativas; -----

Registamos com satisfação a isenção de taxas e a gratuidade do estacionamento como medidas de apoio às empresas e comércio local, num momento de necessidade devido à crise económica que se verifica; -----

Igualmente nos apraz constatar os apoios a Centros de Assistência Social para obras com valores de 100.000 euros. No entanto não podemos deixar de questionar se o horizonte temporal em que estes apoios são concedidos se coaduna com a necessidade das instituições visadas, uma vez que os pagamentos serão feitos a uma cadência de 25.000 euros por ano durante 4 anos. -----

Chamou-nos também a atenção o facto do pagamento de propinas de uma aluna da UBI, referente ao ano letivo de 2019/2020, não percebendo o motivo de todo o atraso, uma vez que estamos a apreciar esta medida em 2022! -----

Registamos também com muita satisfação o apoio ao atleta da Covilhã para a preparação dos Jogos Olímpicos de Inverno, na China. -----

E, depois destes aspetos totalmente positivos, levantamos duas dúvidas: -----

Como dúvidas ficou-nos o facto de, no ponto 45, da página 25 do documento que nos foi entregue e referente à Adenda ao Protocolo de Colaboração assinado para a construção do posto da GNR de Tortosendo, o ponto 2 dessa adenda referir “construção” e o número 2 da cláusula 6 do ponto 4, referir “remodelação”, facto que gostaríamos de ver esclarecido. -----

Perante o desenvolvimento que verificamos, gostaríamos de saber se já há data para o início da obra. -----

Por fim, um último ponto que não vemos na informação escrita e gostaríamos de ver, é a menção ao abaixo-assinado das 600 assinaturas, que foi entregue na reunião pública de Câmara, que pedia a básica calendarização da obra, que acabámos de perceber agora que é feita até final do mandato, da Avenida Montes Hermínios no Tortosendo, todos aguardamos que esta promessa seja de facto cumprida e acreditamos que o será, porque acreditamos na sua palavra. -----

O Sr. Presidente foi mandatado para a gestão do município, como referiu, mas nós fomos mandatados para trazer a esta assembleia todas as preocupações das pessoas que as demonstram pelas mais diversas formas, incluindo os abaixo-assinados. -----

Disse -----

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã -----

Jorge Vaz” -----

*--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu ter três questões para colocar “que têm a ver mais com questões que não estão escritas do que propriamente com as que estão... -----*

Desde logo, há uma que está e que nos preocupa sobejamente, que é a insistente deserção dos concursos públicos lançados pela Câmara. -----

São de facto, vários concursos que ficam desertos... E ficam desertos, porquê? -----

Até gostaria de concordar com a posição que foi expressa publicamente pelo Senhor vereador Serra dos Reis de que são tantas as obras que os srs. construtores não conseguem concorrer a todas, mas sinceramente acho que é preciso sermos sérios nisto... E é preciso olhar para as coisas com olhos de ver, e perceber porque é que as pessoas não concorrem. -----

Pela análise da documentação, interessados há! -----

As pessoas pagam para consultar, para ir ver, para saber quais são as condições... -----

É claro que as condições dos concursos é que não podem ser boas e então as pessoas não apresentam propostas – apesar de aparecerem depois aqui a dizerem que existem, mas pronto... - -----

Para além desta preocupação da forma como são feitos os concursos, tenho uma pergunta para fazer ao sr Presidente que é, saber concretamente, dado que nesta informação escrita só estão as deserções dos concursos, mas não estão os lançamentos dos novos procedimentos, nesta matéria – se corrobora, se afirma e se compromete, perante esta Assembleia que, conforme foi dito pelo -----

vice-presidente e vereador, estes procedimentos serão lançados novos concursos públicos por forma a garantir a transparência na adjudicação e na gestão dos dinheiros públicos? -----

A segunda questão – e peço desculpa, mas eu também gosto de levar as coisas mais ou menos a brincar, porque também não sou tão sério quando isso – fez-me lembrar o voto de louvor que aqui foi feito ao Samuel Barata – com todo o respeito que me merece enquanto atleta – perante as queixas que nós vamos ouvindo sobre o complexo desportivo, começo a compreender porque é que o Samuel Barata é campeão de corta mato, deve ser por treinar no nosso complexo desportivo, com todos os buracos que existem no tartan... -----

E de facto é preciso perguntar, nesta altura em que cada vez as pessoas necessitam de espaços de desporto condignos quando é que se pensa em remodelar e estruturar as infra-estruturas desportivas deste concelho? -----

Não é preciso irmos para os pavilhões multiusos mas é preciso de saber daquilo que existe. -----

Quando é que o INATEL vai funcionar como deve ser? -----

Quando é que o Complexo Desportivo vai ter condições efetivas para a prática de desporto, não só amador mas profissional? -----

Já sabemos que a resposta fácil do Senhor Presidente é – será até ao final do Mandato. Mas não se pode esquecer é que já está lá há dois mandatos, e não é no último mandato que conseguem fazer tudo ou que se pode fazer tudo... -----

Por último, e mais uma vez tem a ver com a enorme velocidade desta Câmara a resolver os problemas e a fazer as coisas – tanto tem sido apregoado ultimamente – uma questão sobre as rendas de habitação social. -----

Nesta informação escrita não está cá uma linha, um ponto, um valor do que é que esta esta câmara deve... -----

Para quem não sabe ou para quem anda distraído, desde 2017 esta Câmara andou a cobrar indevidamente às pessoas que mais precisavam, valores de rendas que eram ilegais! -----

E aqui estamos a falar de uma situação que foi denunciada e identificada em 2019! -----

Estamos em 2022! -----

E até hoje, apesar de já ter sido pedido, apesar de já ter sido solicitado por escrito que a Câmara informasse da lista das pessoas e do valor que cada um tem direito a receber e quando é que isso será pago, a verdade é que até o momento nada foi feito. -----

Do que é que o Senhor Presidente está à espera? -----

De algum prazo de caducidade, para depois dizer às pessoas que já não têm direito a receber? ----

Isto é demasiado grave e é preciso nós percebermos que temos que dizer às pessoas que foram, injustamente e indevidamente, cobrados valores pela câmara municipal durante anos e para termos uma ideia da proporção disto, estamos a falar de pessoas que, muitas vezes e no exemplo mais extremo, lhes era exigido o pagamento de um mínimo 50€, quando muitas vezes, não podiam

pagar e ficavam com rendas em atraso, quando só deviam pagar 5 €, ou seja, num mês pagavam mais do que tinham de pagar no ano inteiro de rendas! -----

É preciso nós termos consciência que a Câmara tem responsabilidades acrescidas para com aqueles que mais precisam. E até ao momento, apesar de em novembro, o sr presidente ter vindo dizer, em resposta a esta inqualificável oposição que só vem aqui dizer e fazer mal, que estava tudo a ser pago, está a funcionar bem, está tudo bem, está tudo ok, são apenas uns trocados, o certo é que, até ao momento, continuamos, todos, à espera da confirmação da resolução dessas situações e pessoas a queixarem-se... A queixarem-se aos vereadores e aos eleitos sobre estas questões, para as quais ainda não houve resposta ou solução da Câmara. -----

São estas as questões que deixo ao Senhor Presidente. Muito obrigado.” (doc.26 que foi adaptado à intervenção) -----

--- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** colocou algumas questões sobre as candidaturas da mobilidade verde, sobre as obras na escola EB1 de Vales do Rio e sobre a ligação do depósito de água na Pedra Alta. -----

“Ouvi o Senhor Vice-Presidente falar que foram 15 instituições do nosso Concelho que lhes foi atribuído um veículo para apoio domiciliário para a ERPI e para várias situações. Estamos a falar num investimento na ordem dos 600 mil euros, mas as IPSS’s, como todos sabem, passam por momentos de dificuldade. -----

Nós apesar disso, também sou presidente de uma, tentamos sempre candidatar-nos e depois arranjar a comparticipação própria com apoios da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e até de alguns particulares, investidores e empresas. -----

Neste caso, estamos a falar em cerca de 9 a 10 mil euros em cada instituição que vai necessitar de verbas próprias para colmatar estas candidaturas. Esperamos que este dinheiro não seja perdido, pois são 600 mil euros. É muito dinheiro. -----

Propunha aqui ao Senhor Presidente se tinha alguma atenção sobre isto e como fez na altura da pandemia, em que foram distribuídas verbas de apoio às IPSS’s, fossem agora também contempladas nestas candidaturas para que, no nosso Concelho, continuemos a prestar um bom serviço. -----

Perguntar também sobre a situação da Escola EB1 de Vales do Rio que também estava nesses concursos que ficaram desertos. Qual é que era a situação e qual é que era a previsão para o início das obras, dado que continuamos a ter problemas na infraestrutura em si, principalmente no telhado e alguns arranjos exteriores. -----

E, para terminar, perguntar para quando a ligação do depósito de água na Pedra Alta que agora é necessária. Está lá. Foi feito na altura pela ICOVI e precisa de fazer 500m de conduta. É urgente. Vai abastecer toda a Corda do Rio e estamos a falar de um investimento na ordem dos 600 mil euros. Portanto, é um investimento grande, mas que é extrema necessidade. Obrigado” -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** abordou a temática da habitação social. -----

“Queria reiterar a expressão do Senhor Presidente da Câmara à Rádio Cova da Beira: *todos os valores pagos em excesso pelos inquilinos da Câmara, em casas de habitação social, serão ressarcidos*. E bem! -----

Parece, pelo o que o Senhor Membro da Assembleia João Bernardo aqui disse, que não são, como disse o Senhor Presidente da Câmara, valores simbólicos de poucos euros e nalguns casos praticamente cêntimos. -----

No entanto, é possível destacar pelas suas declarações que já tem apurados todos os elementos necessários à identificação do que aconteceu e agora interessa-nos é falar de futuro e peço desculpa por falar de mais um tema com mais uma sugestão. -----

1º Queria requerer (e vou enviar agora por email), nos termos da LADA – Lei de Acesso à Documentação Administrativa, para que seja enviada aos membros da Assembleia Municipal a lista completa e detalhada dos valores cobrados em excesso e que têm de ser reavidos. Os valores em agregado (não queremos os dados pessoais de ninguém, como é evidente); -----

2º E sugerir aqui ao Senhor Presidente da Câmara (já o fiz no passado várias vezes e vou voltar a lembrar) a solução para todo este problema: contratos em propriedade resolúvel – fazermos com que os inquilinos passem a ser os legítimos proprietários da habitação social pagando um valor. Já apresentei aqui moções, propostas, exemplos de como se resolver isso e de como ao longo de, por exemplo, 20 anos pagando um valor chegaríamos ao fim desse período e a casa passaria a ser dos próprios. -----

Era melhor para as próprias pessoas que passariam a ter o espaço sendo seu e não da Câmara; melhor para a Câmara porque não teria problemas de manutenção, obras, cobrança de rendas, etc. -----

A questão que coloco ao Senhor Presidente da Câmara é se concorda com esta proposta que já aqui trouxe várias vezes para solucionar muitos desses problemas.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

Iniciou falando sobre a última intervenção, dizendo que “é um desígnio nosso que tem vindo a ser concretizado. Estamos a fazer isso há muito tempo, que é alienar aos arrendatários sociais as casas que são utilizadas como tal. Uns recorrem a financiamento bancário; outros têm outros tipos de financiamento. Mas isso tem efetivamente acontecido. -----

Claro que, infelizmente, não antevejo que possa acontecer em larga escala porque se constatamos que há munícipes/arrendatários sociais que têm dificuldade em pagar 5 ou 10€ de renda como é que eles pagam o valor de uma casa, ainda que com um valor muito reduzido?! Há, de facto, situações e situações em função do rendimento de cada um, em função do valor da casa, da vontade do próprio e da capacidade e iniciativa do próprio. -----

O ideal era que todos pudessem ter a sua casa sem problemas de maior. -----

Na perspetiva da devolução, eram centenas de casos. Neste momento, são cerca de 50 (não tenho o número exato) e são valores, efetivamente, reduzidos. Por isso quando digo que as surpresas

nem sempre são boas ou más, são surpresas no sentido em que se especula que a Câmara se apropriou de milhões ou milhares de euros que cobrou indevidamente aos arrendatários quando estamos a falar de valores um pouco acima do simbólico, senão mesmo no domínio do simbólico. Mas terão a oportunidade de o constatar quando tiverem essa informação. -----

Reforço do fornecimento da água – Há que continuar nessa senda e conseguirmos lá chegar com a ligação que já não são muitos metros como o Senhor Presidente da Junta referiu. -----

Água/Albufeira da Serra da Estrela, das Cortes - Obviamente que continua a ser uma prioridade. Continuamos a trabalhar nesse sentido. -----

Tranquilizar sobre o problema das restrições ao consumo de água, atento o facto de estarmos a atravessar um período de seca extrema. Dizer que a barragem está com 92%, muito próxima da cota máxima. Isso não significa que, se não chover nos próximos tempos, não tenhamos que acrescentar preocupações e medidas para evitar problemas nesse domínio, mas não se antevê essa dificuldade. Se ela existir, cá estamos para nos precavermos. -----

Falou-se aqui sobre a regionalização. Na esmagadora maioria dos que aqui estamos, somos regionalistas. Prossigamos nesse caminho. -----

ERSAR e o problema da Taxa Única dos Resíduos – basta consultar o site da ERSAR para constatar que a imposição é desta entidade, ou seja, a existência de uma Taxa Única não foi uma vontade das *Águas da Covilhã*. Resulta de uma imposição da ERSAR que nos advertiu que poderíamos vir a ser punidos caso não fixássemos uma taxa única. -----

É injusta? É. Não há dúvida, mas é o que há. É a lei da República; são as normas que temos que cumprir e assim o fazemos. -----

Falou-se aqui muito no problema dos concursos desertos. A razão de haver concursos desertos não é exclusiva dos concursos das escolas. Está a tornar-se um caso grave face ao número de concursos em que isso acontece. -----

As razões concretas que estão na base deste fenómeno não são facilmente consensuais e detetáveis. Múltiplas razões concorrem para isso e as empresas têm dificuldades muitas vezes em recrutar mão de obra adequada ou especializada; há um conjunto de obras em curso (quer na Covilhã, quer na região) e a mão de obra escasseia também por isso. E as empresas têm receio em assumir o compromisso de assinar um contrato com uma entidade pública, como é a Câmara, e depois não conseguir cumprir. -----

Não é culpa da Câmara Municipal da Covilhã, isso vos garanto. Lançamos os concursos; os serviços técnicos, que os fazem há muitos anos com a reconhecida competência e idoneidade, continuam a fazê-los com essa competência e idoneidade e a colocá-los a público para concurso. -----

Parques Infantis – É, de facto, um problema que não é fácil de resolver, mas que, até ao final do corrente ano, tem que ficar resolvido. -----

Foi aqui dito, e bem, pelo Senhor Presidente da Junta da Boidobra que há situações concretas e essas situações têm que ser atacadas de vez, sendo certo também, embora não sejam muitos os casos em que Juntas de Freguesia – elas próprias - construíram o seu parque infantil, que temos que consensualizar uma estratégia conjunta – Juntas de Freguesia e Câmara Municipal – para, de

uma vez por todas, não andarmos aqui só e apenas em redor da Lei. Se olharmos para a Lei, a Lei nem agrada à Câmara, nem agrada às Juntas porque, na prática, tem um dispositivo que diz que, uma vez construído o parque, quem o gere e o mantém é a Junta. As Juntas é que não têm, e reconheço isso, capacidade financeira e, muitas delas, até técnica para manter esses mesmos parques.

Temos, de facto, que encontrar uma solução a contento de todos porque, em primeiro lugar, os parques desempenham uma função importante. As nossas crianças têm que ter sítio para o seu lazer e para as suas brincadeiras, mas também de forma segura e de forma a que não corram riscos absolutamente nenhuns. -----

Rua José Calheiros – estamos a aguardar que termine a tramitação do Loteamento. -----

O projeto de reformulação do cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507, de acesso à Boidobra, está em elaboração. -----

A substituição dos abrigos de passageiros – Como é bom de entender, estamos dependentes da entrada em vigor do contrato de concessão e, logo que entre em vigor, temos o problema resolvido. -----

Fui questionado se havia sobreposição de contratos com a concessão e com os contratos que estão em curso. Quase que desejava que houvesse sobreposição. Depende do Tribunal de Contas e não da Câmara Municipal. -----

Bairro dos Emigrantes no Paul – aguardamos ainda a oportunidade, mas está referenciado como prioridade. -----

No que se refere à requalificação do posto da GNR do Paul, foi prestada a informação à Assembleia de Freguesia, onde estão elencados todos os momentos do processo até hoje. Portanto, estão tão informados quanto eu e, às vezes, há desfasamentos como não de compreender. Nem todos os dias pergunto aos serviços em que pé é que estão alguns dos assuntos. -----

Relativamente à repavimentação do Belo Zêzere, não estamos propriamente a fazer repavimentação. Estamos a remediar o que lá está porque esta não é altura adequada para se pavimentar como deve ser aquele bairro. O que estamos a fazer são reparações, estamos a remediar para minorar o mau estado em que se encontrava aquele bairro. -----

5G – temos uma proposta da empresa que anda a fazer infraestruturas no Concelho e que se disponibilizou para que, conjuntamente connosco, cooperássemos para cobrir todo o território do Concelho. É faseado. Já há uma estimativa de cerca de 2 milhões de euros. Estamos a trabalhar conjuntamente com essa empresa e também dar a nota que a cobertura 5G já foi sinalizada no âmbito da CIM Beiras e Serra da Estrela (candidaturas ao PRR).” -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que “o Senhor Presidente da Câmara disse já ter sido feito há muito tempo a minha sugestão dos contratos de propriedade resolúvel. -----

Quero clarificar que, a partir da página 400 e qualquer coisa dos últimos relatórios e Contas, podemos confirmar que desde 2013 não aparece tendo sido feito nenhum. Portanto, se foi feito não consta do relatório e contas.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu ter ficado “por responder a questão sobre a questão da passagem de nível da E.M. 507. -----

Congratulamos a elaboração do projeto do cruzamento do TCT, uma vez que já saiu na Comunicação Social que iria ser feita e a questão da tramitação da alteração do Loteamento da Rua Conde José Calheiros. -----

Relativamente à questão dos parques infantis, se queremos arranjar uma solução entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal, não pode o Senhor Presidente vir aqui dizer que a Lei diz isso.

Já enviei ao Senhor Vereador e ao Senhor Jorge Vieira a questão deste despacho conjunto. A Lei 169/99 já dizia *gerir e manter os parques infantis públicos*; a Lei 75/2013 veio dizer *gerir e manter os parques infantis públicos*; e há este despacho interpretativo. -----

O que não podemos fazer é andarmos aqui a empurrar. O Senhor Presidente agora diz que é até ao final do mandato, mas no outro mandato, o Senhor Presidente disse que era até final do outro mandato. -----

Acontece que a ASAE está aí, vai estar e temos que arranjar efetivamente uma solução. A legislação é muito difícil de cumprir – não temos meios técnicos para assegurar isso. Uma vez construídos, a gestão não é da Junta. Não é isso que diz o despacho interpretativo do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Leitão Amaro. -----

Temos, de facto, que arranjar uma solução e já se viu que não passa por enviar para a ICOVI, a ICOVI para a Câmara e a Câmara para a ICOVI. -----

Temos que arranjar também uma solução para as ações de fiscalização que estão a cair e para as coimas impensáveis para a Junta de Freguesia pagar. Precisamos que os serviços, com as Juntas de Freguesia, vejam um plano de ação urgente para tratar deste problema.” -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** que referiu que, “no seguimento das palavras do Colega Marco Gabriel, é bom ver que a Câmara Municipal quer arranjar uma solução porque recordo uma resposta recebida da Câmara Municipal em dezembro de 2020, a propósito de um processo do parque infantil no Parque de São Miguel em que a ASAE nos queria multar em 11 mil euros. Pedimos apoio à Câmara Municipal e a resposta da Câmara Municipal foi *propõe-se que a Junta de Freguesia do Tortosendo proceda ao pagamento da coima*. -----

Este foi o apoio da Câmara Municipal! Portanto, fico contente com esta mudança de atitude!” ----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não se tratava de “mudança de atitude. Uma coisa é a interpretação da Lei e essa obrigação, segundo os nossos serviços, ser da Junta de Freguesia. Essa é uma questão. É o que está na Lei e a Câmara não pode pagar uma multa que é da Junta. Se está bem ou mal discutimos isso. Isso é outra questão. Se é justo? Não o é. -----

Para responder à questão concreta, eu não disse até ao final do mandato. Disse até ao final deste ano. É urgente. Estamos a falar das nossas crianças e obviamente que me preocupa a vossa situação enquanto Presidentes de Junta que não podem andar *ad eternum* a pagar multas por situações desta natureza e temos que encontrar uma solução de bom senso, bem construída e bem articulada.” -----

2.2 – 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1012 de 2022.02.21 e seus anexos. -----

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** declarou que, por impedimento legal, não irá participar na discussão, nem na votação deste ponto. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fundamentou a apresentação da proposta com a necessidade de “enquadramento de candidaturas a Fundos Comunitários, nomeadamente a abertura de uma nova rubrica orçamental para enquadramento da aprovação da candidatura do autocarro elétrico e carregador para transportes escolares, no valor de 312 mil euros, valor que será transferido para a Câmara e apoiado pelos fundos comunitários; -----

Uma outra rubrica para enquadramento de uma futura candidatura ao aviso de concurso para financiamento de bairros digitais. Vai permitir candidatar medidas de apoio e digitalização do comércio tradicional no centro urbano. É um valor simbólico de 7.500 euros porque, na verdade, o que importa agora é a abertura da rubrica e avançar com a candidatura. Quando houver certeza do valor necessário, cá viremos novamente e consignaremos essa mesma quantia na íntegra; -----

O reforço de uma outra rubrica, que é o reforço orçamental da candidatura de apoio à requalificação do espaço público da Avenida Frei Heitor Pinto, no valor de 924 mil euros. -----

Isto revela e contraria os profetas da desgraça que, incessantemente, aqui vêm a este palanque e outros sítios a dizerem que não fazemos nada, que não vamos fazer nada, que não temos estratégia, que não temos visão, que não planeamos, ... aqui estão exemplos que demonstram exatamente o contrário daquilo que vêm dizer.” -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) (doc.27):** -----

“Apenas para dar os parabéns ao presidente da câmara porque, pela primeira vez e desde que eu me lembre, se dignou a cumprir obrigação regimental de apresentar a alteração orçamental antes de ser discutida. -----

Portanto, apresento os meus cumprimentos e agradeço, de facto, que isso assim seja em 8 anos de exercício de poder acho que é interessante e curioso. -----

Percebemos, porém, porque é que isto aconteceu... Porque foi levantada a questão na reunião de Câmara e como resulta também documentação, de que não havia informação suficiente para a deliberação, e não há! -----

Portanto é importante talvez evitar isso para a próxima dando indicação de fosse apresentada informação escrita fundamentada de quais é que são as alterações das orçamentais em causa. ---

De resto, não posso deixar de registrar também, por outro lado que, de facto se constata, e afinal de contas, que a oposição tem razão ao classificar esta Câmara, como uma Câmara a reboque. ---

Porque todas as intervenções do Sr. Presidente vão no sentido dizer que se faz e se põe e dispõe, mas depois, quando acontecer a gente logo resolve. Ou seja, não há o mínimo de capacidade previsão, de capacidade de antecipação e aquilo que há, é o resolver os problemas em cima do joelho à media que aparecem, como acontece ainda agora com esta alteração: -----

Abre-se a rubrica, não sabe quando é custa e logo se vê quanto é que vai custar; como é a questão da água, quando faltar logo se vê se o que é que vai acontecer e fazer... -----

Não há sequer a sensibilidade de prevenir o que é que seja. -----

Muito obrigado” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) (doc.28** que foi adaptado à intervenção): -----

“A alteração orçamental aqui proposta, vem no seguimento das informações prestadas pelo Sr. Presidente de Câmara, aquando aprovação do Orçamento para 2022, na última assembleia municipal. -----

Portanto, ao contrário daquilo que o Deputado Municipal referiu anteriormente, era uma situação que estava prevista, mas tem que ser cabimentada, tem que entrar no Orçamento para depois poder ser efetivamente executada dentro dos procedimentos legais. -----

Em dezembro de 2021, aprovamos um orçamento que contemplava rubricas onde se inseriam candidaturas a fundos comunitários que aguardavam aprovação, mas que tinham que ser orçamentadas e cabimentadas para a sua realização, através de fundos próprios, que previsivelmente com a sua aprovação viriam a ser libertados e redirecionados para outras obras. -----

Ou seja, estarmos hoje aqui, a votar uma revisão orçamental por este motivo, é na opinião do PS, algo que deveria gerar regozijo a todos, deveria gerar uma saudação ao executivo, pela angariação de mais fundos comunitários para a execução de obras necessárias no nosso concelho e libertação de fundos para outras obras igualmente importantes. -----

No nosso entender, a forma de fazer política da oposição na Câmara Municipal e também nesta assembleia, assume uma tentativa de minorizar e desvalorizar tudo o que é feito por este executivo PS, mesmo que sejam assuntos, medidas ou investimentos que sejam bons para o concelho da Covilhã e a vida dos nossos concidadãos. O Partido Socialista, quando foi oposição sempre teve uma postura diferente, de responsabilidade para com a Covilhã e os seus cidadãos, sempre viabilizou os projetos e investimentos que considerámos ser importantes para o concelho. -----

Não se percebe que a oposição "Juntos Fazemos Melhor" se tenha absterido na votação desta revisão orçamental que liberta aproximadamente 1 milhão de euros de apoio concedido para a obra de requalificação da avenida Frei Heitor Pinto e que parte deles serão canalizados para a requalificação da sede do Grupo Humanitário de Dadores de Sangue da Covilhã. -----

Não foi esta mesma oposição que em novembro, também em reunião de câmara, se mostrou solidária à necessidade de ampliação da sede do Grupo Humanitário de Dadores de Sangue da Covilhã e declarou para a comunicação social que esta deveria ser "uma prioridade para o executivo".

É certo que essa necessidade, tal como outras, era uma necessidade que vinha de 2009, e que é anterior aos mandatos do partido socialista, mas foi este executivo que procurou encontrar a solução, que agora conta com verba alocada que possibilitará as obras desejadas. -----

Quero ainda saudar o facto de esta revisão orçamental prever a abertura de uma nova rubrica para enquadramento de novas candidaturas, nomeadamente de aquisição de um autocarro eléctrico e uma outra para uma candidatura de financiamento de bairros digitais, para apoio à digitalização do comércio tradicional do centro urbano." -----

- Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD): "Analisámos com muita atenção e muito cuidado esta alteração orçamental e, de facto, não podemos deixar de louvar que a Câmara Municipal tenha ido à procura de uma verba apoiada com fundos comunitários para poder ajudar a gerar receita e a fazer algumas obras. -----

No entanto, temos sempre alguma observação, neste caso dúvida, para a qual pedimos esclarecimento, que é o seguinte: -----

Em 29 de abril de 2021, o Senhor Presidente da Câmara tinha dito para a Comunicação Social que esta obra tinha um investimento de 1 milhão de euros. Em fevereiro de 2022, esta obra precisa de um reforço de 900 mil euros para além de 1 milhão de euros. -----

Portanto, a primeira pergunta é: sim senhor, é uma gestão de facto responsável, é uma gestão criteriosa dos fundos, mas afinal a obra de 1 milhão já vai em 2. Aquilo que percebemos e, às vezes, nem de olhos abertos conseguimos ver o que aparece nos quadros, e peço que verifiquem por favor a documentação que nos é enviada, porque não conseguimos ver os números que aparecem nos quadros que nos enviam nem de olhos abertos, quanto mais às vezes "votar de olhos fechados". -----

Não vemos aqui nenhuma rubrica que fale da requalificação da sede dos Dadores de Sangue. Então onde é que ficamos? Está ou não está contemplada? O Senhor Presidente assume publicamente

essa recuperação e requalificação da sede? Quanto é que ela vai custar? Em que rubrica é que foi incluída? -----

Essas são as dúvidas que nos levanta esta alteração orçamental e, por isso, gostaríamos de ver o devido esclarecimento para podermos definir a nossa tendência de voto.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** clarificou que “consequimos ler as tabelas que nos enviaram porque pedimos aos Vereadores a documentação enviada para a reunião de Câmara, cujo anexo deles tinha muito melhor qualidade de imagem do que o anexo enviado para a Assembleia Municipal. O nosso não era legível.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Às vezes fico estupefacto. Ou a questão é de retórica e, se for retórica, compreendo-a porque tem uma vertente política; se é técnica, aí tenho que dizer que é incompetência. -----

Sabe que não há nenhum reforço. A verba agora alocada limita-se a registar a comparticipação aprovada. Tão simples quanto isso. Qualquer aprendiz de contabilista sabe disso. -----

Após a integração, vamos proceder, como é natural, à transferência dos fundos próprios anteriormente alocados a novas obras, como é o caso da obra dos Dadores de Sangue.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Perante a sua classificação ou o seu juízo de valor, não me merece mais qualquer consideração. No entanto, continuo-lhe a dizer que as coisas são registadas nas receitas e nas despesas. E está na coluna do reforço da despesa.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Tenho todo o gosto de lhe enviar a explicação disto para casa (e não estou a ser irónico). É uma verba consignada.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Alteração Orçamental Modificativa** foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Peso e Vales do Rio) e 9 abstenções (CDS-PP, PPD/PSD e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP), os Presidente das Juntas/Uniões de Freguesia de Boidobra, Erada, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso e o Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Não tenho nem eu, nem a bancada do PSD, por apanágio nunca votar contas com a abstenção. Ou se vota a favor ou se vota contra. Não há meio termo. --

Quero dizer, com toda a franqueza e olhos nos olhos, que agradeço as explicações que deu aqui que não constavam dos documentos e que agora tenho mais informação do que tinha até ao início desta Assembleia. -----

Votei eu e a bancada do PSD como abstenção pela simples razão de que as informações que prestou não estavam descritas na tabela e, portanto, não me posso cingir apenas ao que é dito aqui e votámos com base no documento enviado. Se essa informação tivesse sido integrante do documento enviado, o sentido de voto seria diferente.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Relativamente aos instrumentos orçamentais, que são instrumentos da Câmara, opções da Câmara, são respeitáveis. E, por essa razão o CDS se abstém por forma a permitir que elas sejam executadas. -----

Na prática, aquilo que acontece é que, efetivamente, muitas destas questões se evitariam se houvesse informação escrita, prévia, a dizer o que é que vai ser feito e, nomeadamente, se estivesse inscrito o reforço para a tal obra da Associação dos Dadores de Sangue, que não aparecem lado nenhum! -----

E, por muito que me custe, não posso votar favoravelmente uma coisa que não existe e que não está plasmada nos documentos e é por essa razão que nos abstivemos”. -----

2.3 – PROPOSTA DE INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DA CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DE DECLARAÇÃO FUNDAMENTADA DE CARÊNCIA HABITACIONAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 14 de janeiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 e seguintes do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, através do ofício n.º 278 de 2022.01.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) (doc.29):** -----

“Relativamente a este ponto apenas dizer que isto é a constatação da forma de funcionamento desta Câmara. -----

Há um ano atrás aprovámos nesta assembleia - de que eu fazia parte, e portanto, também a aproveitei - a estratégia local de habitação porque a câmara descobriu que havia um Programa financiado chamado “1º Direito” e andámos aqui a correr para aprovar uma estratégia local de habitação. No entanto, constatamos hoje que não se consegue aplicar o programa 1º Direito sem ter esta Declaração que hoje estamos aqui a aprovar ou antes, estamos a iniciar a aprovação, porque de facto a Lei de Bases da Habitação - Lei n.º 83/2019, de 03 de Setembro - (artigo 22º n.º 7) prevê que, - e isto é preciso saber-se – só os municípios com declaração de carência habitacional aprovada têm prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas. Portanto, estamos a falar que andámos com carroça à frente dos bois; andamos a correr atrás qualquer coisa que afinal de contas, agora, temos que corrigir e voltar atrás ou mesmo que se consiga aproveitar algumas coisas mas o certo é verdade é que isto continua a ser um remendo, e é de facto exemplificativo daquilo que andámos a falar e vindo a alertar. -----

Diz o artigo 22º da Lei de Bases da Habitação que A Carta Municipal de Habitação (CMH) é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal. e fico preocupado porque mais uma vez estamos e continuamos aqui a aprovar remendos aos nossos instrumentos urbanísticos e de gestão urbanística da cidade, mas continuamos à espera da revisão efetiva do PDM que defina, de facto, as novas regras de funcionamento do urbanismo na Covilhã.

É evidente que temos que aprovar este ponto, e a questão aqui é mesmo de aprovar porque tem de ser aprovada, caso contrário, estaríamos a prejudicar o município, mas não podemos deixar de dizer que a Câmara tem que cumprir lei em todas as suas vertentes, nomeadamente, não pode olhar só para o artigo 22º da Lei de Bases e esquecer logo do artigo a seguir 23º que diz que a câmara municipal elabora anualmente o relatório municipal de habitação a submeter a aprovação da Assembleia municipal, ou seja, a este órgão, com o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão. Aquilo estamos a discutir aqui é uma coisa muito simples é que desde 2019 ou não há política municipal de habitação na Covilhã e não se fez nada, ou então a Câmara esquece-se de prestar contas a Assembleia Municipal, porque, desde que eu me lembro e estamos em 2022, já lá vão 2 anos depois da aprovação da lei, não aparece nada sobre este relatório da política municipal de habitação, e portanto, permito-me chamar a atenção para o Sr. Presidente nesse sentido.” -----

- Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS): “Antes de mais, quero começar por dizer que a intenção, por parte do Município da Covilhã de iniciar o procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e de Declaração fundamentada da carência habitacional é bastante reveladora da estratégia levada a cabo pelo Município e pelo Executivo do Partido Socialista nos últimos anos, que assenta na intenção de renovar o património habitacional e consolidar em simultâneo o processo de desenvolvimento urbano da cidade, onde se preocupa em garantir cada vez mais

condições dignas a quem delas necessita e não tem meios para as suportar, constituindo também uma evidência clara da visão estratégica e responsável no plano de gestão financeira da Autarquia.

E aqui nunca é demais lembrar que, no panorama geral da região centro, a Covilhã integra o top 10 dos municípios com mais fundos aprovados e isto é um indicador bastante claro daquilo que tem sido o trabalho desenvolvido nos últimos anos. -----

Assim como também da sua capacidade agregadora e promotora da dinâmica expositiva, na medida em que procura várias entidades e *stakeholders* numa perspetiva de desenvolvimento e cooperação através da elaboração deste documento, algo que tem pautado os mandatos do Partido Socialista na Câmara Municipal da Covilhã. -----

A Declaração fundamentada não só habilita o Município a recorrer a instrumentos de reforço financeiro para investimento nas áreas destinadas ao uso habitacional no PDM ou outros planos territoriais, como também a um condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais definidas na Carta Municipal de Habitação para habitação permanente e ainda garante prioridade no acesso ao financiamento público. -----

A descentralização e o reforço da escala local são outros dois tópicos bem explícitos neste documento que nos indica algo ainda mais importante: o foco está nas pessoas e não nas habitações. -----

É precisamente por nos revermos nessa visão humanista e no propósito do documento que a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã irá votar favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** “Dar nota que este documento nem é prévio, nem podia ser prévio à Estratégia Local de Habitação. -----

Ele complementa, ele é subsequente e é para concretizar, para materializar a Estratégia Local de Habitação.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta de início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.4 – PROPOSTA PARA A FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DOS LOTES SITUADOS NAS ZONAS INDUSTRIAIS DO CONCELHO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1011 de 2022.02.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel dos Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Na informação escrita que nos foi enviada, encontra-se a venda de um lote na Zona Industrial do Tortosendo com 3.431 m² que foi vendido por 17.155 euros. Fazendo as contas, o preço do m² foi de 5.00€. -----

Entretanto, na informação é feito o levantamento e aquilo que encontramos é um valor próximo dos 2.33€ em Castelo Branco (na média feita e que nos foi apresentada), mas seria interessante conhecer os valores que são praticados no Fundão e na Guarda – cidades aqui mais próximas da nossa região. -----

A Câmara, se vende a 5.00€ e neste momento está a propor 6.50€, há de certa forma aqui um aumento, digamos assim, em relação àquilo que foi a prática ou àquilo que foi a ação e o procedimento da Câmara na venda de um lote no Tortosendo. -----

Como é evidente, a venda dos lotes hoje é negociada com a Câmara Municipal. Não existe de facto esse valor, mas não sei se o 6.50€ é um valor competitivo para a nossa região ou não.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) (doc.30):** “É remetida a esta Assembleia uma proposta da CMC para a fixação do preço de venda dos lotes nas Zonas Industriais do Concelho que nos cabe apreciar.

Em primeiro lugar, importa avaliar o montante que nos é proposto sob dois pontos de vista: se o montante proposto defende o erário público e se permite, paralelamente, potenciar a fixação de empresas no nosso Concelho. Se a resposta à primeira questão é sempre relativa, o que nos é indicado pelos preços praticados pelos outros municípios como explicitado na proposta que varia de 2,33€ até 12,68€, a adoção da média destes valores como proposta parece ser um método adequado. A resposta à segunda pergunta já é uma resposta mais directa. Quando comparado o preço agora proposto com o dos outros municípios referidos e de forte implantação industrial como é o caso por exemplo de Guimarães ou Águeda, verificamos claramente que o preço proposto se revela competitivo, por ser claramente abaixo das médias destes municípios. Mais, os dados apresentados para os preços de venda dos lotes em zonas industriais revelam que o principal critério para a fixação de empresas não passará por este valor. Só assim se explica que dos municípios apresentados são aqueles cuja média de preços é mais alta que têm maior actividade industrial. -----

Acresce ainda que a criação de postos de trabalho é um factor que influencia muito o preço que se irá cobrar às empresas, tomando a forma de um desconto sobre o preço, variável em função do número de trabalhadores, e que pode mesmo chegar aos 50%. O interesse do município na fixação de empresas deve ser, antes de mais, o da criação de emprego e fixação de pessoas por essa via, o que é manifestamente promovido pela aplicação deste desconto. -----

A aprovação deste regulamento vem acabar com a incerteza, com a discricionariedade. Estivesse ele em vigor noutros tempos, nos tempos da outra Senhora, e provavelmente ter-se-ia impedido o estranho fenómeno por que passou o Parque Industrial do Tortosendo em que uma boa parte dos

lotes foi entregue à especulação imobiliária sem quaisquer vantagens para a Covilhã e para os covilhanenses. Não se entende mesmo qual a razão pela qual muitos dos lotes deste Parque Industrial foram vendidos sem se garantir a efectiva instalação de empresas nos mesmos. Era assim que faziam os mesmos que hoje clamam por condições mais competitivas: entregavam os terrenos a privados e depois ou o Município os retomava ao preço que os privados quisessem ou as empresas que se quisessem instalar que pagassem o preço que os donos pedem. -----

Por fim, resta ainda referir que este é mais um exemplo da transparência com que a coisa pública é tratada por este executivo: sabemos o preço, os termos que o condicionam tirando espaço à opacidade no tratamento destes assuntos. E como tanto se afirma, a falta de estabilidade nas regras é um dos fatores que inibe o investimento. -----

Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta em análise.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) (doc.31):** “Sobre esta matéria, nem de propósito, há pouco acabamos aqui de ouvir o que um deputado municipal veio dizer, e bem, a propósito da regionalização que tanto defende que não podemos andar a misturar o que é litoral com o interior; não podemos comparar o incomparável, temos que olhar para as nossas próprias realidades e defendê-las, e ter gente que as defenda... -----

Apetece-me dizer, bem prega Frei Tomás... Porque olhamos depois, na prática e a câmara da Covilhã vem aqui comparar Pinhel com Anadia, Castelo Branco com a Nazaré e depois vem-se aqui dizer, defender uma máxima absoluta, quer dizer, que lá os senhores até têm muito mais atividade industrial do que nós. Eu acho que isto é uma coisa absurda... e de facto, apura-se um preço médio e define-se o critério preço médio entre estas duas realidades incomparáveis, em vez de olharmos aqui para os nossos vizinhos e saber porque é que as empresas se vão fixando no Fundão e em Castelo Branco e não tanto na Covilhã; Porque a verdade é esta: não se consegue perceber como é que se consegue trazer para esta assembleia uma comparação incomparável. Se me dissessem que Castelo Branco vende o metro quadrado a 1€, Pinhel vende a 2 ou 3€/m2... o preço médio que está na informação escrita que nos foi disponibilizada, nesta faixa do interior é de 2,33€/m2! A nossa concorrência direta são 2,33€/m2... -----

E estão-me a dizer que 6,50€/m2 é um preço que é competitivo!? -----

Pelo amor de Deus... se nos queremos comparar com a Anadia, então vamos para o litoral. Não vamos escamotear a realidade daqui. Sobre esta situação, obviamente que nós estamos contra deste a esta forma de olhar porque nós não podemos vir para aqui invocar a necessidade da defesa das nossas especificidades e das injustiças entre da regionalização entre o litoral e o interior e depois ser esta câmara aplicar essa injustiça... Isto é que não faz sentido. -----

Na segunda parte, é preocupante como é que uma câmara apenas estabelece como único critério de desconto no preço de aquisição do m2, a mão de obra! -----

Como se estivesse a dizer que nós somos um concelho que priorizamos ou premiamos a instalação de empresas de mão-de-obra intensiva no concelho, ignorando qualquer outra realidade! -----

Até podia cá estar este critério... Mas deviam cá estar outros, como o montante do investimento; a oportunidade do investimento; o interesse municipal do investimento... mas esses não constam do documento! -----

Está exclusivamente que a única razão de desconto é o número de postos de trabalho! E de facto, por muito que a gente queira efetivamente, ter cá muita gente, apesar das recentes das opções das pessoas em ir viver para o Fundão, o que é legítimo que as pessoas tenham essa liberdade, a verdade é que as coisas têm que ser feitas de outra maneira, tem de se olhar para o investimento de outra maneira! Têm de ser utilizados outros critérios que não apenas o dos postos de trabalho, e que permitam e atraiam a instalação na Covilhã, de empregos qualificados, empresas tecnológicas que têm muito pouca mão de obra, de investimentos outras áreas que até podem não ter mão de obra mas são importantíssimos e, digam-me, onde é que isso está nesta proposta? Não está... -----

E portanto, sob pena que estarmos a colaborar num erro e de passar uma mensagem errada aos empresários e investidores que cá queiram vir instalar-se, não podemos aprovar esta situação.” --

- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PDS): “Vou mais ou menos na senda daquilo que foi dito agora. -

1º Elogia-se haver uma proposta de fixação de preços dos lotes. Dito isto e havendo uma proposta, não se pode dizer que ela é competitiva quando o mesmo estudo que o Município faz (podia ter feito a outros concelhos da Beira Interior, que não foi feito) chega à conclusão, documento assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, de que os municípios do interior têm a média de 2.33 e adota os preços de Guimarães, Águeda e outros municípios. De 12.50 faz uma média entre o litoral e o interior para se chegar a um valor de 6.50. O valor de 2.33 seria o ideal, que é o praticado em zonas como a nossa. Não sendo esse, podia ser um valor ligeiramente mais alto (3.50 ou 4.00). -----

O que é certo é que não se pode dizer que é competitivo, sendo bom que haja uma fixação (que é), mas tem que ser e queremos que seja competitiva. Não pode sê-la se aqui ao lado no Fundão é 4.00 e na Covilhã é 6.50. -----

2º A proposta de escalonamento ao nível dos postos de trabalho é uma boa proposta, mas temos que pensar nas empresas tecnológicas. -----

Se tivermos aqui uma empresa tecnológica que não tem mão de obra, capital intensivo, como é evidente, mas que traz até um maior volume de negócios, maior riqueza, paga mais impostos no município, também obviamente gera aqui riqueza, consumo, etc., o que beneficia o município e está a ser prejudicado por ser um estilo de empresa do século XXI em vez de um estilo de empresa do século XIX. É preciso ter isso em conta. -----

Sendo bom haver esta proposta (é melhor do que não haver), continua a não haver aquilo que falámos na primeira Assembleia Municipal deste mandato: dossier do investidor. -----

Havendo um dossier do investidor, temos os critérios definidos, é mais fácil de uma forma global e o investidor que queira vir para a Covilhã sabe aquilo com que pode contar na verdade numa perspetiva integrada. -----

Para terminar, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, propor à Câmara Municipal a fixação de um valor de 3.50 em vez de 6.50 e que seja aqui votada, portanto que sejam votadas as duas propostas, e também a fixação de um valor de 2.50 para as empresas tecnológicas.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: se a empresa que pagou os 5,00€/m² os achou competitivos ou antes quis ir para o Fundão. -----

Ao Senhor Deputado João Bernardo, se a gente ler os documentos fica um bocado mais esclarecido porque no caso de projetos serem considerados de interesse municipal a Câmara pode baixar o valor que cobra à empresa.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PDS):** “Há aqui uma questão que o Senhor Deputado Nuno Pedro disse agora e que me esqueci de dizer. -----

A Câmara pode fazer isso, mas então porque estamos a aprovar esta proposta, se a Câmara pode fazer o que quiser a seguir? -----

Havendo uma fixação, ela deve ser clara e, portanto, não deve haver margem para isso que o Colega Nuno Pedro aqui falou. Deve ser claro aquilo que vai acontecer em todas as situações, não dando obviamente margem de discricionariedade para qualquer tipo de imprecisão.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Dar a nota que fizemos este benchmarking com municípios aqui próximos e não foi só e apenas com municípios do litoral. -----

Comparámos uma série de municípios: Castelo Branco, Proença-a-Nova, Oleiros, Figueira de Castelo Rodrigo, Chaves, Pinhel, Murça, Águeda, Mealhada, Alfândega da Fé, Lousã, Nazaré, Guimarães, Vale de Cambra, Vidigueira, Angra do Heroísmo, ... Portanto, há aqui *n* de municípios que não são do litoral e uma série de municípios que são da nossa dimensão. Haverá aqui algum paralelo em termos económicos e outros que o não têm. -----

Fez-se a média e atendeu-se a essas realidades e às envolventes que temos. -----

A verdade é que continua a ser preponderante, porque é um fator crítico, o número de trabalhadores que cada empresa traz para o nosso concelho. Também acho que não deve ser o único critério, mas é o critério preponderante. -----

Obviamente que para toda e qualquer empresa, quanto mais qualificada, quanto mais valor acrescentado trazer para o nosso Concelho (algumas, mesmo tendo poucos trabalhadores, têm um alto valor acrescentado), temos sempre esta válvula de escape que são estes projetos de interesse municipal que são discutidos no órgão com toda a transparência. Não é por despacho do Presidente da Câmara ou do vereador ou do diretor de serviço. É trazido ao Executivo e depois à Assembleia Municipal conforme o caso e, nesse contexto, toda a gente vai sindicar, fiscalizar, ver se efetivamente o preço que se está a propor para se negociar um lote é ou não é consentâneo com a defesa do interesse público. -----

Quanto ao guia, nós temos guia há muito tempo. Está desatualizado e agora vamos atualizá-lo bilingue, aquando da inauguração do Centro de Inovação Empresarial.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PDS):** “Esclarecer que, como disse, o escalonamento com base no número de trabalhadores obviamente é bom e nós concordamos. -----

Ainda assim, se a Covilhã praticar um preço de 6.50 (como é a proposta) discordo do critério. Discordo em termos metodológicos claros na escolha dos municípios a estudar. Parece-me evidente que não são municípios (muitos deles) com condições iguais às da Covilhã e outros de tamanho, condições socioeconómicas, etc. Mesmo aqueles de dimensão semelhante... não há comparação do número de empresas que querem ir para Águeda ou para a Covilhã, mesmo que a dimensão até possa ser mais ou menos semelhante. Não há comparação pelas condições anímicas dos próprios distritos e de empresas se localizarem, como acontece muito, por exemplo, em Braga; em Viseu - a maioria das empresas estão fora de Viseu (as pessoas vivem em Viseu e vão trabalhar para as empresas que estão nos arredores). Isso acontece com muitos municípios que aqui estão mencionados. -----

Essa proposta e esse desafio ficam aqui para o Senhor Presidente da Câmara e, utilizando as suas palavras no passado de que há coisas que exigem maturação, pensamento, discussão entre todos, lanço a sugestão, não bloqueando obviamente a necessidade de termos isto aprovado o quanto antes e se o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara concordarem, de uma assembleia extraordinária no próximo mês e podemos votar um novo documento que possa ser consensualizado entre as bancadas e que, se não quiserem pelo menos rever a média que aqui propõe, pelo menos possa ter os critérios para as empresas de base tecnológica porque, como disse até pode ser transparente para o executivo municipal, mas é muito melhor se *a priori* souberem com o que podem contar. -----

Fica a sugestão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Proposta para a fixação do preço de venda dos lotes situados nas Zonas Industriais do Concelho*** foi a mesma ***aprovada por maioria com 25 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Boidobra, Dominguizo, Ferro, Peraboa, Orjais, Peso e Vales do Rio) e 8 votos contra (PPD/PSD e CDS-PP).*** -

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) e os Presidente das Juntas/Uniãos de Freguesia de Erada, Tortosendo, Unhais da Serra, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso e Teixoso. -----

2.5 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO – ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES – ANO LETIVO DE 2021/2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 691 de

2022.02.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: questionou “se está acautelado a questão dos contratos de trabalho com os trabalhadores.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal**: respondeu que “esta questão tem a ver com o reforço do número de horas na contratação de uma trabalhadora não docente para assegurar o acompanhamento do serviço de refeições da Escola Básica de Vales do Rio no ano letivo de 2021/2022.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: esclareceu que “tem efetivamente contrato de trabalho porque não fazemos protocolo com a Câmara Municipal que não preveja contrato de trabalho. Aqui é apenas o reforço de 2 horas.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Acompanhamento do Serviço de Refeições – Ano Letivo de 2021/2022*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** --

2.6 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS/UNIÃO DE FREGUESIAS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DO DESPORTO

--- Na sequência do disposto na alínea g) do n.º da 1 do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que foi apresentada uma lista, pelo Partido Socialista, a propor os Senhores: Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo e Daniel Nave Tavares (Presidente da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

- Submetida a candidatura a sufrágio, por escrutínio secreto, apuraram-se os seguintes resultados:

| | |
|-----------------------------|----|
| - Número de votantes | 34 |
| - Número de votos a favor | 28 |
| - Número de votos contra | 0 |
| - Número de votos em branco | 5 |

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representantes os **Senhores Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo e Daniel Nave Tavares (Presidente da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto)**. -----

Não participaram da eleição, por não se encontrarem presentes no ato da eleição, os Senhores: João Ramos Almeida (Erada), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo).

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “A ideia que foi transmitida é que eram duas eleições e à partida deveria haver dois boletins de voto. -----

Depois, em algumas circunstâncias, não conseguimos perceber e a Mesa deveria no início explicar como é que era porque, relativamente àquelas votações que fizemos (acho que na última Assembleia ou na outra), há votações que é para representantes de Presidentes de Junta e só votam os Presidentes de Junta ou só votam os membros da Assembleia. -----

Outra questão que estranho é a apresentação de uma proposta de um grupo parlamentar para os Presidentes de Junta, uma vez que (que eu saiba) declaradamente aquele que se inscreveu em grupo municipal dos Presidentes de Junta fui eu apenas (que eu tenha conhecimento). -----

A outra questão: espero que os representantes acabados de eleger façam o seu trabalho, nomeadamente na verificação da implementação do Plano Estratégico Desportivo Municipal e naquilo que ele contempla para o bem do desporto e das freguesias que lá está previsto.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Na qualidade de líder da bancada que apresentou a proposta quero dizer ao Senhor Presidente de Junta Marco Gabriel que o Partido Socialista propôs naturalmente o Senhor Presidente de Junta com a sua anuência e com a sua concordância. Pedimos previamente a autorização ao Senhor Presidente, se estava interessado e se estava disponível para que o seu nome fosse proposto pela bancada do Partido Socialista, como já propusemos noutras eleições Presidentes de Junta de outras forças políticas e naturalmente com a sua prévia concordância.” -----

2.7 - 3.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DECORRENTE DA REVOGAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE INCIDÊNCIA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 14 de janeiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 121.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na sua redação atual, através do ofício n.º 275 de

2022.01.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento da 3.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Alteração por adaptação decorrente da revogação de planos territoriais de incidência municipal. -----

2.8 - DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.ºS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO E 22/2015, DE 17 DE MARÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 14 de janeiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 276 de 2022.01.17 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Verifica-se, de ano para ano, um aumento da dívida em algumas áreas, nomeadamente nas rendas de habitações e nas rendas diversas, jardins de infância.

Esta declaração, relativa a 31 de dezembro de 2021, corresponde a 1.181.000€. Portanto, são verbas que a Câmara não consegue ou não tem conseguido cobrar ou receber. -----

A questão é que há algumas conclusões que, com certeza, o Executivo já retirou, já refletiu. Por que é que a Câmara não consegue, de facto, cobrar? Porque a dívida não prescreve, a dívida mantém-se. Se ela se mantém é porque a Câmara tem intenções em cobrar essa dívida. -----

É evidente que poderá existir, neste aumento, questões relacionadas com a pandemia e algumas situações sociais relativas a essas dificuldades. Mas aquilo que se verifica é que, já antes da pandemia, esses valores também já eram elevados. Quando comparamos com o ano de 2019, já os valores andavam, pelo reino das habitações, nos 490 mil. -----

Há aqui, de facto, valores elevados que carece do Executivo um pouco de análise e de cobrar aquilo que é possível cobrar e, se calhar, declarar como incobrável aquilo que não se consegue cobrar. Caso contrário, esses valores vão continuar a crescer. -----

Somando a esta informação, seria interessante conhecer também quantos incumprimentos existem ao nível da AdC porque eles existem de certeza. -----

Aquilo que sugeria e que propunha à Câmara era que fizesse uma análise aprofundada para que esta realidade se consiga ultrapassar. Cobrar aquilo que é possível cobrar e verificar se, de facto: são as carências existentes no Concelho que levam a esta realidade; se são as dificuldades económicas da população que levam a esta realidade; se são as tarifas que são demasiado elevadas face ao tal salário médio distrital onde a Covilhã também está inserida (é o 4.º ou 5.º, a contar de baixo, mais baixo do país) – mas temos que adequar muitas das taxas também aos rendimentos que as populações têm, caso contrário estamos a dificultar a vida das pessoas por via das taxas que a Câmara cobra.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “Dar-lhe nota que, como disse e bem, já antes da pandemia existia um valor relativamente considerável. A verdade é que, com a pandemia, tal se agravou e, designadamente, por causa da suspensão das cobranças coercivas. Houve um aumento e esse aumento registado deve-se sobretudo a esse contexto e a essa suspensão. -----

De todo o modo, acho interessante e é uma boa sugestão a de analisar e de tentar, dentro do quadro legal, arrumar algumas dessas dívidas.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve inscrições para intervenção do público. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



(doc. 01)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O conflito Rússia – EUA, Nato e Ucrânia

Utilizo aqui, no fundamental, a posição pública do PCP em relação a este conflito, que irá ter sérias repercussões na nossa vida coletiva

Os eleitos do PCP expressam a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares de grande envergadura da Rússia na Ucrânia, muito para além da região do Donbass, e apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial.

Os eleitos do PCP reafirmam a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia, à resposta aos problemas de segurança colectiva na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia – princípios que o PCP defendeu quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, o Iraque, o Afeganistão, a

Líbia ou a Síria, e que continua em coerência a defender hoje com a mesma convicção.

Os eleitos do PCP salientam que o agravamento da situação é indissociável da perigosa estratégia de tensão e confrontação promovida pelos EUA, a NATO e a UE contra a Rússia, **que passa pelo contínuo alargamento da NATO e o reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras daquele país, e em que insere a instrumentalização da Ucrânia, desde o golpe de estado de 2014, com o recurso a grupos fascistas, e que levou à imposição de um regime xenófobo e belicista, cuja violenta acção é responsável pelo agravamento de fraturas e divisões naquele país.**

Os eleitos do PCP sublinham que a Rússia é um país capitalista, cujo posicionamento é determinado, no essencial, pelos interesses das suas elites e detentores dos seus grupos económicos, com uma conceção de classe oposta à do PCP.

Posicionamento que teve expressão, nomeadamente, nas declarações de Putin proferidas no início desta semana que constituem uma grosseira deformação da notável solução que a União Soviética encontrou para a questão das nacionalidades e o respeito pelos povos e suas culturas.

Importa, ao mesmo tempo, sublinhar **que não é expectável que a Rússia, cujo povo conheceu na história colossais agressões, considere aceitável que seja incrementado junto às suas fronteiras um cerco militar por via de um ainda maior alargamento da NATO.**

A solução não é a guerra, é a paz e a cooperação.

Em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português deverá actuar de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação e a facilitar uma solução negociada, e não alinhar Portugal na estratégia de crescente tensão ditada pelos EUA, a NATO e a UE.

No quadro em que o conflito na Ucrânia está hoje colocado, a solução da paz só pode ser alcançada travando a escalada de confrontação da NATO, dos Estados Unidos e da União Europeia com a Rússia e contando com o contributo da Rússia para uma solução política e pacífica negociada.

O PCP defende esta posição com a coerência de quem sempre recusou a guerra e defendeu a paz como solução para os conflitos internacionais.

Defendemos esses princípios quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, o Iraque, o Afeganistão, a Líbia ou a Síria.

Voltamos a defendê-los hoje com a mesma convicção apelando ao desenvolvimento de ações em defesa da solução pacífica dos conflitos internacionais, pelo fim das agressões e ingerências do imperialismo, pela rejeição do alargamento da NATO e pela sua dissolução, contra a militarização da União Europeia, pelos princípios de paz e desarmamento inscritos na Constituição da República Portuguesa, que aqui recordo

Os números 1,2 e 3, do artigo 7º da CRP, referem que:

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.

3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.

Que se cumpra a Constituição de República Portuguesa.

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV



[Handwritten signatures in blue and black ink]

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmos. Senhores membros da mesa da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmas. Senhoras Vereadoras
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal
Exmos. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta
Exmos. Senhoras e Senhores jornalistas
Exmos. Senhoras e Senhores aqui hoje presentes

Reúne hoje esta Assembleia pela primeira vez em mais um ano civil, sendo certo que é também uma das primeiras reuniões do actual mandato autárquico.

Não podemos, por isso, deixar de aqui dizer de forma clara que queremos e esperamos ver mais acção do executivo socialista. Mais acção no investimento, mais acção no emprego, mais acção no ambiente, mais acção no turismo.

A ameaça da pandemia e os constrangimentos provocados pela gestão do risco para a saúde que a Covid-19 impunha estão, tudo indica, a terminar, e com eles termina também a “desculpa” para não se fazer, para se adiar, para fazer pouquinho.

Queremos, nós Covilhanenses, que nos sejam apresentadas estratégias, estratégias pensadas, estudadas e que de forma integrada possam funcionar e potenciar o Concelho.

É preciso apoiar os investidores, agilizar procedimentos, facilitar os canais de contacto entre os empresários e os diversos serviços da autarquia, é preciso mostrar-lhes opções, valorizar o que o concelho tem de melhor e apresentá-lo como solução a quem aqui possa investir.



[Handwritten signatures in blue and black ink]

É preciso apoiar os nossos empresários, ajudá-los a encontrar alternativas que alavanquem os seus negócios, apoiá-los activamente na apresentação de candidaturas a fundos comunitários; reconhecer o seu mérito e intervenção na comunidade premiando-os.

É preciso mostrar aos jovens empreendedores e aos recém licenciados na nossa Universidade que a Covilhã tem condições para aqui iniciarem os seus projectos profissionais.

Há que dinamizar o Centro de Inovação Empresarial, inaugurado há quase 1 ano e do qual ninguém ouve falar; potenciar o Parkurbis promovendo o empreendedorismo de base tecnológica que já o caracterizou.

Urge reforçar a ligação entre a Câmara, o Parkurbis, a UBI e a UBIMedical.

Assim como se impõe criar um Plano Estratégico de Turismo que atraia as pessoas, que as faça vir à Covilhã e permanecer no Concelho mais do que o tempo necessário para o atravessar a caminho de outro destino.

Pode ser criado um calendário de eventos com potencial turístico que se estenda por todo o ano; pode ser criada e amplamente divulgada uma rede de percursos e itinerários urbanos e rurais, integrando as empresas de animação turística, o pequeno comércio local, os restaurantes, os hotéis.

Deve ser dinamizada a Praça do Município, centro da cidade e cartão de visita impressionante para quem ali chega, mas não pelas razões certas.

Hoje em dia impressiona pelo silêncio, pelo vazio, pela total ausência de vida onde ao fim de semana e finais de dia circula pouco mais do que um bando de pombas.

Há muito que é prometida a instalação das Conservatórias do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel no centro da cidade. Com tal mudança não só



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

se traria muito mais gente para o centro como se encontraria a solução há muito aguardada para a falta de espaço no Tribunal Judicial da Covilhã, libertando a saída do Registo Civil um espaço que as entidades judiciais muito anseiam e necessitam.

Há que dar vida ao coração da cidade, dotá-lo de áreas de lazer, onde apeteça estar, que nos convidem a ficar. Urge corrigir erros do passado e, logo que legalmente possível, devolver ao espaço junto à Igreja da Misericórdia a dignidade de que precisa.

Que se arborizem as ruas da cidade, mas de forma criteriosa, adequando-se cada árvore ao local onde é plantada, para que não se passe a vida a cortar árvores porque as raízes danificam o pavimento.

Numa altura em que, como nunca, se valoriza o exercício físico ao ar livre e o uso de espaços verdes como local de convívio de toda a família, a Covilhã dá-se ao luxo de ter na Goldra um elefante, não branco mas cinzento, sem vida. A Goldra é um local imenso e cheio de potencial mas é feio, envergonha-nos e não traz hoje qualquer mais-valia aos covilhanenses.

Por outro lado, ansiamos que, finalmente, se possa alterar o Regimento desta Assembleia, aproximando-nos dos cidadãos, quer permitindo a sua intervenção nas sessões sem que para isso tenham de aguardar por 6, 7 8 ou mais longas horas, quer permitindo a todos acompanhar os trabalhos, que são públicos, através da transmissão online das sessões.

Em Dezembro último foi aprovada a criação de uma comissão de revisão do regimento mas, que eu tenha conhecimento, mais nada aconteceu depois disso.

A Assembleia tem de estar ao serviço dos cidadãos e próxima dos cidadãos, nisso todos estaremos de acordo e é urgente rever o regimento desta Assembleia, sem mais demora.



Handwritten signature in blue ink, possibly 'MA', and another signature in black ink below it.

Por fim, não podemos deixar de registar e lamentar a pouca relevância dada aos Membros desta Assembleia.

No passado sábado decorreu, nesta ^{*cidade*} mesma sala, o Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais e aos membros desta Assembleia nada foi dito.

Ainda que por razões de espaço, de lotação máxima imposta pelas regras de combate à pandemia ou por imposição do regulamento do Congresso a presença dos Membros desta Assembleia não pudesse ocorrer, o mínimo que se esperaria é que o Senhor Presidente da Assembleia nos informasse de que, nessa qualidade, seria anfitrião de tal evento.

Concluo como comecei: queremos e esperamos mais.

Covilhã, 25 de Fevereiro de 2022

Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã,



Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sra e Srs Vereadores,
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Através da Organização Transparência Internacional, Portugal tem ao seu dispor a publicação de um Ranking de índices de transparência dos Municípios.

Este ranking tem por objetivo criar pressão social e incentivar as autoridades locais a melhorarem as suas ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos, com vista a uma governação mais aberta, responsável e participativa.

O Índice cria, assim, critérios universais de aferição dos níveis de transparência dos municípios, através da análise de informação sobre a governação local, disponibilizada nos seus websites.

É uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promovendo um maior envolvimento na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local.

O índice é publicado desde 2013, medindo o grau de compromisso do Poder local com a transparência, ou seja, a faculdade de tornar públicos todos os atos da governação e dos seus representantes para providenciar á sociedade civil a informação relevante de forma completa, atempada e de fácil acesso, isto é on-line.

Em Portugal, o caminho percorrido para fortalecer os níveis de transparência tem sido difícil, mas aparentemente bem-sucedido.



Os 308 Municípios têm tido na sua maioria uma evolução positiva.

A Covilhã está no lugar 162 do ranking, mas tem sido um dos municípios que têm tido uma evolução positiva.

No entanto, fazendo uma comparação com municípios vizinhos temos á nossa frente Castelo Branco no lugar 140 e o Fundão no lugar 81. Ou seja, a Covilhã ainda têm muito caminho para andar.

Algumas questões que têm influenciado a relação entre os cidadãos e o poder local devem-se a vários fatores, nomeadamente :

- ao panorama político nacional e europeu;
- ao impacto social e económico da globalização;
- à distancia entre os eleitores e os eleitos;
- às novas formas de cidadania ativa;
- aos esforços de descentralização, que levaram à transferência de competências para as autarquias, aumentando a complexidade da governação local;
- à crescente exigência dos cidadãos em relação aos níveis de rigor e de ética dos seus eleitos locais;
- e à adaptação a novos canais e meios de comunicação desenvolvidos com as novas tecnologias.

E é aqui neste ultimo ponto que avanço para o verdadeiro objetivo desta minha intervenção: voltar a trazer para debate e discussão as transmissões on-line nas sessões da Assembleia Municipal e das Reuniões Publicas do executivo camarário.

Este já não é um assunto novo, já foi proposto em reuniões de camara, no anterior mandato pelo então vereador Adolfo Mesquita Nunes e os atuais vereadores da coligação CJFM , reforçaram novamente esta proposta na ultima Reunião de camara.

A bancada do PSD é totalmente solidária com esta proposta e quer contribuir para a sensibilização deste órgão na necessidade de implementação deste instrumento, na medida que acredita no



grande contributo que o mesmo dará para a melhoria e o desenvolvimento da democracia local.

Democracia, essa, onde o poder local é valorizado mas sobretudo onde existe um fortalecimento da relação entre nós, os eleitos, e os cidadãos que nos elegeram, promovendo, assim, um maior envolvimento, dos mesmos, na vida autárquica .

A ausência de publico nestas reuniões e a diminuição dramática da sua participação cívica leva-nos á urgência na mitigação desta realidade. Temos de promover uma aproximação dos órgãos deliberativos aos munícipes, aumentando a transparência sobre os assuntos de interesse da comunidade e a maior participação dos Covilhanenses. É um imperativo democrático aumentar esta participação e estimular o escrutínio político.

Considerando que a ausência dos munícipes está relacionada muitas vezes pela impossibilidade de participarem nas reuniões publicas por motivos profissionais, logísticos ou até por motivos de saúde, o que inviabiliza que acompanhem matérias essenciais para o seu concelho, seria uma grande mais valia que estas reuniões passassem a ser transmitidas em direto, via streaming , os seja on-line.

A aplicação deste instrumento não é nenhuma novidade para este executivo uma vez que o utilizou e bem, na 1ª Sessão da AM onde todos nós tomamos posse.

Estamos em novos tempos, depois de 2 anos de pandemia onde muito nos foi retirado, também nos reinventámos.

Hoje a digitalização e o on-line fazem parte das nossas vidas, todos os órgãos da nossa administração publica usam e abusam do digital, por forma a que a informação chegue a todos e não só aqueles que se deslocam fisicamente aos serviços. Então, por nós haveremos de ser diferentes?

Atenção, há muito que deixou de fazer sentido atrasar a evidencia de que as transmissões em direto e as gravações disponíveis on-



line irão fazer parte também dos órgãos do Poder Local , como acontece por exemplo na Assembleia da Republica.

Em vários municípios do País este meio de proximidade- entre eleitos e eleitores- já foi colocado á disposição dos munícipes faz tempo : Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Vila do Conde, Barreiro, Peniche, Nazaré, Sesimbra, Entroncamento, Torres Vedras, Famalicão e Mealhada. Neste pelotão da frente estão municípios de grande porte mas também municípios mais pequenos que provam que a dimensão não lhes turva o raciocino, não lhes tira a audácia nem o arrojo de contribuírem para uma verdadeira Democracia participativa.

“ A republica Portuguesa é um estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização politica democrática, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.” - Artº 2 da Constituição da República Portuguesa

Dizer que vivemos em democracia não chega. Porque não participar na democracia, como é a nossa realidade, leva ao sussurro, ao diz que disse , em que todos os políticos são desonestos, para não dizer corruptos e onde a confiança nos eleitos se esvai. E isto não pode interessar a nenhum dos que exercem funções de poder seja a que nível for.

Pensem nisto quando forem convidados a se pronunciar sobre esta temática.

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.

Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

Intervenção do líder da bancada do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,
Prezados colaboradores do Município,
Senhoras e Senhores jornalistas,
Estimado público,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As minhas primeiras palavras nesta Assembleia são de solidariedade para a Ucrânia e para o povo Ucraniano, que vivem um momento historicamente trágico para a Humanidade.

Quero também repudiar de forma veemente e sem contemplações, a decisão destemperada, despropositada e bárbara do exército russo atacar e invadir o território do Estado soberano da Ucrânia.

Ontem a Ucrânia acordou ao som das sirenes e dos bombardeamentos do exército russo sobre dos seus territórios e ao início da manhã o conflito já tinha feito dezenas de vítimas mortais.

Trata-se da maior violação do Direito Internacional na Europa, desde a II Guerra Mundial e a situação é gravíssima.

Parece impossível, mas o consenso e a mobilização mundial que há menos de dois anos se verificou e levou a mundo a combater a pandemia sanitária da COVID19, desenvolvendo e produzindo vacinas que nos permitem hoje estar a sair da emergência sanitária, esfumou-se e a irracionalidade tomou conta do Presidente russo, dando início a uma guerra que estamos longe de perspetivar como irá terminar.

A agressão gratuita e inaceitável que a Rússia está a fazer sobre a Ucrânia, retira-lhe qualquer legitimidade ou razão sobre qualquer queixa ou receio de segurança que pudesse ter nas suas fronteiras e do seu povo e só pode acabar mal.



Neste conflito não há espaço para dúvidas ou reservas: ou se está do lado da paz, da liberdade e do Direito Internacional ou se está do lado da guerra, da intolerância e da irresponsabilidade.

Quero destacar com orgulho o sentido de responsabilidade e solidariedade que as entidades oficiais portuguesas têm tido nesta matéria, nomeadamente através do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro-ministro, disponibilizando um contingente militar ao serviço do comando da NATO e demonstrando total disponibilidade para acolher e apoiar os refugiados ucranianos que venham a procurar abrigo no nosso país.

Estou certo que o Executivo Municipal da Covilhã vai prosseguir a sua política ativa de acolhimento e integração de refugiados e não deixará de prestar a solidariedade e o apoio necessário para acolher o povo ucraniano que nos venha a procurar.

Senhores Presidentes,

Senhoras e Senhores Deputados,

Centrando-me agora na política nacional não podia deixar passar esta Assembleia Municipal sem me referir aos resultados eleitorais das eleições legislativas do passado dia 30 de janeiro.

Foram umas eleições que o Partido Socialista não queria, nada fez para que acontecessem mas que nem por isso deixou de respeitar e cumprir com a sua obrigação de apresentar de forma clara e franca aos portugueses, as propostas que tinha para Portugal.

E os portugueses nessas eleições falaram de forma clara e disseram de sua justiça.

A primeira conclusão a retirar e saudar é a forma pacífica e ordeira como decorreu o ato eleitoral.

Depois há que saudar e destacar o aumento da participação eleitoral e a redução da abstenção o que significa que os portugueses se mobilizaram e fizeram questão de dar o seu contributo para a solução de Governo que iria resultar destas eleições.

A terceira conclusão a retirar é que o Partido Socialista e o Primeiro-ministro António Costa são os grandes vencedores deste ato eleitoral.

A vitória é inequívoca e inquestionável e pela primeira vez o Partido Socialista venceu em todos os círculos eleitorais do continente e alcançou a eleição da maioria absoluta dos mandatos da Assembleia da República.

Por outro lado os grandes derrotados da noite eleitoral foram – sem qualquer dúvida – os partidos da Direita aqui representados pela extinta coligação autárquica “Juntos Fazemos Melhor”. Os partidos que compõem a oposição na Covilhã e com acento nesta Assembleia – o PSD e o CDS-PP – tiveram nas urnas a reposta do povo português À sua opção de ausência de propostas sérias e responsáveis e à sua estratégia de oposição política num seu estilo populista, trauliteiro e catastrofista.

A vitória do Partido Socialista e a derrota eleitoral do PSD e do CDS-PP foram ainda mais expressivas na Covilhã e no círculo eleitoral de Castelo Branco - em que o Presidente da Federação do Partido Socialista é Vitor Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã - porquanto o PS obteve o seu melhor resultado nacional no círculo eleitoral de Castelo Branco com uma vitória com 47,65% dos votos expressos e na Covilhã com 54,79% sendo assim o 6º concelho a nível nacional com o melhor resultado do Partido Socialista e o primeiro concelho urbano relevante a nível nacional.

Na Covilhã, tivemos os eleitos locais do PSD e do CDS-PP à 6ªfeira antes das eleições a vociferarem que a Covilhã – com a liderança do PS e de Vitor Pereira – está parada há 8 anos e 100 dias, e os covilhanenses dois dias depois a darem-lhes a resposta nas urnas reforçando a confiança no PS liderado por Vitor Pereira, obtendo um resultado histórico no concelho.

Por outro lado temos hoje a liderar a oposição no Executivo Municipal alguém que perdeu internamente não apenas o ato eleitoral das legislativas mas as eleições internas no seu partido – o PSD - e temos na Assembleia Municipal um líder de bancada de um partido que desapareceu da Assembleia da República, o CDS-PP, do qual já não faz parte e no qual, poucos dias antes anunciou que não ia votar.

Caras e Caros Deputados,

Estas eleições serviram para clarificar a vontade dos portugueses para o Governo da República, mas serviram também para demonstrar quem tem um projeto político estável, responsável e consequente para Portugal e para os portugueses, e quem procura fazer política pela negativa, pela maledicência, pelo oportunismo e pelo populismo.

Quero aqui fazer votos para que os derrotados da noite eleitoral possam aproveitar a oportunidade e aprender alguma coisa e contribuir positivamente com propostas sérias e responsáveis para a construção de uma sociedade mais próspera e desenvolvida.

Por outro lado espero e desejo que o Partido Socialista – pese embora a instabilidade da situação internacional – consiga colocar este voto de confiança dos portugueses ao serviço de uma governação que promova a coesão territorial, que permita a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e a aproximação aos índices de desenvolvimento dos países mais ricos da União Europeia.

Senhores Presidentes,

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me que termine com duas notas de política local:

A primeira nota diz respeito ao terceiro congresso nacional que a ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais realizou no passado fim-de-semana na Covilhã.

Quero saudar e agradecer aos órgãos da ANAM a escolha da nossa cidade para a realização do seu III Congresso Nacional e a oportunidade e felicidade do tema principal de debate escolhido – A Regionalização e o Poder Local e a Governação multinível.

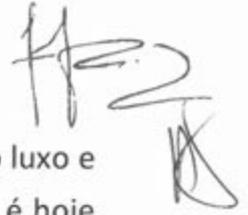
A realização deste congresso no nosso concelho demonstra por um lado a capacidade local em acolher a realização deste tipo de eventos, mas representa também um reconhecimento da qualidade do trabalho que desenvolvemos na nossa Assembleia Municipal e da participação – em nossa representação - do nosso Presidente, Dr. João Casteleiro, nos trabalhos da ANAM. Esse reconhecimento vem também através da sua reeleição para o Conselho Geral da ANAM, cargo que prestigia não só o próprio mas obviamente toda a Assembleia Municipal da Covilhã e pelo qual, na qualidade de líder da bancada do PS, o quero felicitar.

O segundo tema que não quero deixar de abordar tem a ver com a exploração do lítio no Concelho da Covilhã.

Sejamos claros, a Assembleia Municipal da Covilhã já pronunciou contra a exploração de lítio no nosso concelho. Sobretudo uma exploração da qual não sabemos onde, quando, por quanto tempo, com que impactos e a troco do quê.

Que fique claro que a bancada do Partido Socialista não aceitará que se repita no nosso concelho uma nova Mina da Panasqueira onde apesar dos empregos criados com a extração, durante décadas fomos espoliados de um importantíssimo recurso natural deixando apenas no nosso concelho o passivo ambiental da extração desse recurso.

A bancada do Partido Socialista não é por preconceito ou definição contra a valorização dos recursos naturais.



Aliás, a Covilhã e Portugal não é um país de tal maneira rico que se possa dar ao luxo e dispensar de ânimo leve a valorização de um recurso natural que possui e que é hoje um ativo altamente valorizado pelas economias mundiais.

Existem internacionalmente vários exemplos de países que são referência mundial nos indices de desenvolvimento e no respeito pelo meio ambiente e que têm um setor mineiro altamente produtivo e competitivo – por exemplo a Suécia.

O que não estaremos é disponíveis para aceitar sem garantias uma exploração sem valor acrescentado, sem preocupações ambientais e sociais e sem as garantias de que o prejuízo causado na região é minimizado, as preocupações ambientais são todas em conta e asseguradas e o valor acrescentado do recurso natural que aqui temos, aqui seja valorizado com a conseqüente criação de riqueza nestes territórios e populações.

Portugal, de acordo com as informações disponíveis, tem uma correta abordagem desta fileira que nos parece acertada. O Governo português inclui como obrigação aos candidatos à exploração de lítio, a obrigação de não só cumprirem com as melhores práticas mundiais de respeito ambiental na extração de minério como obriga à apresentação de um plano de valorização do minério – até à produção do produto final – em território nacional.

A Covilhã, que ainda hoje lida com o passivo ambiental da Mina da Panasqueira sem nunca ter beneficiado da riqueza e do valor acrescentado nesta matéria-prima que possuiu fincado apenas com o passivo ambiental não estará disponível para que a historia se repita noutra qualquer mina, qualquer que seja a sua localização no nosso concelho.

Disse.



(doc. 05)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

O resultado obtido pela CDU nas eleições legislativas antecipadas – 4,4% dos votos e 6 deputados – traduz uma quebra eleitoral com uma significativa perda de deputados, incluindo a representação parlamentar do PEV.

Um resultado que, ficando aquém do trabalho que realizámos e do determinante contributo que demos para os avanços conseguidos nos últimos anos, do valor das soluções que apresentou para os problemas nacionais e da ampla campanha de esclarecimento e mobilização para o voto que realizámos, representa um elemento negativo na vida nacional.

A relação de forças resultante das eleições apresenta um quadro político de maioria absoluta do PS, beneficiando de uma extrema promoção da bipolarização, fundamentada em sondagens falsas, enganadoras e manipuladoras da opinião pública.

Maioria absoluta alcançada no seguimento da ação concreta do Presidente da República, que ao invés de exigir a apresentação de novo orçamento capaz de responder às necessidades do país e à relação de forças existente, precipitou a realização de eleições.

Handwritten initials in blue ink, including a large 'H' with a '2' next to it, and a checkmark followed by 'AK' and 'H2'.

Uma maioria absoluta que deixa o PS com condições de levar mais longe o seu compromisso com políticas de direita, já que se quisesse de maneira diferente teria apresentado um orçamento capaz de ser viabilizado pela esquerda.

Uma maioria absoluta que não nos deixa tranquilos, é a história que o diz.

À direita, o resultado do PSD, bem como a não eleição de qualquer deputado do CDS, são indissociáveis da memória da ação negativa para o país do Governo PSD/CDS. O aumento da expressão eleitoral e com assento na Assembleia da República de conceções reacionárias é também um fator de preocupação.

O País não está condenado às injustiças, às desigualdades, à estagnação económica e ao retrocesso social.

Não está condenado a um modelo de baixos salários e pensões de reforma, à precariedade no trabalho e na vida, à desregulação dos horários, ao aumento da exploração, à crescente dependência externa por razão da destruição da sua capacidade produtiva, à degradação dos serviços públicos e à liquidação do Serviço Nacional de Saúde, à dificuldade no acesso à habitação, à quebra demográfica e baixa natalidade, ao desperdício e alienação de instrumentos e recursos indispensáveis ao desenvolvimento soberano do País.

É preciso uma política alternativa que responda cabalmente aos problemas do povo e do País, que liberte Portugal de constrangimentos e imposições contrários aos interesses nacionais.

Uma resposta que exige a rutura com a política de direita e a adoção de uma política patriótica e de esquerda.

Disse

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV

Two handwritten signatures in blue ink. The first is 'Mano Garrido' and the second is 'Peteo Marques'.

A handwritten signature in blue ink, possibly 'Mano Garrido'.

(doc.06)



Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature and several smaller initials.

Covilhã, 25 de Fevereiro de 2022

Ontem, Quinta-feira 24 de Fevereiro de 2022, a Rússia de Vladimir Putin invadiu um país soberano e independente, a Ucrânia.

Fê-lo rasgando um acordo de paz e sem que tivesse ocorrido qualquer ataque ao território russo.

Foi um dia negro para a Europa e para os defensores da liberdade. E tudo indica que foi apenas o primeiro dia de vários dias negros.

A actuação do regime de Vladimir Putin é manifestamente ilegal e ilegítima e é um inaceitável ataque ao povo ucraniano e ao seu direito à paz, autodeterminação e integridade territorial.

Essa infame e imperialista invasão não pode deixar de merecer repúdio e condenação.

E o povo ucraniano é merecedor de toda a nossa solidariedade.

Uma palavra especial de solidariedade e amizade merecem os cidadãos de ascendência ou naturalidade ucraniana que residem e estudam no nosso concelho e que justificam, em solidariedade, que a Assembleia Municipal se manifeste sobre esta invasão.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assim, reunida a 25 de Fevereiro de 2022, a Assembleia Municipal da Covilhã, decide:

- 1 - Expressar a solidariedade com o povo ucraniano e reconhecer o seu direito à paz, autodeterminação e integridade territorial;
- 2 -- Defender uma solução pacífica para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia que respeite a soberania e a integridade territorial da Ucrânia.
- 3 - Condenar todas as formas de totalitarismo e invasão territorial, como aqueles que ocorrem actualmente por ordem de Vladimir Putin em território ucraniano.

4 - Fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da invasão Rússia.

Os membros dos grupos do CDS e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes
Vanda Ferreira
Nelson Carvalho
Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes
Jorge Vaz
Joana Petrucci Rocha
João Lopes Bernardo



Voto de Congratulação
25 de Fevereiro de 2022

O Exmo. Senhor Dr. João Ribeiro, farmacêutico assessor do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira e docente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior foi eleito presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos e Colégios de Especialidade, para o triénio 2022-2024.

O cargo que agora ocupa é de grande responsabilidade e destaque e assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022 delibere:

aprovar um voto de congratulação ao Exmo. Senhor Dr. João Ribeiro, pela sua eleição como presidente do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos e Colégios de Especialidade para o triénio 2022-2024, sendo, este voto de congratulação, remetido ao próprio.

Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes
Vanda Ferreira
Nelson Carvalho
Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes
Jorge Vaz
Joana Petrucci Rocha
João Lopes Bernardo

A



H2

Voto de Congratulação 25 de Fevereiro de 2022

Realizou-se, de 4 a 20 de Fevereiro de 2022, em Pequim, na China, mais uma edição dos Jogos Olímpicos de Inverno.

A Missão Olímpica de Portugal contou, na sua constituição, com cinco Ilustres Covilhanenses que muito nos orgulharam e elevaram o nome da sua terra, a Covilhã.

Pedro Farromba, como Chefe da Missão Olímpica, Sérgio Figueiredo como Treinador, Pedro Flávio como Oficial de Ligação Covid, Tiago Rosa como Fisioterapeuta e Ricardo Branco como Atleta na modalidade de esqui alpino.

A equipa Portuguesa, e os nossos conterrâneos, atingiram os objectivos propostos tendo superado globalmente os resultados obtidos por Portugal em edições anteriores dos Jogos Olímpicos de Inverno, comprovando o trabalho sustentado que têm vindo a fazer na evolução das modalidades de desportos de inverno em Portugal.

Os resultados obtidos e o bom desempenho da Missão Olímpica, criam novas perspectivas de futuro, sendo um estímulo para os desportos de inverno, desportos estes em que a Covilhã, pela sua excelente situação geográfica poderá ter sempre um papel preponderante

Os Portugueses e os Covilhanenses em particular, apoiaram diariamente a Missão Olímpica de Portugal e esta Assembleia, orgulhosamente, congratula e



Handwritten signatures and initials, including 'Ak' and 'H2'.

homenageia os nossos ilustres conterrâneos pelo excelente desempenho na 24ª edição dos Jogos Olímpicos de Inverno.

Assim, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, propõem que a Assembleia reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022 delibere:

- a) aprovar um voto de congratulação e reconhecimento aos Ilustres Covilhanenses Pedro Miguel dos Santos Farromba, Sérgio Miguel Ponciano Figueiredo, Pedro Flávio Duarte Lopes Martins, Tiago André Campos Rosa e Ricardo Damman Rosa Duarte Brancal sendo, este voto de congratulação, remetido aos próprios;**
- b) Prestar-lhes homenagem, simbolizada com uma salva de palmas nesta sessão da Assembleia.**

Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes
Vanda Ferreira
Nelson Carvalho
Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes
Jorge Vaz
Joana Petrucci Rocha
João Lopes Bernardo

Tb PSD q' não chegou

(Doc. 09)

Handwritten initials/signature



Cumprimen... 0

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

- Serviços Municipais
- ~~todos~~ os órgãos de Comunicação social
- ~~(espetadores)~~ Elementos do público

- Exmo. SR PRESIDENTE DA ATCC
- Exmos membros da mesa da ATCC
- Exmo SR. PRESIDENTE DA CTC
- ESTIMADOS VEREADORES E VEREADORA
- CAROS COLEGAS DEPUTADOS E DEPUTADAS

PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR

Neste mês de fevereiro, entre os dias 04 e 20, decorreram os Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim.

Foi com o maior dos orgulhos que observámos, para além dos restantes atletas que enveredaram a bandeira do nosso país em competição, um Covilhanense, alcançar o melhor resultado de sempre nesta competição.

Ricardo Brancal, 25 anos e natural da Covilhã, alcançou o 37º lugar na categoria de Slalom Gigante na última edição dos Jogos Olímpicos de Inverno e conta com um palmarés de excelência dividido entre participações Internacionais nos Campeonatos do Mundo de Esqui em 2013,2015,2017 e 2019, nas Universiadas de Inverno em 2019 e participações Nacionais onde conquistou 6 títulos de Campeão Nacional Absoluto e outros 2 títulos de Campeão Nacional Universitário de Esqui Alpino.

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã quer assim evidenciar este feito assim como tudo o que a ele está associado, através da prática desportiva, neste caso de alta competição.

Há que destacar neste parâmetro o trabalho que o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver no apoio e promoção da prática desportiva do nosso concelho nos últimos 8 anos, distribuindo diversos apoios por diferentes instituições e inclusive a atletas de alta performance.

A excelente prestação do Ricardo para além de ter sido de excelência, elevou o nome da Covilhã até aos mais altos patamares do desporto e é fruto de muito trabalho, superação, perseverança e resiliência para ultrapassar todos os desafios e obstáculos ao longo da preparação para esta prova que é de máxima exigência, sendo também um excelente exemplo e sobretudo uma referência para todos os jovens do nosso país.

Como reconhecimento do mérito do seu feito, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve a sua conquista.

Após a sua aprovação, propõem-se uma salva de palmas em sua homenagem e que deste voto seja dado conhecimento ao atleta.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 29 de dezembro de 2021

Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022

Moção de Solidariedade

H2

No passado dia 24 de fevereiro o mundo foi confrontado com as notícias da invasão da Ucrânia pelo exército da Rússia.

Esta invasão de um país soberano na Europa, é a maior violação do Direito Internacional desde a II Guerra Mundial e trata-se de uma ação gratuita, desnecessária, injustificada é inaceitável pela Rússia, deliberadamente preparada e iniciada pelo seu Presidente Vladimir Putin.

Vivemos hoje um momento que ficará na história como uma das páginas mais negras da história europeia e mundial com consequências imprevisíveis mas com toda a certeza, profundamente gravosas para todo o mundo e em particular para a Europa.

Perante as circunstâncias e os factos, Portugal, a União Europeia, a NATO e os aliados - defensores do Direito Internacional e da Liberdade - não podem ser condescendentes nem tolerantes com esta agressão grosseira e a violação da lei internacional e devem mobilizar-se para prestar todo o auxílio necessário ao povo ucraniano e para a reposição da paz.

Portugal, através do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro-ministro já condenou estes atos de barbaridade, colocando um contingente militar à disposição dos comandos da NATO e disponibilizando-se para acolher e prestar auxílio ao povo ucraniano que se pretenda refugiar em Portugal.

Perante esta violação dos Direitos Humanos em curso, o mundo não pode ter outra atitude que não seja a condenação firme e intransigente destes atos.



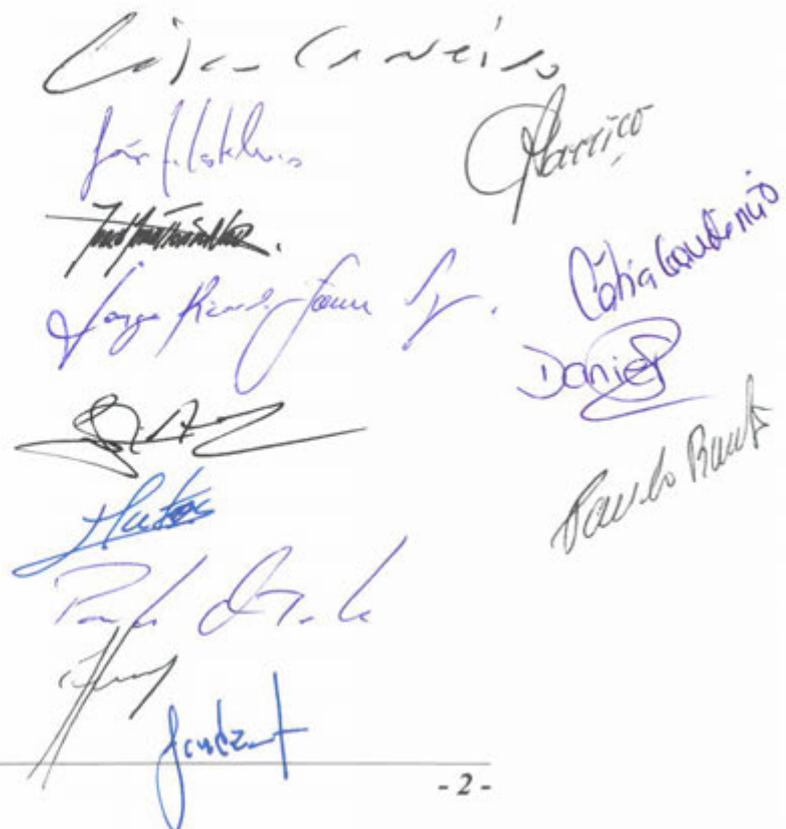
Não há espaço para indefinições e meias condenações. É preciso afirmar sem rodeios que estes atos são intoleráveis e inaceitáveis por quem defende a paz, a liberdade e o Direito Internacional.

Apelamos ao Governo russo que cesse de imediato a agressão militar à Ucrânia e ao povo russo que faça sentir ao seu Governo que a guerra não é solução instando-o a regressar à solução diplomática e ao respeito pelo Direito Internacional.

Perante esta grave situação a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, propõem que formalmente o órgão aprove **um voto de solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano e uma firme condenação e repúdio inequívoco desta ação de guerra inaceitável e intolerável da Rússia** ao estado soberano da Ucrânia.

A bancada do Partido Socialista recomenda ainda ao Executivo Municipal, que de acordo com a tradição solidária covilhanense e no seguimento das políticas sociais, de acolhimento e integração de refugiados que tem promovido e apoiado, diligencie e informe o Governo português da sua disponibilidade para acolher refugiados ucranianos que venham a solicitar a Portugal, apoio e acolhimento.

Covilhã, 25 de fevereiro de 2023





Proposta

Voto de pesar pelo falecimento do Álvaro Lambelho Ramos, de 89 anos.

Natural da Aldeia de Joanes, iniciou a sua atividade profissional como aprendiz de mecânico auto na Metalúrgica do Fundão.

Mais tarde, fez parte da sociedade da Garagem de São João e em 1970 fundou a empresa Álvaro Ramos Lda. (Nevauto) na cidade da Covilhã.

Foi Vice-Presidente e Presidente da Assembleia Geral da ANECRA- Associação Nacional das Empresas do Comércio e Reparação Automóvel, que lhe atribuiu o Cristal de Honra "Dedicação Associativa".

Sócio de mérito do Sporting Clube da Covilhã, foi Presidente da Assembleia Geral e Presidente da Direção.

Foi Presidente do Conselho Fiscal da LAR – Linhas Aéreas Regionais, Presidente da Assembleia Geral do Aero Clube da Covilhã e do Conselho Fiscal do Grupo de Dadores de Sangue da Covilhã.

Foi ainda membro da Comissão Instaladora da Universidade da Beira Interior (UBI).

Foi Presidente da Câmara Municipal da Covilhã entre 1986-1989, e da Associação de Municípios da Cova da Beira entre 1987 -1990.

A título de reconhecimento do contributo que deu à Cidade da Covilhã nas mais diversas áreas, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, convida esta Assembleia a observar um minuto de silêncio em sua, devida, homenagem.

O Grupo da Bancada do

Partido Socialista



[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **José Juvenal Ferreira Gonçalves**, de 71 anos. Nasceu em Coimbra, mas foi na Covilhã que escolheu viver e aqui demonstrou os seus dotes de fadista e de poeta.

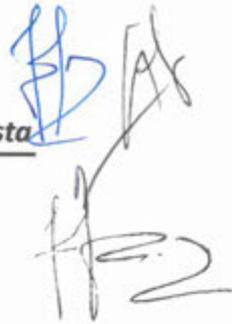
Com reconhecido talento, fez parte de vários grupos de fado locais e regionais, e tinha, perante os outros, uma atitude solidária e colaboradora.

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do
Partido Socialista,

[Handwritten signature]



Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Vítor Manuel Pereira da Costa Gigante**, de 65 anos.

Dedicou muito da sua vida à música popular portuguesa, tendo constituído um trio musical familiar que animava as festas da região e também de outros locais do país.

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do

Partido Socialista



(Doc. 14)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H', 'Bate', 'WCF', and 'M']

MOÇÃO

Em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa

Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia;

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 25 de Fevereiro de 2022

- Apela à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;
- Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança colectiva na Europa, no cumprimento

dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.

- Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações à do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.

Covilhã, 25 de Fevereiro de 2022

Os signatários

Three handwritten signatures in blue ink, stacked vertically. The top signature is 'João Silva', the middle is 'Pedro Meneguete', and the bottom is 'João Gomes'.

Tendo a aprovação da Assembleia Municipal deverá a mesma ser enviada à Presidência da República, Primeiro Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Embaixada da Rússia e da Ucrânia.

Handwritten initials 'A' and 'H2' in black ink, located in the top right corner of the page.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MOÇÃO

Covilhã : Uma nova democracia participativa

Considerando que o melhoramento das ferramentas de comunicação e interação com os cidadãos, contribuiu para uma governação mais aberta, responsável e participativa.

Considerando que uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promove um maior envolvimento, dos mesmos, na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local.

Considerando que tornar públicos todos os atos da governação e dos seus representantes para providenciar á sociedade civil a informação relevante de forma completa, atempada e de fácil acesso, aumenta os níveis de transparência na governação e um aumento da participação cívica.

Considerando que algumas das questões que têm influenciado a relação entre os cidadãos e o poder local deve-se a fatores, como a distancia entre os eleitores e os eleitos; as novas formas de cidadania ativa e à adaptação a novos canais e meios de comunicação desenvolvidos com as novas tecnologias.

Considerando que é premente a implementação da transmissão das Reuniões da Assembleia Municipal em direto, via web, na medida em que se acredita no grande contributo que a mesma dará para a melhoria e o desenvolvimento da democracia local.

Considerando que a ausência dos munícipes está relacionada muitas vezes pela impossibilidade de participarem nas reuniões publicas por motivos profissionais, logísticos ou até por motivos de saúde, o que inviabiliza que acompanhem matérias essenciais para o seu concelho, seria uma grande mais valia que estas reuniões



passassem a ser transmitidas em direto, via streaming , os seja on-line.

O PSD e o CDS-PP, grupos municipais com assento nesta Assembleia Municipal, reunida a 25/02/2022 vêm apresentar a presente moção “ Covilhã: Uma nova democracia participativa”, propondo que a Assembleia Municipal delibere:

- a) A filmagem e transmissão online de todas as sessões da assembleia Municipal a realizar no futuro, através do site institucional e da página de Facebook do Município da Covilhã;
- b) O armazenamento das filmagens referidas na alínea anterior no site do município da Covilhã, para consulta futura.

Covilhã, 25/02/2022

Pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Joana Petrucci Rocha

João Lopes Bernardo

Nelson Carvalho

Valéria Garcia

(Doc. 16)

PPD/PSD . CDS-PP | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Congratulação

25 de Fevereiro de 2022

Realizou-se, de 19 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 2022, o Campeonato Europeu de futsal, tendo sido disputado em Amesterdão e Groningen.

A seleção nacional de futsal disputou esta competição, tendo conseguido vencer a mesma e revalidar o título conquistado em 2018 no campeonato europeu de futsal que se realizou na Eslovénia, sendo esta vitória uma prova adicional e inequívoca de trabalho, esforço e dedicação que é empregue pelos portugueses nas várias modalidades, sendo de destacar em especial o futsal, pelos últimos resultados e conquistas obtidas.

Os Portugueses em geral e os Covilhanenses em particular, acompanharam e apoiaram diariamente esta competição e esta Assembleia, orgulhosamente, congratula e homenageia os nossos ilustres conterrâneos pelo excelente desempenho no Campeonato Europeu de Futsal de 2022.

Desta forma, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, vêm por este meio associar-se à homenagem efetuada pela Câmara Municipal da Covilhã (no passado dia 10 de Fevereiro de 2022) e propor que a Assembleia reunida no presente dia (25 de Fevereiro de 2022), delibere:

- a) aprovar um voto de congratulação e reconhecimento aos Ilustres Covilhanenses Bruno Travassos, António Manuel Fonseca e José Luís Mendes sendo, este voto de congratulação, remetido aos próprios;**



- b) Prestar-lhes homenagem, simbolizada com uma salva de palmas nesta sessão da Assembleia.**

Gostaríamos ainda de deixar apenas uma nota de alguma tristeza, pelo fato dos vários eleitos da oposição não terem sido convidados para esta justíssima homenagem.

Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes

Vanda Ferreira

Nelson Carvalho

Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Joana Petrucci Rocha

João Lopes Bernardo

Moção

PROSPEÇÃO E PESQUISA DE LÍTIO LIQUIDA O FUTURO DO INTERIOR-CENTRO DO PAÍS

É um facto que o lítio é essencial à vida moderna e a sua exploração ponto fulcral para o cumprimento dos objetivos estipulados no Plano Nacional Energia Clima 2030, que versam na redução de emissões de gases com efeito de estufa e invocam maior eficiência energética através das energias renováveis.

É também um facto que Portugal é o país europeu com maior reserva de lítio e o 6º a nível mundial, atrás do “triângulo do lítio” constituído por Argentina, Bolívia e Chile, e onde as reservas começam agora a escassear. Por isso, o lítio é chamado por muitos o petróleo de Portugal.

Assim sendo, a Avaliação Ambiental do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio que visa integrar um conjunto amplo de medidas, recomendações e boas práticas que salvaguardem o ambiente e a sustentabilidade das áreas de intervenção, reconhece seis áreas, com potencial de existência de lítio. Dessas áreas, 90% situam-se em redor da Serra da Estrela, e juntamente com a exploração de lítio na Argemela, temos nesta zona uma área equivalente a praticamente 14 campos de futebol, bem como um cerco de mineração ao Parque Natural da Serra da Estrela, a maior área protegida do país, e uma das mais relevantes.

A nossa maior preocupação advém dos critérios que garantem a salvaguarda do ambiente e a sustentabilidade das áreas referidas.

Numa altura em que o preço do lítio está em declínio (segundo fonte Reuters) e numa zona em que a qualidade do lítio para fins tecnológicos e a exigência de processos de transformação que tal exige ficam aquém do expectável para assegurar um retorno económico desejável, parece-nos que este processo se traduz num abuso de poder ambiental, fomentando a desigualdade social e de poder sobre recursos ambientais.

Quanto ao impacto paisagístico, a prospeção e mineração a céu aberto em torno da Serra da Estrela tem consequências nefastas inimagináveis, além de difícil quantificação e avaliação.

Por outro lado, estão também em causa os impactes sobre a importante região agrícola da Cova da Beira e o seu regadio, onde o estado investiu milhões de euros, e que é um sector que representa uma importante fonte de rendimento para a população e é de extrema relevância socioeconómica para a região.

Neste sentido, a prospeção e pesquisa de lítio, ao advogar pela criação de postos trabalho, ainda que com segurança profissional carente de avaliação, fá-lo em detrimento daqueles que existem atualmente e preservam a área. Preservam-na e preservam também a qualidade de vida dos animais, cumprindo o regime pecuário extensivo advogado pelo desenvolvimento sustentável, que fica claramente comprometido com a exploração de lítio pretendida.

As políticas de combate à interioridade e de desenvolvimento do Interior não podem passar pela tentativa de atrair investimentos externos, que se esperam temporários, prejudicando em larga escala as comunidades aqui fixadas. A prospeção e pesquisa de lítio em larga escala, traduzem-se num fator repulsivo ao investimento, à atração e fixação da população, e às estratégias de desenvolvimento local e regional.

A legislação e os normativos que têm sido precipitadamente produzidos neste sector para forçar a mineração de lítio está a fazer-nos avançar para uma transformação profunda e irreversível desta região interior, sem haver sequer uma estratégia base de planeamento nacional nem regional.

Não existindo efeitos e confirmações empíricas suficientes para suportar apenas uma teoria que seja consensual, os grupos municipais do PSD e CDS propõem que seja dada voz às populações, aos autarcas, aos políticos e à justiça, travando o processo de prospeção e pesquisa de lítio que se configura como um caminho em direção ao abismo.

A

PROPOSTA

H2

VOTO DE LOUVOR

No passado dia 6 de fevereiro, os Covilhanenses José Luis Mendes, António Fonseca e Bruno Travassos, integrados na equipa técnica da Seleção Nacional Portuguesa de Futsal, sagraram-se Campeões Europeus de Futsal, um título renovado depois de igual feito em 2018. Conquistas, que estes mesmos Covilhanenses somam ao título de Campeões do Mundo de Futsal alcançado recentemente em setembro de 2021.

José Luis Mendes, como treinador adjunto, é natural da Covilhã, onde iniciou e desenvolveu a sua atividade no Futsal em clubes da nossa cidade como por exemplo o CCD Estrela do Zêzere ou o Unidos do Tortosendo. É Mestrado pela Universidade da Beira Interior, sendo docente na Escola Básica de São Domingos e acompanha o Seleccionador Nacional Jorge Braz desde 2011.

António Fonseca, como enfermeiro, também ele natural da Covilhã, é enfermeiro gestor no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, onde trabalha há mais de 40 anos. Integra a equipa médica das Seleções Nacionais desde 2003, sendo reconhecido como um dos melhores profissionais na área da Medicina Desportiva em Portugal.

Bruno Travassos, como fisiologista, é natural de Montemor-o-Velho, é covilhanense por opção, depois de vir estudar para Universidade da Beira Interior, onde é atualmente docente. Considerado um dos melhores investigadores mundiais na área do futsal, treinou clubes covilhanenses como o Grupo Desportivo da Mata ou a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, fazendo parte da Seleção Nacional desde 2019.

São estes três homens, parte dos técnicos mentores e cuidadores da melhor Seleção de Futsal do Mundo. São eles, Covilhanenses, de nascença ou afinidade, exemplos de excelência, compromisso e competência que fazem prova do potencial que as nossas gentes têm, mas também da qualidade de ensino que a nossa Universidade da Beira Interior promove.

São eles, exemplos de negação à conformidade e interioridade intelectual, a quem devemos reconhecer e louvar o mérito por todo o seu percurso e conquistas, mas acima de tudo reconhecer e louvar a ambição que os leva a estar entre os melhores do mundo, sem nunca esquecerem as suas raízes, a sua cidade.

Desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor aos três Covilhanenses agora Campeões Mundiais e

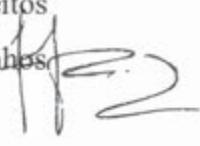
Bicampeões Europeus de Futsal, na esperança que mais conquistas se somem e que os feitos alcançados ao longo das suas carreiras inspirem e motivem outros Covilhanenses a tamanhos feitos.

Caso seja aprovado, deve este voto ser remetido a cada um dos visados.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 25 de Fevereiro de 2022





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022

(doc. 19)

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O custo de vida aumenta e o povo não aguenta

E vai aumentar com os problemas económicos criados com o conflito na Ucrânia

A vida está mais cara. Esta é a realidade com que cada um se confronta todos os dias quando vamos às compras para levar comida para casa, quando se abrem as contas da água, gás, renda e prestações, telecomunicações, seguros, quando se pagam portagens, combustíveis, medicamentos e todo o tipo de despesas, aliada à cada vez maior pressão sobre os salários e pensões.

A vida está mais cara, os preços sobem para todos mas não atinge todos da mesma forma.

A cada dia que passa o salário e a pensão ficam mais curtos para despesas cada vez maiores.

É o “mercado” a funcionar, dizem-nos; “melhores dias virão”; “aguenta que isto passa...” Enquanto nos encharcam com esta conversa, há, uns poucos que enchem os bolsos lucrando milhões.

Vejam-se os lucros de dezenas e centenas de milhões da EDP, da GALP, da BRISA, do Grupo SONAE, dos Bancos e outros, só nos primeiros 9 meses do ano de 2021.

Mas não há dinheiro para salários, e os baixos salários têm que esticar, esticar, esticar... para enfrentar os aumentos.

É preciso vontade para enfrentar os grupos económicos, é preciso assumir o aumento geral dos salários como emergência nacional.

800 mil trabalhadores trabalham todos os dias e nem assim conseguem sair da situação de pobreza, milhões fazem um esforço brutal para que o salário que auferem chegue até ao final do mês.

É preciso regular preços para travar as subidas galopantes dos preços dos combustíveis, da energia, e por essa via, também os preços dos alimentos e bens essenciais, mas também das telecomunicações, serviços bancários e rendas de casa.

Reduzir o IVA de 13% para os 6%, nomeadamente no gás e de 23% para os 6% na eletricidade é assumir estes serviços como bens essenciais e de indispensável acesso.

É justo e necessário o aumento geral dos salários nomeadamente do salário médio e do Salário Mínimo Nacional para 850 euros no curto prazo.

2
P. da
MG
H. 2
R



É justo e necessário que todas as pensões de reforma sejam aumentadas a partir de Janeiro, com um valor mínimo de 10 euros.

Aumentem-se os salários, distribua-se melhor a riqueza que é criada pelos trabalhadores e a vida será melhor para a grande maioria dos Portugueses.

Disse

O grupo Municipal da CDU – PCP/PEV



Three handwritten signatures in blue ink, likely belonging to members of the CDU – PCP/PEV group. The signatures are written in a cursive style and are positioned below the text 'O grupo Municipal da CDU – PCP/PEV'.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Camara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia
Caros colaboradores do Município
Minhas Senhoras e Meus Senhores

No dia de amanhã cumprem-se 5 meses de uma vitória inequívoca e de grande responsabilidade para o Partido Socialista na Covilhã. Uma responsabilidade, que os Covilhanenses confiaram com base na sua experiência passada, na certeza de um melhor futuro para a nossa cidade, na convicção de manter o rumo certo para o nosso concelho.

Passado este tempo, a responsabilidade atribuída não só foi honrada em palavra, mas acima de tudo, em ações e trabalho que dão resposta a muitas das necessidades do presente, numa construção sustentável do futuro da Covilhã.

Da Cultura ao Desporto. Do Associativismo à Habitação Social, passando pela Reabilitação do Parque Escolar, pelo Turismo ou pelo Empreendedorismo, as evidencias estão aos olhos de todos. Cuidar e preparar um melhor futuro para a nossa cidade é uma realidade que assistimos ao longo destes primeiros meses de mandato, com ação, com investimento publico e privado, numa dinâmica positiva de cidade que a todos é visível. Relembro aqui alguns exemplos da realidade que hoje vivemos:

- Início da construção da empresa PHARMAPOLI
- Fixação da empresa NOESIS
- Expansão da empresa MEPISURFACES
- Investimento City Center Covilhã
- Construção do Miradouro dos Piornos e anuncio de construção do Miradouro do Alto dos Livros
- Início dos trabalhos de requalificação da Rua 30 de Junho, na União de Freguesias Cantar Galo e Vila do Carvalho
- Lançamento do projeto cultural e turístico “Portas do Sol”
- Promoção do projeto “Horas Informáticas” que promove a literacia digital da nossa população.
- Assinatura do contrato de financiamento para a Estratégia Local de Habitação.

- Apresentação de 150 candidaturas ao programa de apoio ao associativismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Nestes 5 meses ficou ainda claro que por aqui a nossa oposição partilha com a Vice-Presidente do PSD Nacional, Isabel Meireles, o sentimento que no caso de derrota eleitoral quem falha é o povo, numa altivez que só falta verbalizar que o povo não os merece.

Em boa verdade o PSD e o CDS na Covilhã, não são mais que um reflexo das suas estruturas nacionais. Um vazio de ideias, crítica oportunista e incoerência gritante nas suas ações individuais e políticas, em que por cá, acresce um continuo discurso desprestigiante e redutor para a Covilhã e das suas gentes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Este executivo apresenta na sua ação governativa uma estratégia clara para o desenvolvimento em diversas áreas, nomeadamente na área do desporto.

Depois do Plano Estratégico Municipal para o Desporto, depois da criação do Conselho Municipal do Desporto, foi com grande entusiasmo que recentemente ouvimos publicamente o reafirmar do compromisso eleitoral por parte do Sr. Presidente da Câmara, que o Pavilhão Multiusos Municipal vai ser uma realidade nos próximos anos.

Maior, deverá ser o entusiasmo e a expectativa de todos nós, quando um alto dirigente da Federação Portuguesa de Futebol afirma publicamente a intenção e conversas já desenvolvidas entre FPF, Município da Covilhã e Universidade da Beira Interior, para o desenvolvimento de projetos conjuntos para a dinamização desse mesmo Pavilhão Multiusos.

São estas as provas e reconhecimento que dão confiança para que nos próximos 3 anos e meio de mandato as promessas vão sair do papel e que por mais que a maledicência exista, a realidade dos factos, continuaram a provar uma Covilhã mais atrativa, uma Covilhã mais bem preparada para os desafios que se avizinham.

Paod eleições e água

Ex.mos Srs.

Na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento dos membros da Assembleia , incluindo, os Sr. Presidentes de Junta, na pessoa do presidente da câmara todos os Vereadores e membros e staff da câmara;

Excelentíssimo público e jornalistas

Obviamente que, depois de tanta achega sobre eleições, não posso deixar de mandar uma farpa sobre os resultados eleitorais...

Infelizmente em meu entender, os resultados eleitorais nacionais não são tão relevantes para a nossa política concelhia, como poderiam ou deveriam ser... E isto, infelizmente, constatou-se nos últimos 8 anos porque a ação da câmara não consegue influenciar nada na ação do governo e portanto tudo o que é contra a Covilhã é aprovado e é aplicado tudo o que é a favor não chega cá. Mas isso são outras questões...

Porém os resultados eleitorais são, efetivamente, importantes e devem ter uma análise séria a vários níveis. Eu, pessoalmente entendo, que não é a Assembleia Municipal da Covilhã que tem de o fazer...

Os resultados eleitorais, para mim, constata-se, aceitam-se e respeitam-se, e sobretudo, têm de ser respeitados por todos.

Aquilo que me preocupa nesta matéria e se calhar devia também preocupar o próprio PS é que, independentemente das grandes vitórias e grandes maiorias

tenham tido ou que têm, é preciso pensar na responsabilidade que isso acarreta. Porque independentemente das grandes maiorias nos órgãos representativos, a verdade é que os senhores socialistas não são a maioria dos votos dos portugueses nem são a maioria dos portugueses, portanto é preciso saber que a responsabilidade de ter uma maioria não é a de chegar aqui com esta soberba, com esta sobrançeria e com esta forma arrogante de tratar a oposição e imputarem-lhes coisas que não podem ser imputadas... Acho tem de haver respeito.

Antes de saber perder é necessário e imperioso saber ganhar!

Os resultados dos CDS são evidentes, mas não é por isso que sou ou posso ser minorizado nesta assembleia, mas aquilo que verdadeiramente me preocupa, é saber que o PS fica tão contente com a ausência do CDS na Assembleia da República, e pelos vistos fica ainda mais feliz com a presença de partidos como o "Chega".

Aquilo que me preocupa efetivamente é que nós não só podemos dizer que afinal o CDS faz falta, apenas quando os outros piores aparecem... É que todos fazemos falta, quando cá estamos! E se vêm aí outros que supostamente, dizem, são piores do que nós, devemos e temos de ter atenção para evitar que cá cheguem. E acho que não é com estas atitudes, com esta forma vil de estar aqui atacar a oposição, ainda por cima quando supostamente estará fraca nível nacional, que se consegue respeitar a democracia, que se consegue respeitar quem quer que seja.

Para que percebamos isto é preciso fazer contas: os resultados eleitorais de 30 de janeiro representaram para a esquerda (globalmente considerada) e comparativamente a 2019 menos cem mil votos.

Comparativamente a 2019, para a direita, os resultados representaram um aumento de quase 10%, mais 500.000 votos somados...dos quais cerca de 320.000 são para o tal partido que toda a gente aqui condena, mas que toda a gente aqui promove. Porque ao atacar quem é democrata, atacar quem está a representar os eleitos nos órgãos democraticamente eleitos como aquilo que aqui hoje foi feito estão penalizar os democratas e estão a promover quem não deve ser promovido e a premiar quem não deve ser premiado e com isto me fico com a questão relativamente as eleições.

Sr Presidente eu tinha a minha intervenção inicial preparada sobre outro assunto, e por isso, peço desculpa mas vou pedir 2 minutos adicionais para tentar fazer esta intervenção sobre a água:

Numa altura e numa situação evidente seca extrema a nível nacional e europeu, que todos estamos a sentir da pele...

Em que todos os municípios ou quase todos os municípios demonstram uma preocupação extrema, com ações de sensibilização chamar atenção para a questão da água, para que as populações poupem na água, nós na Covilhã, publicamente, a única coisa que ouvimos de um vereador e vice-presidente da Câmara dizer: "Não se preocupem que na Covilhã não vai faltar água, nem que não chova até outubro."

Isto para mim e para a bancada do CDS é uma atitude irresponsável e que deve ser condenada.

Não podemos esquecer que já estamos fartos de ouvir que a oposição tanto mal faz, porque é que a oposição tanto mal diz, mas agora a questão que se coloca aqui é que o sr presidente da Câmara e este PS governa em maioria há pelo menos 7 anos... maioria absoluta!

E durante este período e com todas as condições para fazer o que quer, não foi capaz de fazer nada para alterar a questão da água na Covilhã... Com maioria absoluta!

Do que é que está à espera, sr. Presidente?

Nesta altura, tenho que perguntar aqui duas coisas:

- O que é que a Câmara da Covilhã tem previsto fazer relativamente à situação de seca extrema, nomeadamente para tranquilizar os agricultores do nosso concelho relativamente à salvaguarda das suas culturas?

- E perante esta situação de seca extrema, quando é que temos a capacidade de discutir profundamente a questão da água e do seu fornecimento?

É que o Sr. está farto de prometer, e com maioria absoluta há sete anos, e nada faz...

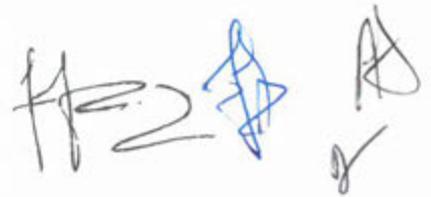
E depois é a oposição é que é maledicente...

Fazendo um paralelo com a questão das eleições, vou-me permitir dizer uma alarvidade é que de facto, se calhar, não é por acaso que o PS nacional nas eleições legislativas aqui teve mais 10% que o sr. Vitor pereira teve nas eleições

autárquicas... Se calhar, calhou-nos a parte má do PS na Covilhã. E é a altura que isto seja dito e tem que ser corrigido, tem que ser feita alguma coisa por isto.

Tenho dito

(doc. 22)



25/02/2022
Regionalização

Senhor Presidente da AM Covilhã,
Senhor Presidente da CM Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Estimados colegas Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e Senhores,

Desde 2015, sob a liderança de António Costa, temos assistido ao mais amplo movimento de descentralização levado a cabo desde 1976. Um país que, durante quase 50 anos, tem adotado uma estratégia de desenvolvimento comum, apesar dos distintos problemas que encontramos ao longo do território, está finalmente a dar passos concretos no reforço da autonomia do poder local democrático.

O processo de transferência de competências para as autarquias, bem como a integração de serviços de administração do Estado nas CCDRs, permitirão a cada município e a cada região dispôr da autonomia decisória e financeira necessárias para que, considerando as características do seu território, possam priorizar o combate às deficiências e obstáculos com que se debatem e assim melhor servir as suas populações.

Finalizado e consolidado este processo, provavelmente em 2024, será tempo de avançarmos definitivamente para a reforma que num país, que embora pequeno, é tão desigual, poderá permitir caminhar em direção da tão desejada coesão territorial.

Mas não nos enganemos. As diferenças são longitudinais e não latitudinais. São do litoral para o interior e não de norte para sul. O problema da desertificação, por exemplo, não é um problema do litoral, nem do centro, nem do norte. É um problema do interior e que precisa de uma região administrativa que tenha o seu combate como absoluta prioridade.

João Filipe Carreira

H2
H3
A

Qual o sentido de juntar numa mesma região Almeida e Ovar; Penamacor e Leiria; Manteigas e Torres Vedras. Que desafios do seu quotidiano têm estes concelhos em comum?

Regionalizar na horizontal poderá servir para nos enganarmos a nós próprios, dizendo, por exemplo, que nos últimos 10 anos a nossa região perdeu apenas 4,3% da população. O problema da perda demográfica estaria escondido, mas não resolvido. 3% foi a perda de população no litoral da região centro, incomparável com os mais de 10% que se verificaram no interior da mesma região. Repito, o interior da região centro perdeu mais de 10% da população na última década. De nada servirá aos concelhos do interior ter as suas debilidades maquilhadas pelos concelhos do litoral, quando o problema continuará a existir. E apenas uma região que se debata diariamente com esta acentuada perda demográfica poderá tomar as medidas necessárias para inverter a situação.

E se alguém não está convencido das diferenças, vejamos:

Segundo os censos 2011

Em 26 concelhos, a Beira Interior perdeu mais de 15% da população em 5 deles. No litoral, com o triplo dos concelhos (74), apenas um perdeu essa percentagem. Na Beira Interior, todos os concelhos, todos, perderam mais população que a média da região centro. Faz algum sentido termos freguesias a perder 35% em Figueira de C. Rodrigo e em Vila de Rei colocadas na mesma região de freguesias de Aveiro, Leiria e Torres Vedras que aumentaram em mais de 10% a sua população? Unhais da Serra perdeu 2,5% dos eleitores apenas nos 126 dias que foram das autárquicas às legislativas. 2,5% de eleitores em 4 meses. E isto não há junta ou autarquia que consiga combater por si. Muitos no litoral não conseguem imaginar o sentimento de impotência dos autarcas do interior, nomeadamente dos ^{Nossos} presidentes de junta, que assistem diariamente ao despovoamento das suas aldeias e pouco ou nada podem fazer para inverter a situação. A regionalização da Beira Interior não mudará isso de um dia para o outro, mas é a melhor ferramenta que podemos ter para voltar a dar vida às nossas terras.



Por exemplo,

Todos os anos a União Europeia atribui fundos de coesão a Portugal derivado dos PIBs regionais. Numa região Centro, apesar de 92% dos concelhos da Beira Interior estarem abaixo da média de índice per capita de poder de compra, facilmente estes fundos seriam investidos em cidades como Aveiro, Coimbra ou Leiria. Algo que uma região da Beira Interior evitaria, fazendo com que esses fundos fossem investidos em quem realmente precisa deles para alcançar a coesão territorial.

Os investimentos prioritários para uma região administrativa da Beira Interior serão totalmente distintos de uma região administrativa do Centro. Para nós, obras como o IC6 e o IC7 não são compreendidas apenas como ligações Interior-Litoral, embora isso já por si seja importante, mas também como forma de sobrevivência para as aldeias do sul dos concelhos da Covilhã e de Seia, como o Sobral, as Minas ou Casegas. A abolição das portagens na A23 e A25, que penso ser uma luta comum a todos, não terá maior probabilidade de acontecer estando o poder de decisão em Coimbra e não em Lisboa.

Em 1998, talvez por ele próprio ser do interior, António Guterres percebeu que o nosso desenvolvimento, através da regionalização, só seria conseguido com um mapa que separasse as áreas do Interior do Litoral. Abdicando dessa premissa, a vantagem da regionalização para os nossos territórios desvanecesse. Se desejamos uma verdadeira discriminação positiva e não apenas lamentarmos eternamente com o síndrome da interioridade, devemos lutar pelas causas que melhor servem o interesse das nossas populações. A regionalização da Beira Interior é a principal delas.

Regionalização sim, Litoralização não, obrigado.



Covilhã, 25 de fevereiro de 2022

1.3 – Intervenções - PAOD

Exmos:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sra e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

O governo de Portugal criou um Programa Nacional para a Coesão Territorial organizado em torno de 5 eixos de intervenção e no contexto deste programa uma agenda para o interior constituída por 8 iniciativas em torno dos desafios que se colocam aos territórios do interior.

Conhecido que foi o resultado dos últimos censos, podemos considerar que o desafio se intensifica e obriga a esforços adicionais de modo a minimizar as consequências da deslocalização da população e entre os quais está e deve estar a captação de investimento e de empresas para a região que permitam a fixação de pessoas e mesmo a captação de novos residentes.

Entre outras, está seguramente a necessidade de garantir que o nosso concelho está na linha da frente no que respeita ao empreendedorismo e inovação



empresarial e neste particular a rede de comunicações e de dados é fundamental.

Perder o comboio da frente no 5G significará, naturalmente, limitar o poder da inovação como motor de desenvolvimento regional e perder a atenção de empresas de base tecnológica e de investigação e desenvolvimento que preferirão suportar custos de contexto superiores, mas fixar-se noutras geografias.

Assistimos já hoje a governos e municípios a criar incentivos e alocar investimentos relevantes, aproveitando a "boleia do 5G", dedicados à pesquisa e desenvolvimento nas áreas da ciência e tecnologia, como mecanismo de revitalização das respetivas economias locais e nacionais.

Deixamos a pergunta: Que medidas foram e estão a ser tomadas para garantir que o município estará contemplado no curto prazo com esta cobertura 5G?

Assistimos, nestes últimos dias, pela CS e redes sociais a uma troca de argumentos sobre o tema Saúde e gostaríamos, antes de mais, de deixar uma palavra de apreço e agradecimento a todos os profissionais pela forma como desempenham o seu papel na garantia de cuidados de saúde e sem beliscar a sua competência e profissionalismo, dizer que não haverá nenhum que possa dizer que tudo está bem e não precisa de mais nada.

A ambição de mais e melhores condições de trabalho, equipamentos e instalações deve ser constante e é lógico que assim seja, promovendo o desenvolvimento.

Reconhecer que há falhas, erros, necessidades é sinal de humildade e significa que o trabalho não está concluído, que queremos chegar mais longe.

O que acabamos de mencionar não é crítica nem ao SNS, nem ao CHUCH, nem aos seus profissionais, é a constatação que algo pode ir mais além e que a CMC pode e deve ter um papel interventivo e importante nesse particular.

Só deste modo podemos evitar que, por exemplo, a VMER não tenha horas de paragem por falta de médico, o que aconteceu entre Outubro de 2020 e Março de 2021 em mais de 600 horas.

É este o desafio que deixamos à CMC.



Finalizamos com uma questão sobre o transporte regular de passageiros na grande Covilhã.

Pelo que apurámos, até à data, foi suportado um custo de 3.675.000 euros e está assinado o contrato de concessão para o sistema de mobilidade desde 19 de janeiro passado.

Até que data vigora o último ajuste direto de 735.000 euros e percebendo que o novo contrato entra em vigor após visto do TC, que data se prevê que tal possa acontecer e acontecendo sobreposição entre as duas situações, como é que o Município acautelou o ressarcimento do valor referente a esta sobreposição.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

2.1. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município

A informação escrita que nos foi enviada para apreciação não contém todas as informações legalmente obrigatórias, referidas no artigo 35º, nº 1 alínea y) e nº 4 da Lei 75/2013..

A informação escrita devia conter informação sobre:

- o saldo e o estado das dívidas a fornecedores
- as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado
- toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação escrita.

E esta informação não tem essas indicações,

Faz a súmula das reuniões de Câmara e sobre a situação financeira limita-se a apresentar um quadro onde nada é explicado e que não contem o que é obrigatório transmitir à Assembleia impedindo a actividade de acompanhamento e fiscalização que esta deve assumir.

A Assembleia não pode servir apenas ao Senhor Presidente para deliberar o que lhe interessa.

A Assembleia não se pode demitir do seu papel fiscalizador da actividade da câmara, dos seus serviços e das empresas municipais e ao aceitarmos como boa e suficiente a informação escrita que nos tem sido apresentada seria isso que estaríamos a fazer.

Por isto, os grupos municipais do CDS e do PSD apresentam agora um requerimento, que entregarei de imediato ao Senhor Presidente da Assembleia, no sentido de ser pedido um parecer à CCDR e a Inspeção Geral de Finanças sobre a legalidade da informação escrita apresentada.



Covilhã, 25 de fevereiro de 2022

2.1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Exmos:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sra e Srs Vereadores,

Sr. Provedor do Município,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

Analisada a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, registamos a existência de fatores positivos, destacando a plantação de 2.500 sobreiros em parceria com a empresa MepiSurfaces, em resultado da obtenção da Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, que consideramos ser um exemplo a seguir por outras empresas e iniciativas;

Registamos com satisfação a isenção de taxas e a gratuidade do estacionamento como medidas de apoio às empresas e comércio local, num momento de necessidade devido à crise económica que se verifica;



Igualmente nos aprez constatar os apoios a Centros de Assistência Social para obras com valores de 100.000 euros. No entanto não podemos de questionar se o horizonte temporal em que estes apoios são concedidos se coaduna com a necessidade das instituições visadas, uma vez que os pagamentos serão feitos a uma cadência de 25.000 euros por ano durante 4 anos.

Chamou-nos também a atenção o facto do pagamento de propinas de uma aluna da UBI, referente ao ano letivo de 2019/2020, não percebendo o motivo de todo o atraso, uma vez que estamos a apreciar esta medida em 2022!

Como duvidas ficou-nos o facto de, no ponto 45, da página 25 do documento que nos foi entregue e referente à Adenda ao Protocolo de Colaboração assinado para a construção do posto da GNR de Tortosendo, o ponto 2 dessa adenda referir "construção" e o número 2 da clausula 6 do ponto 4, referir "remodelação", facto que gostaríamos de ver esclarecido.

Perante o desenvolvimento que verificamos, gostaríamos de saber se já há data para o início da obra.

O que não vemos na informação escrita e gostaríamos de ver, era a menção ao abaixo-assinado com mais de 600 assinaturas que mais não pedia do que a básica calendarização da obra, que é o Sr. Presidente diz ser até final do mandato, esperando que a promessa seja cumprida.

O Sr. Presidente foi mandatado para a gestão do município, como referiu, mas nós fomos mandatados para trazer a esta assembleia as preocupações das pessoas que as demonstram pelas mais diversas formas, incluindo abaixo-assinados.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz

Informação escrita

Trago aqui três questões sobre a informação escrita, que têm a haver mais com questões que não estão escritas do que propriamente com as que estão...

Desde logo, há uma que está e que nos preocupa sobejamente, que é a insistente deserção dos concursos públicos lançados pela câmara.

São de facto, vários concursos que ficam desertos... E ficam desertos, porquê?

Até gostaria de concordar com posição de foi expressa publicamente pelo vereador Serra dos Reis de que são tantas obras que os srs. construtores não conseguem concorrer a todas, mas sinceramente acho que é preciso sermos sérios nisto... E é preciso olhar para as coisas com olhos de ver, e perceber porque é que as pessoas não concorrem.

Aliás da análise da documentação, interessados há!

As pessoas pagam para consultar, para ir ver, para saber quais são as condições...

É claro que as condições dos concursos é que não podem ser boas e então não apresentam propostas - apesar de aparecerem depois aqui a dizer que existem, mas pronto...

Mas claramente sobre esta matéria, tenho para além desta preocupação de sobre a forma como são feitos os concursos, tenho uma pergunta para fazer o sr presidente que é, saber concretamente, dado que não está nesta informação

escrita, em que só está a informação sobre a deserção concursos mas não estão os lançamentos do novos procedimentos nesta matéria.

E preocupa-nos sobremaneira porque, e quero que Sr presidente nos tranquilize - *e estou certo que o fará* - que para todos estes concursos que ficaram deserto e irão ser lançados novos procedimentos concursais, tal como foi dito pelo vereador Serra dos Reis e que não se opte pela solução mais fácil, de fazer ajustes diretos porque, legalmente até é possível, não é? Mas se opte pela solução mais fácil de ajustar a quem nos interessa mais ou a quem nos pode ser mais favorável, porque aí já aparecem todos os construtores disponíveis...

É preciso nós percebermos se calhar são mal escolhidos ou só são escolhidos os que lhes disponíveis... é preciso saber e ter cuidado com isso. Por isso a pergunta que quero fazer ao sr presidente é se corrobora e se se afirma e se compromete, perante esta assembleia, que conforme foi dito pelo vice-presidente e vereador, nestes procedimentos serão lançados novos concursos públicos por forma a garantir a transparência e na Adjudicação e na gestão dos dinheiros públicos?

A segunda questão, - *e peço desculpa mas eu também gosto de levar as coisas mais ou menos a brincar, porque também não sou tão sério quando isso* - fez-me lembrar o voto de louvor que aqui foi feito ao Samuel Barata - *com todo o respeito que me merece enquanto atleta* - perante as queixas que nós vamos ouvindo sobre o complexo desportivo, começo a compreender porque é que o Samuel barata é campeão de corta mato, deve ser por treinar nosso complexo desportivo, com todos os buracos que existem no tartan...

E de facto é preciso perguntar, nesta altura, em que cada vez mais as pessoas necessitam de espaços de desporto condignos quando é que se pensa em remodelar e estruturar as infra-estruturas desportivas deste concelho?

Não é preciso irmos para os pavilhões multiusos mas é preciso de saber daquilo que existe.

Quando é que o INATEL vai funcionar como deves ser?

Quando é que o complexo desportivo vai ter condições efetivas para a prática de desporto, não só amador mas profissional?

Já sabemos que da câmara, a resposta fácil do sr presidente é até ao final do mandato... Mas não se pode esquecer é que já está lá há dois mandatos, e não é no último mandato que conseguem fazer tudo ou que se pode fazer tudo....

Por último, e isto mais uma vez tem a ver com a enorme velocidade desta câmara a resolver os problemas e fazer as coisas – tanto tem sido apregoado ultimamente – uma questão sobre as rendas de habitação social.

Nesta informação escrita não está cá uma linha, um ponto, um valor do que é que esta esta câmara deve...

Para quem não sabe ou para quem anda distraído, desde 2017 esta camara andou a cobrar indevidamente às pessoas que mais precisavam, valores de rendas que eram ilegais!

E aqui estamos a falar de uma situação que foi denunciada e identificada em 2019!

Estamos em 2022!

E até hoje, apesar de já ter sido pedido, apesar de já ter sido solicitado por escrito que a Câmara informasse da lista das pessoas e do valor que cada um desses inquilinos tem direito a receber e quando é que isso será pago, a verdade é que até o momento nada foi feito.

Do que é que o sr presente está à espera?

De algum prazo caducidade, para depois dizer às pessoas que já não tem direito a receber?

Isto é demasiado grave e é preciso nós percebermos que temos que dizer às pessoas que foram, injustamente e indevidamente, cobrados valores pela câmara municipal durante anos e para termos uma ideia da proporção disto, estamos a falar de pessoas que, muitas vezes e no exemplo mais extremo, lhes era exigido o pagamento de um mínimo de 50€, quando muitas vezes, não podiam pagar e ficavam com rendas em atraso, quando só deviam pagar 5 €, ou seja, num mês pagavam mais que tinham de pagar no ano inteiro de rendas!

É preciso nós termos consciência que a Câmara tem responsabilidades acrescidas para com aqueles que mais precisam. E até este momento, apesar de em novembro, o sr presidente ter vindo dizer, em resposta a esta inqualificável oposição que só vem aqui dizer e fazer mal, que estava tudo a ser pago, está a funcionar bem, está tudo bem, está tudo ok, são apenas uns trocados, o certo é que, até ao momento, continuamos, todos, à espera da confirmação da resolução dessas situações e pessoas continuam a queixarem-se... A

queixarem-se aos vereadores e aos eleitos sobre estas questões, para as quais ainda não houve resposta ou solução da câmara.

Alteração orçamental

Apenas para dar os parabéns ao presidente da câmara porque, pela primeira vez e desde que eu me lembre, se dignou a cumprir obrigação regimental de apresentar a alteração orçamental antes de ser discutida.

Portanto, apresento os meus cumprimentos e agradeço, de facto, que isso assim seja em 8 anos de exercício de poder acho que é interessante e curioso.

Percebemos, porém, porque é que isto aconteceu... Porque foi levantada a questão na reunião de câmara e como resulta também documentação, de que não havia informação suficiente para a deliberação, e não há!

Portanto é importante talvez evitar isso para a próxima dando indicação de fosse apresentada informação escrita fundamentada de quais é que são as alterações da orçamentais em causa.

De resto, não posso deixar de registrar também, por outro lado que, de facto se constata, e afinal de contas, que a oposição tem razão ao classificar esta câmara, como uma câmara a reboque.

Porque todas as intervenções do sr presidente vão no sentido dizer que se faz e se põe e dispõe, mas depois, quando acontecer a gente logo resolve. Ou seja, não há o mínimo de capacidade previsão, de capacidade de antecipação e aquilo que há, é o resolver os problemas em cima do joelho à media que aparecem, como acontece ainda agora com esta alteração:

Abre-se a rubrica, não sabe quando é custa e logo se vê quanto é que vai custar; como é a questão da água, quando faltar logo se vê se o que é que vai acontecer e fazer...

Não há sequer a sensibilidade de prevenir o que é que seja.

Muito obrigado

Declaração de voto alterações orçamentais

Explicar que esta abstenção relativamente aos documentos orçamentais, que são instrumentos e opções da câmara, que apesar de não serem compartidas, são respeitadas e por essa razão de ser a oposição e, nomeadamente o CDS se abstém, por forma a permitir que elas sejam executadas.

Na prática, aquilo que acontece, o sr presidente acabou de o confirmar, é que, efetivamente, muitas destas questões se evitariam se houvesse informação escrita prévia dizendo o que é que vai ser feito e, nomeadamente, se estivesse inscrito o reforço para a tal obra da Associação dos Dadores de Sangue, que não aparecem lado nenhum!

E portanto, por muito que me custe, de facto, não posso votar favoravelmente uma coisa que não existe e que não está plasmada nos documentos, e é por essa razão que nos abstivemos



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the initials 'IAK'.

2.2- 2ª Alteração Modificativa

A alteração orçamental aqui proposta, vem no seguimento das informações prestadas pelo Sr. Presidente de Câmara, aquando aprovação do Orçamento para 2022, na última assembleia municipal.

Em dezembro de 2021, aprovamos um orçamento que contemplava rubricas onde se inseriam candidaturas a fundos comunitários que aguardavam aprovação, mas que tinham que ser orçamentadas e cabimentadas para a sua realização, através de fundos próprios, que previsivelmente com a sua aprovação viriam a ser libertados e redirecionados para outras obras.

Ou seja, estarmos hoje aqui, a votar uma revisão orçamental por este motivo, é na opinião do PS, algo que deveria gerar regozijo a todos, deveria gerar uma saudação ao executivo, pela angariação de mais fundos comunitários para a execução de obras necessárias no nosso concelho e libertação de fundos para outras obras igualmente importantes.

No nosso entender, a forma de fazer política da oposição na Câmara Municipal e também nesta assembleia, assume uma tentativa de minorizar e desvalorizar tudo o que é feito por este executivo PS, mesmo que sejam assuntos, medidas ou investimentos que sejam bons para o concelho da Covilhã e a vida dos nossos concidadãos. O Partido Socialista, quando foi oposição sempre teve uma postura diferente, de responsabilidade para com a Covilhã e os seus cidadãos, sempre viabilizou os projetos e investimentos que considerámos ser importantes para o concelho.

Não se percebe que a oposição "Juntos Fazemos Melhor" se tenha absterido na votação desta revisão orçamental que liberta aproximadamente 1 milhão de euros de apoio concedido para a obra de requalificação da avenida Frei Heitor Pinto e que parte deles serão canalizados para a requalificação da sede do Grupo Humanitário de Dadores de Sangue da Covilhã.

Não foi esta mesma oposição que em novembro, também em reunião de câmara, se mostrou solidária à necessidade de ampliação da sede Grupo Humanitário de Dadores de Sangue da Covilhã e declarou para a

Handwritten signatures and initials: "H2" and "AN".

comunicação social que esta deveria ser “uma prioridade para o executivo”.

É certo que essa necessidade, tal como outras, era uma necessidade vinha de 2009, e que é anterior aos mandatos do partido socialista, mas foi este executivo que procurou encontrar a solução, que agora conta com verba alocada que possibilitará as obras desejadas.

Quero ainda saudar o facto de esta revisão orçamental prever a aberta uma nova rubrica para enquadramento de novas candidaturas, nomeadamente de aquisição de um autocarro elétrico e uma outra para uma candidatura de financiamento de bairros digitais, para apoio à digitalização do comércio tradicional do centro urbano.

Carta municipal habitação

Relativamente a este ponto apenas dizer que isto é a constatação da forma de funcionamento desta câmara.

Há um ano atrás aprovámos nesta assembleia - *de que eu fazia parte, e portanto, também a aproveitei* - a estratégia local de habitação porque a câmara descobriu que havia um Programa financiado chamado "1º Direito" e andámos aqui a correr para aprovar uma estratégia local de habitação. No entanto, constatamos hoje que não se consegue aplicar o programa 1º Direito sem ter esta Declaração que hoje que hoje estamos aqui a provar ou antes, estamos a iniciar a aprovação, porque de facto a Lei de Bases da Habitação - **Lei n.º 83/2019, de 03 de Setembro** - (artigo 22º nº 7) prevê que, - *e isto é preciso saber-se* – só os municípios com declaração de carência habitacional aprovada têm prioridade no acesso a financiamento público destinado à habitação, reabilitação urbana e integração de comunidades desfavorecidas. Portanto, estamos a falar que andámos com carroça à frente dos bois; andamos a correr atrás qualquer coisa que afinal de contas, agora, temos que corrigir e voltar atrás ou mesmo que se consiga aproveitar algumas coisas mas o certo é verdade é que isto continua a ser um remendo, e é de facto exemplificativo daquilo que andámos a falar e vindo a alertar.

Diz o artigo 22º da Lei bases da habitação que A Carta Municipal de Habitação (CMH) é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal (PDM), com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal. e fico preocupado porque mais

uma vez estamos e continuamos aqui a aprovar remendos aos nossos instrumentos urbanísticos e de gestão urbanística da cidade, mas continuamos à espera da revisão efetiva do PDM que defina, de facto, as novas regras de funcionamento do urbanismo na Covilhã.

É evidente que temos que aprovar este ponto, e a questão aqui é mesmo de aprovar porque tem de ser aprovada, caso contrário, estaríamos a prejudicar o município, mas não podemos deixar de dizer que a Câmara tem que cumprir lei em todas as suas vertentes, nomeadamente, não pode olhar só para o artigo 22º da Lei de Bases e esquecer logo do artigo a seguir 23º que diz que a câmara municipal elabora anualmente o relatório municipal de habitação a submeter a aprovação da Assembleia municipal, ou seja, a este órgão, com o balanço da execução da política local de habitação e a sua eventual revisão. Aquilo estamos a discutir aqui é uma coisa muito simples é que desde 2019 ou não há política municipal de habitação na Covilhã e não se fez nada, ou então a câmara esquece-se de prestar contas a Assembleia Municipal, porque, desde que eu me lembro e estamos em 2022, já lá vão 2 anos depois da aprovação da lei, não aparece não aparece nada sobre este relatório da política municipal de habitação, e portanto, permito-me chamar a atenção para o Sr. Presidente nesse sentido.

João Lopes Bernardo

Ponto 2.4 – Proposta para a fixação do preço de venda dos lotes situados nas zonas industriais do Concelho

Exmos. Senhores,

É remetida a esta assembleia uma proposta da CMC para a fixação do preço de venda dos lotes nas Zonas Industriais do Concelho que nos cabe agora apreciar.

Em primeiro lugar, importa avaliar o montante que nos é proposto sob dois pontos de vista: se o montante proposto defende o erário público e se permite, paralelamente, potenciar a fixação de empresas no nosso Concelho. Se a resposta à primeira questão é sempre relativa, o que nos é indicado pelos preços praticados por outros municípios como explicitado na proposta que varia de 2,33€ até 12,68€, a adopção da média destes valores como proposta parece ser um método adequado. A resposta à segunda pergunta já é de resposta mais directa. Quando comparado o preço agora proposto com o dos outros municípios referidos e de forte implantação industrial como é o caso de Guimarães ou Águeda, verificamos claramente que o preço proposto se revela competitivo, por ser claramente abaixo da médias destes municípios. Mais, os dados apresentados para os preços de venda dos lotes em zonas industriais revelam que o principal critério para a fixação de empresas não passará por este valor. Só assim se explica que dos municípios apresentados são aqueles cuja média de preços é mais alta que têm maior actividade industrial.

A

Acresce ainda que a criação de postos de trabalho é um factor que influencia muito o preço que se irá cobrar às empresas, tomando a forma de um desconto sobre o preço, variável em função do número de trabalhadores, e que pode mesmo chegar aos 50%. O interesse do município na fixação de empresas deve ser, antes de mais, o da criação de emprego e fixação de pessoas por essa via, o que é manifestamente promovido pela aplicação deste desconto.

A aprovação deste regulamento vem acabar com a incerteza, com a discricionariedade. Estivesse ele em vigor noutros tempos, nos tempos da outra senhora, e provavelmente ter-se-ia impedido o estranho fenómeno por que passou o Parque Industrial do Tortosendo em que uma boa parte dos lotes foi entregue à especulação imobiliária sem quaisquer vantagens para a Covilhã e para os covilhanenses. Não se entende mesmo qual a razão pela qual muitos dos lotes deste Parque Industrial foram vendidos sem se garantir a efectiva instalação de empresas nos mesmos. Era assim que faziam os mesmos que hoje clamam por condições mais competitivas: entregavam os terrenos a privados e depois ou o município os retomava ao preço que os privados quisessem ou as empresas que se quisessem instalar que pagassem o preço que os donos pedem.

Por fim, resta ainda referir que este é mais um exemplo da transparência com que a coisa pública é tratada por este executivo: sabemos o preço, os termos que o condicionam tirando espaço à opacidade no tratamento destes assuntos. E como tanto se afirma, a

falta de estabilidade nas regras é um dos factores que inibe o investimento.

Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta em análise.

Preço dos Lotes Parques Industriais

Sobre esta matéria, nem de propósito, há pouco acabamos aqui de ouvir o que um deputado municipal veio dizer, e bem, a propósito da regionalização que tanto defende que não podemos andar a misturar o que é litoral com o interior; não podemos comparar o incomparável, temos que olhar para as nossas próprias realidades e defendê-las, e ter gente que as defenda...

Apetece-me dizer, bem prega Frei Tomás... Porque olhamos depois, na prática e a câmara da Covilhã vem aqui comparar Pinhel com Anadia, Castelo Branco com a Nazaré e depois vem-se aqui dizer defender uma máxima absoluta, quer dizer, que lá os senhores até tem muito mais atividade industrial do que nós. Eu acho que isto é uma coisa absurda... e de facto, apura-se um preço médio e define-se o critério preço médio entre estas duas realidades incomparáveis, em vez de olharmos aqui para os nossos vizinhos e saber porque é que as empresas se vão fixando no Fundão e em Castelo Branco e não tanto na Covilhã; Porque é verdade é esta: não se consegue perceber como é que se consegue trazer para esta assembleia uma comparação incomparável. Se me dissessem que Castelo Branco vende o metro quadrado a 1€, Pinhel vende a venda 2 ou 3€/m²... o preço médio que está na informação escrita que nos foi disponibilizada, nesta faixa do interior é de 2,33€/m²! A nossa concorrência direta são 2,33€/m²...

E estão-me a dizer que 6,50€/m² é um preço que é competitivo!?

Pelo amor de Deus... se nos queremos comparar com a Anadia, então vamos para o litoral. Não vamos escamotear a realidade daqui. Sobre esta situação, obviamente que nós estamos contra deste a esta esta forma de olhar porque nós não podemos vir para aqui invocar a necessidade da defesa das nossas especificidades e das injustiças entre da regionalização entre o litoral e o interior e depois ser esta câmara aplicar essa injustiça... Isto é que não faz sentido.

Na segunda parte, é preocupante como é que uma câmara apenas estabelece como único critério de desconto no preço de aquisição do m², a mão de obra!

Como se estivesse a dizer que nós somos um concelho que priorizamos ou premiamos a instalação de empresas de mão-de-obra intensiva no concelho, ignorando qualquer outra realidade!

Até podia cá estar este critério... Mas deviam cá estar outros, como o montante do investimento; a oportunidade do investimento; o interesse municipal do investimento... mas esses não constam do documento!

Está exclusivamente que a única razão de desconto é o número de postos de trabalho! E de facto, por muito que a gente queira efetivamente, ter cá muita gente, apesar das recentes das opções das pessoas em ir viver para o Fundão, o que é legítimo que as pessoas tenham essa liberdade, a verdade é que as coisas têm que ser feitas de outra maneira, tem de se olhar para o investimento de outra maneira! Têm de ser utilizados outros critérios que não apenas o dos postos de trabalho, e que permitam e atraiam a instalação na Covilhã, de empregos qualificados, empresas tecnológicas que têm muito pouca mão de obra, de investimentos outras áreas que até podem não ter mão de obra mas são importantíssimos e, digam-me, onde é que isso está nesta proposta? Não está...

E portanto, sob pena que estarmos a colaborar num erro e de passar uma mensagem errada aos empresários e investidores que cá queiram vir instalar-se, não podemos aprovar esta situação.